

TRABALHADORES VÃO SUPORTAR INFLAÇÃO?

TUDO MAIS CARO DENTRO DE DIAS

Uma nova fase da vida nacional, com a próxima entrada em funções do primeiro Governo não-provisório, abre com perspectivas pouco animadoras para o povo português, especialmente para as classes trabalhadoras de menos recursos económicos.

Assim, os próximos dias poderão trazer à dona de casa portuguesa, e ao vulgar cidadão, as inevitáveis aflições que o aumento previsível do custo dos bens essenciais de alimen-

tação, dos transportes públicos, dos custos da habitação, etc., ligado à diminuição do salário real dos trabalhadores (aumento de taxas, impostos e preços) irá, por certo, determinar.

Os diplomas que os Ministérios das Finanças e da Indústria fizeram aprovar no penúltimo Conselho de Ministros (apenas o representante do PCP votou contra), e que se traduziram no aumento do imposto profissional (cerca de 400

mil contos retirados aos trabalhadores até ao fim do ano corrente), aumento do imposto complementar, do imposto do selo (aumento de 50 por cento) gás de cozinha (entre 30 e 50 por cento) do gasóleo (50 por cento) e do cimento (20 por cento) irão determinar, tudo o indica, aumentos de preços a todos os níveis.

Assim os bens essenciais de alimentação — batatas, verduras, carne, ovos, peixe, etc... — irão custar mais devido à

subida do preço do gasóleo e, naturalmente dos transportes e dos próprios meios de produção. Do mesmo modo se infere que o aumento do custo dos transportes de mercadorias terá reflexos em todos os produtos.

Os transportes públicos deverão também, via subida do gasóleo, ver as suas tarifas aumentadas. Igualmente a subida combinada do gás de cozinha e dos transportes de mercado-

Continua na pág. 20

NOVO GOVERNO EM MADRID

Entram democratas-cristãos

MADRID, 8 (R) — O Governo do novo primeiro-ministro Adolfo Suarez assume hoje posse em Madrid com dez ministros que pela primeira vez saboreiam o gosto da experiência de gabinete em face dos problemas políticos e económicos que se acumulam de dia para dia.

Num gabinete de vinte membros, anunciado ontem, à noite, Suarez conservou sete ministros, incluindo os quatro militares, nos cargos que ocuparam no Governo do seu predecessor Carlos Arias Navarro e mudou dois outros para novas pastas.

O primeiro-ministro, de 43 anos, introduziu dez caras novas num gabinete com camião democrata-cristão do centro-direita para conduzir a Espanha até às eleições gerais, que se deverão efectuar no próximo ano.

Os novos ministros incluem Marcelino Oreja, antes subsecretário no Ministério de José

Maria de Areilza, na pasta dos Negócios Estrangeiros. Considerado o mais liberal dos novos ministros, Oreja, de 40 anos, insistirá provavelmente com a campanha da Espanha para conseguir entrar para o Mercado Comum Europeu, iniciada por Areilza.

Num Governo em que Areilza e outros reformistas destacados da administração cessante se recusaram a servir, Suarez optou por individualidades com provas dadas no campo das finanças, a fim de tratar a crise económica que se agudiza cada vez mais em Espanha e que se torna patente através de uma média de inflação recorde de 20 por cento.

Contudo, a despeito de receios, manifestados privadamente por Areilza e por outro elemento anti-Suarez, o ex-ministro do Interior, Manuel Fraga Iribarne, que o novo chefe do Governo faria regressar ao

poder dirigentes da Opus Dei, a organização laica católica, não há membros conhecidos desse grupo no gabinete.

Três dos novos elementos pertencem a um grupo democrata-cristão do centro-direita, chamado União Democrática Espanhola e que os democratas cristãos tradicionais espanhóis consideram como direitista.

São os ministros das Finanças, Eduardo Carriles, o das questões sindicais, Enrique de La Mata, e o da Informação e do Turismo, Andres Reguera.

Observadores políticos disseram que ao gabinete faltava o brilho dado ao Governo de Arias Navarro por liberais como Areilza e Fraga Iribarne, e que enfrentaria a curto prazo, como uma gestão transitória, violentos ataques da oposição.

Na verdade, dirigentes oposicionistas criticam as no-

meações feitas por Suarez para o Governo.

«É um Governo cinzento a que falta a qualidade de certos membros do último gabinete» — observou o professor Enrique Tierno Galvan, dirigente do Partido Socialista Popular.

«Esses homens, com pouca ou nenhuma experiência, apenas podem ter pequeno impacto nacional ou internacionalmente. Não vejo que soluções eles poderão encontrar para as graves crises nas frentes política e económica» — acrescentou Tierno Galvan.

O dirigente sindical comunista Marcelino Camacho comentou: «Acalento poucas esperanças em que este Governo introduza verdadeiras reformas democráticas. É um Governo que continuará a partir de onde o outro parou e cairá depois, dando ao povo espanhol pouquíssimo e com demasiada lentidão na via para a liberdade».



Novidade na Assembleia da República: o Governo vai ter uma bancada especial. Está colocada em plano inferior à mesa da presidência e tem diante de si a zona central do hemiciclo e a bancada do público

Assembleia da República reabre hoje à tarde

Começa esta tarde a ser discutido no plenário da Assembleia da República o respectivo Regimento. A mesa que futuramente presidirá à Assembleia será, segundo o projecto, composta por um presidente seis vice-presidentes (dois P.P.D., dois P.S., um P.C. e um C.D.S.), quatro secretários (um por cada grupo parlamentar) e quatro vice-secretários, que serão nomeados segundo o mesmo critério.

O projecto de Regimento que se encontra em discussão prevê também a existência de onze comissões especializadas que funcionarão permanentemente, a saber: Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Trabalho, Segurança Social e Saúde; Educação, Ciência e Cultura; Economia e Planificação; Fi-

nanças e Orçamento; Equipamento e Ambiente; Administração Interna e Poder Local e Defesa e Negócios Estrangeiros.

Para além destas existirá ainda uma Comissão Permanente, cuja competência se encontra fixada na Constituição, e a Comissão do Regimento e Mandatos, estando também prevista a possibilidade de se virem a criar novas comissões a título eventual.

A sessão de hoje da Assembleia da República será ainda presidida, a título interino, pelo dr. Vasco da Gama Fernandes, prevenido-se no entanto que no acto de posse do Presidente da República, a realizar no princípio da próxima semana, já esteja constituída a mesa definitiva da Assembleia.

EM LISBOA

Corte de energia poderá manter-se das 15.30 às 17 horas

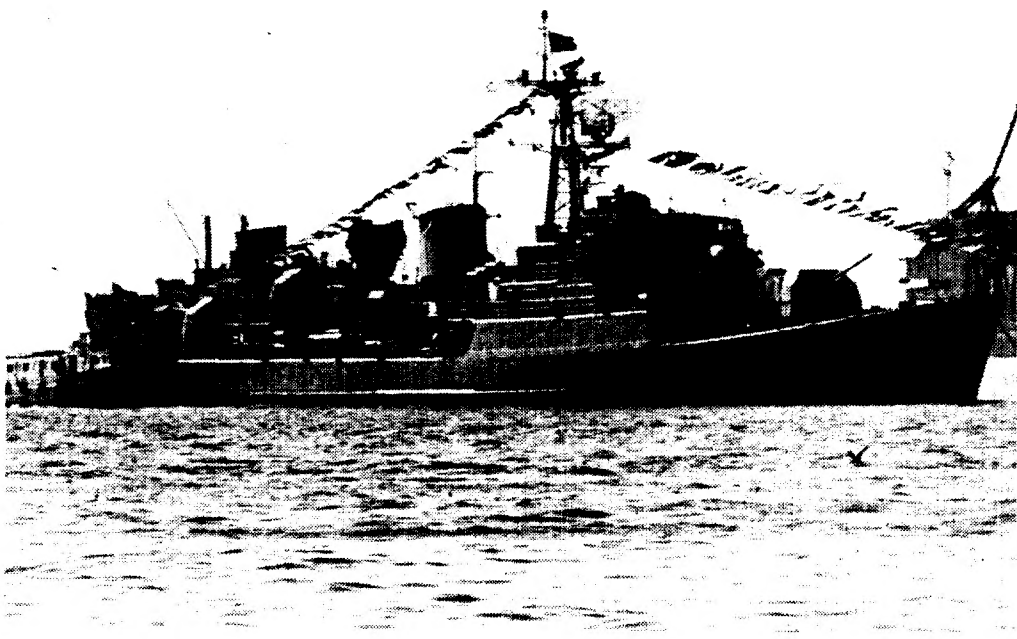
Uma reunião a decorrer entre representantes do Governo e das Companhias Reunidas Gás e Electricidade poderá dar, como desfecho, a manutenção da interrupção do fornecimento de energia eléctrica para a próxima semana em Lisboa das 15.30 às 17 horas.

Em princípio havia sido considerada pelas CRGE uma interrupção das 9 às 10.30, mas protestos dos sectores do Comércio e da Indústria forçaram a reunião de hoje. Espera-se um comunicado para as próximas horas.

(Mais notícias na pág. 20)

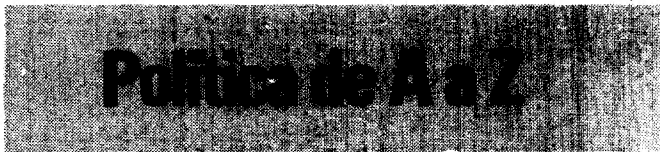
Quem é Adolfo Suarez?

(Pág. 12)



Esta manhã no Tejo, uma fragata embandeirada

Nacional



DESPEDIDA DO SEXTO GOVERNO PROVISÓRIO

Ausente o almirante Pinheiro de Azevedo, cuja evolução da doença continua a inspirar preocupações e cuidados, foi o comandante Almeida Costa, Primeiro-Ministro interino, que encerrou os trabalhos da última reunião conjunta do VI Governo Provisório. Desbravando o terreno ao I Governo constitucional, o VI Governo Provisório desencadeou, nos derradeiros dias da sua atribulada existência, uma vasta operação legislativa que tem sido diversamente apreciada. De qualquer modo, e independentemente do mérito concreto de cada uma das medidas adoptadas, ficam facilitados os primeiros passos do futuro Governo e é um Governo na agonia que assume, perante a opinião pública, o antipático papel de impor uma tardia austeridade. Austeridade, de resto, esquecida a cada passo: veja-se o Festival da Força Aérea; atente-se no patrocínio dispensado pela Câmara Municipal de Lisboa a uma «Corrida» de Tóros à Portuguesa; contem-se os «Mercedes» militares e civis; contabilizem-se os gastos dos gabinetes e do pessoal respectivo das dezenas de membros do Governo; façam-se contas — e deem-se contas públicas — das sucessivas reuniões no estrangeiro de todos os ministérios e dos mais variados serviços.

A sucessão dos «governos provisórios» correspondeu a um período agitado da vida nacional e agravou a provisoriedade do intervalo entre a operação de liquidação do velho regime e a criação do regime novo. Não esqueçamos que essa liquidação teve uma precária e superficial realização. As velhas estruturas, os velhos hábitos, a velha mentalidade, persistem. E casos frequentes, e até escandalosos, os homens de «antigamente», continuam instalados, controlando serviços, paralisando por desinteresse sectores ou mesmo saboteando intencionalmente as iniciativas renovadoras ou o expediente normal. Nem tudo deveria ter sido deixado à «improvisação revolucionária», nem tudo deveria ter repousado nos bons sentimentos, na conciliação, na mitologia do «reencontro». Há serviços, departamentos, sectores inteiros, que estão nas mãos de adversários da «ordem democrática». Sob este aspecto, cuja gravidade é incontestável, o VI Governo deixa uma pesada herança. Como deixa uma pesada herança no plano administrativo e da gestão financeira. Nunca, como hoje, foi necessário ter a coragem de dizer a verdade. Simplesmente, essa verdade cuja virtude revolucionária é constantemente evocada, é terrível, ingrata, quando se pensa a realidade nacional em termos eleitorais, subordinando, o recto julgamento e a oportuna decisão, a considerações eleitoralistas.

O NOVO GOVERNO

Não sabemos se é uma esperança. Por enquanto é uma nebulosa. Do segredo vivem os políticos; violando os segredos, vivem os jornais. O País informa-se sem curiosidade excessiva. Sabe-se que o Primeiro-Ministro Mário Soares vai jogar uma cartada difícil. A vida do VI Governo Provisório foi cortada, e prejudicada, por dois períodos eleitorais, o das «eleições legislativas» que tiveram lugar a 25 de Abril e o das «eleições presidenciais» que tiveram lugar a 27 de Junho. Já se anunciam «eleições administrativas». O I Governo constitucional terá que se preocupar com a realização das «eleições para as autarquias locais». Em princípio, teremos eleições ainda este ano e o «horizonte eleitoral» irá condicionar a política do Partido Socialista no Governo e no País, como formação governamental, como partido político. Será Mário Soares capaz de consolidar o I Governo, de enfrentar a crise económica, de negociar com as classes que avançam reivindicações, de reorganizar o aparelho do Estado? Será capaz de constituir uma equipa homogênea e competente? Será capaz de oferecer ao País um «governo operacional»?

As insistentes reclamações do P. C. P. relativas a coerência entre os resultados das eleições para a Assembleia da República e a imagem de «esquerda» que o Governo deverá reproduzir; o dinamismo dos grupos e correntes que apoiaram a candidatura do major Otelo; as pretensões arrogantes do P. P. D. que não deixará de pressionar em Lisboa com o peso que os governos insulares lhe proporcionarão; a ardilosa e envolvente movimentação nacional e internacional do C. D. S. — tudo serão escolhas a vencer pela barca da governação. E o timoneiro não poderá ignorar as dificuldades de uma posição política, que Francisco Sá Carneiro considerou já, como cada vez mais minoritária.

UM HOMEM CONFIANTE

Nas declarações publicadas por «A Capital», o Primeiro-Ministro indigitado, Mário Soares, mostra-se confiante: «Dentro da maioria de esquerda quem dá o significado à esquerda é a maioria. Somos nós, portanto, o Partido Socialista, que representamos a maioria da esquerda.»

Claro que os comentadores políticos dirão que é outra a configuração da «maioria presidencial» e que importantes forças de «esquerda» estão fora, ou em oposição, à «maioria presidencial». Nessa «maioria presidencial» o Partido Socialista é minoritário. E esse é um problema grave que o general Ramalho Eanes não deixará de ter em consideração no momento político em que as contradições latentes adquirirem expressão notória ou se encaminham para processos de ruptura.

O jogo político do P. P. D. e do C. D. S., ambos confiados na impossibilidade de uma concretização política e no plano governamental de a potencial «maioria de esquerda», é demasiado claro para consentir o optimismo que parece reinar entre os dirigentes socialistas. Um Governo precisa de um apoio popular e parlamentar. Não basta que esse apoio seja aritmético. É necessário que sectores fundamentais estejam dispostos a apoiar a política de austeridade, de trabalho, de restrições e de sacrifícios que a situação económica do País exige. Aqui é que se atinge a fronteira de contradições que não poderão ser ignoradas: as contradições entre a capacidade de conquistar apoio eleitoral e a capacidade efectiva de mobilização popular e proletária. Aqui é que o «Estado de Direito» pode ser obrigado a definir-se em termos de luta de classes.

CASO FAUSTO CRUZ

Associações estudantis de Lisboa apoiam manifestação desta tarde

Continuam a chegar os apoios à manifestação que a Universidade de Coimbra vai fazer hoje, a partir das 18 e 30, no Terreiro do Paço, frente ao Ministério da Justiça, exigindo uma rápida solução para a situação do estudante Fausto Cruz que embora já libertado após dois meses de detenção continua no entanto sem julgamento e sob o foro militar.

Apoiam a manifestação as direcções das associações de estudantes de Lisboa, vários sindicatos, a AEPPA, a UEDP e a Intersindical, a UEC, a LCI, a União dos Sindicatos de Lisboa.

Diz o comunicado da central única dos trabalhadores: «A Intersindical nacional, interpretando os sentimentos da maioria dos trabalhadores portugueses, tem sempre defendido que as escolas portuguesas eduquem nos princípios de liberdade e fraternidade, formem cidadãos responsáveis e conscientes, contribuam para a criação do homem novo tão necessária para a nossa sociedade democrática a caminho do socialismo.»

«Por isso — acrescenta o comunicado — exigimos das autoridades responsáveis o imediato desmantelamento dos grupos fascistas que actuam nas escolas, a fim de pôr termo ao ambiente antidemocrático e aterrorizador que neste momento se vive em muitos estabelecimentos de ensino.»

Assim, «é neste contexto que a Intersindical Nacional apoia a manifestação promovida pela Associação Académica de Coimbra e a sua comissão de luta».

Também a DORL do Ensino Superior da UEC apoia a mani-

festação de hoje, sublinhando o «carácter unitário da manifestação e a sua importância para o reforço do Movimento Associativo»; para lá da manifestação de hoje recorde-se a grande movimentação estudantil que ressurgiu em Coimbra, sujeita a ciclos como se pode verificar pelas datas das grandes lutas académicas daquela cidade. Primeiro em 1962, depois em 1969 (sete anos mais tarde) e finalmente em 1976 (sete anos mais tarde, também).

COMO FOI PRESO FAUSTO CRUZ

Em recente entrevista ao jornal «Jovem Socialista» (lembra-se que a actual direcção da Associação Académica de Coimbra é composta por militantes da J.S. elementos da direcção da AAC relataram pormenorizadamente os aspectos que envolveram a detenção e a consequente luta para a libertação do estudante Fausto Cruz. Relata Henrique Fernandes: «Importa talvez fazer um resumo histórico muito rápido do processo Fausto Cruz. Estudante do Liceu José Falcão, e ao mesmo tempo membro da direcção da secção de Judo da AAC, foi preso no dia 4 de Abril após um comício do CDS quando pediu protecção a um polícia por ser perseguido pelos elementos do serviço de ordem do CDS. Nessa altura caiu-lhe do bolso uma navalha que está na origem da prisão. Essa navalha era considerada por decreto do Conselho da Revolução como arma de guerra e como tal fez com que Fausto Cruz incorresse, já não

agora pois que o decreto foi substituído por outro, na pena de prisão maior de dois a oito anos sem admissão de caução, e sem consequente possibilidades de sair em liberdade provisória. Isso criou uma situação difícil, tendo como resultado que Fausto Cruz perdesse o ano por faltas. O facto de durante dois meses o seu processo se arrastar sem julgamento criou uma situação que levou a que vários elementos próximos dele da secção de Judo e outros formassem uma comissão de luta depois de passarem por uma reunião interorganismos e secções. Essa comissão integrava um elemento da direcção-geral»

COMISSÃO DE LUTA

E prossegue o relato: Criada a comissão de luta, «formada aproximadamente um mês depois da sua prisão, iniciou diligências mas, essas diligências foram-se sucessivamente revelando infrutíferas. Face a isso, a comissão de luta tomou a iniciativa de convocar uma assembleia magna, que da primeira vez, por insuficiente preparação, não resultou tendo sido somente uma reunião geral de alunos. A segunda assembleia magna que essa reunião geral de alunos convocou, decidiu a greve geral. Nessa assembleia magna estavam presentes para cima de mil estudantes facto já novo em si e decidiu-se a entrada em greve.

É evidente que esta luta nas suas motivações, nas razões objectivas que conduziram a esta tomada de posição é justa. Não é correcto que um de-

creto assemelhe uma simples navalha a uma basca ou a um chaimite, como disse o ministro Vitor Alves e não é correcto que ao abrigo desse decreto um estudante seja preso, seja mantido na prisão sem julgamento e perca o ano por faltas. Por tudo isso os estudantes mobilizaram-se, mas mobilizaram-se também, não há dúvida nenhuma em virtude de uma situação geral, em que os atentados bombistas são uma realidade quotidiana que em aproximadamente cem dias, como dizia há tempos o «Diário de Lisboa» houve para cima de 90 atentados».

POPULAÇÃO DE COIMBRA

O Movimento Associativo não se isolou dentro das paredes da Universidade, observa o elemento da direcção da AAC. Assim, a população de Coimbra aderiu às manifestações feitas a favor de Fausto Cruz. Surgem ainda os apoios das estruturas da gestão democrática, os Conselhos Directivos das Faculdades, a comissão universitária e o próprio reitor.

O importante nesta luta, além das reivindicações imediatas, é a possibilidade de sair reforçado o Movimento Associativo estudantil, de forma a que se transforme «num instrumento de luta dos estudantes e não só, ultrapassando o quadro estudantil».

De Coimbra chegou a Lisboa um comboio especial; em Coimbra mantém-se a greve total da Universidade reiniciada ontem.

Direcção do P.S. reúne-se para ultimar programa do Governo

Ultimar o programa a apresentar oportunamente à Assembleia da República, eis o objectivo que reúne amanhã a partir da manhã na Rua da Emenda, sede nacional do PS, a Comissão Directiva deste partido.

Admitindo-se que a constituição do elenco ministerial a que Mário Soares irá presidir já se encontra decidida, a reunião deve tratar apenas do programa de Governo, com espe-

ciais incidências sobre pontos relativos a matérias mais escaldantes a política económica a seguir pelo I Governo Constitucional, por exemplo.

O secretário-geral da organização, Mário Soares, presidirá à reunião. Na oportunidade deve prestar informações sobre os contactos políticos e militares ultimamente realizados na sua qualidade de primeiro-ministro indigitado. No termo da reunião sai um comunicado.

Congresso do C.D.S. nos fins deste mês

O Partido do Centro Democrático Social vai realizar no último fim-de-semana deste mês em Lisboa o seu II Congresso. As sessões de trabalho têm lugar no Hotel Ritz e da agenda de trabalho devem constar pontos como a revisão dos estatutos da organização «centrista», a apreciação dum relatório elaborado pela sua Comissão Política e a eleição de novos nomes para os lugares mais altos na hierarquia partidária. Lema para o Congresso: «Pelo personalismo cristão: um compromisso popular europeu».

A propósito deste lema, Adelino Amaro da Costa falou à ANOP e disse que «o aperfeiçoamento e desenvolvimento da democraticidade interna

do partido e a sua afirmação como grande partido de vocação popular e implantação em meios sindicais, junto das comissões de moradores e trabalhadores e, de um modo geral, de todas as organizações populares de base» faz parte das intenções do CDS.

Ainda à ANOP, o mesmo dirigente «centrista» afirmou que «no próximo congresso teremos de nos pronunciar por uma das soluções em relação ao Governo minoritário socialista, se este se vier a concretizar: apoio selectivo ou oposição colaborante — o que vai depender do programa e da composição do Governo e da sua viabilidade de solução dos problemas nacionais».

P.P.D. CRITICA

VI Governo prepararia terreno para Governo P.S.

O Partido Popular Democrático emitiu ao princípio da madrugada de hoje um comunicado criticando severamente o P. S., por causa da «actividade política e legislativa» do VI Governo Provisório nos seus últimos dias.

«Não deixa de ser importante assinalar que nos últimos dias de vigência o VI Governo Provisório se abalança numa actividade política e legislativa relevante» assinala o P. P. D.

O texto inflecte sobre a fórmula de Governo que sucederá à actual — um Governo P. S. — e comenta: «As medidas tomadas pelo VI são medidas que o futuro Governo socialista considera necessárias mas mais convenientes que sejam tomadas e assumidas pelo anterior». Lembra-se que, dos 17 ministros que integram o actual elenco governamental 14 são do P. S. 2 são do P. P. D. e 1 do P. C. P.

«O final do VI Governo e a sua abundante legislação não têm o mesmo significado que a «fúria legislativa» do V Governo» — considera o texto: «a de agora não é uma tentativa para deixar assinalada a sua passagem mas facilitar a tarefa do próximo». Segundo o P. P. D., em relação ao V Go-

verno, o próximo, do P. S., «só na aparência é diferente».

CONGRESSO

A realização do próximo Congresso do Partido Popular Democrático está prevista para a primeira quinzena de Setembro, mas não há ainda confirmação da data, apurou a ANOP junto daquele partido.

O informador acrescentou que neste momento não há nada decidido quanto ao local da sua realização.

Da agenda do Congresso de acordo com a mesma fonte — consta a revisão dos Estatutos, não se prevendo por outro lado, que seja discutida a reestruturação interna do partido, conforme aventava hoje um matutino do Porto.

MOBÍLIAS USADAS

Por falta de espaço, vendo barato mobílias c. jantar, quartos, modernas, estilo Q. Anne, D. Maria, Século XVII, roupeiros, estantes, sofás-camas, carpetes, etc. Rua Alves Torgo, 18, cave (ao Chile, de frente igreja de Arroios).

post-scriptum

Carta aberta a um deputado

Nascestes no Cruzeiro da Ajuda e com quatro anos vieste residir com os teus pais para a Portela da Ajuda. Ali vivemos um infância amargurada. Passámos muitas carências de vária ordem e uma das piores foi a falta de meios dos teus pais e dos meus, para nos instruímos, pois Salazar e seus apaniguados nunca quiseram saber das dificuldades que os filhos dos trabalhadores tinham. Os estudos eram para os privilegiados da burguesia.

Teu pai, pintor da construção civil, o meu estabelecido com uma modesta barbearia de aldeia não ganhavam para o sustento da numerosa família que tinham a seu cargo. O mesmo acontecia com o meu sogro, quando foi aliciado por um conterrâneo para ser legião. Por se ter recusado foi despedido, pura e simplesmente, das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, mais conhecida pelo Parque Automóvel, em Belém, ficando assim desempregado um chefe de família muitos meses. Ao tempo, Salazar provocou uma tremenda crise de emprego na construção civil e em outros sectores da vida nacional. Aos nossos pais deu a opressão, a outros deu prisão, tortura até à morte, pelos miseráveis esbirros da sua PIDE de triste memória. Deu-nos fome pelo racionamento dos géneros alimentícios nos anos quarenta, enquanto pelos caminhos-de-ferro, navios e até aviões, mandava os nossos alimentos para as tropas nazis da Alemanha. Nos anos quarenta e cinquenta, morreram muitos milhares de portugueses tuberculosos, devido à fome que o tirano deu ao povo.

Por tudo isto e que infelizmente é muito, não queremos que o fascismo e homens da índole de Salazar voltem para que não façam o mesmo que ele fez. Não queremos que os nossos filhos, assim como os filhos do povo trabalhador sofram as consequências dessa gentilha que enganou os nossos pais e avós, há anos, quando do movimento de 28 de Maio de 1926.

Queremos a liberdade e a democracia para bem de todos os portugueses. Temos todos de construir um País novo a caminho do socialismo, futuro risonho para todos aqueles que queiram trabalhar, como nós sempre trabalhamos. Mas a riqueza era para eles, e para nós, a miséria e a opressão. Agora será riqueza para o País, dividida por todos igualmente, para assim se acabar para sempre a miséria a que esteve sujeita a massa trabalhadora, desde os tempos remotos da Inquisição até ao 25 de Abril de 1974.

Desde os reis até à queda do fascismo, os governantes só queriam governar para terem privilégios. Para assim viverem na opulência, grandes caçadas, amantes e festas de casino. E para tudo isto havia ao fim de cada ano o tão falado saco azul, oferta que lhes dava o fascismo em prejuízo das classes trabalhadoras que tudo produzem, para que chulos e parasitas vivessem na abundância.

Com 10 anos de idade, já andava a aprender o ofício na barbearia do meu pai. Dividia o tempo de aprender o ofício com a escola primária. Da parte da manhã na escola, da parte da tarde na barbearia, e quando faltava às aulas era para ir para as bichas dos géneros alimentares nas aldeias vizinhas. Muitas vezes em vão. Voltava então para casa com o saco vazio e à noite eram umas sopinhas mal temperadas e cama. Foi assim a triste infância que tive, mais ou menos igual para a esmagadora maioria dos filhos dos trabalhadores portugueses.

Não deixaremos que isto tudo se repita e tu meu amigo, agora deputado na Assembleia da República, nunca te esqueças de defender com coragem e denodo as massas trabalhadoras. Lembra-te das nossas conversas desde a adolescência, a propósito de um dia se implantar no nosso país a democracia. Recordar-te que a barbearia do meu pai foi a única universidade que tivemos.

Amigo Jerónimo, vou terminar esta minha carta aberta, com um alerta a todos os jovens deste País, para que meditem e não permitam que o fascismo volte a lançar as suas garras sobre Portugal. Alerta extensivo a ti para que na Assembleia as mãos não te doam e que a tua mente esclarecida não se deixe enganar pela demagogia dos adversários políticos que ali irás enfrentar.

José Pereira Duarte — PORTELA

A alergia de duas «senhoras»

Numa altura em que a reacção está a recuperar forças, não é pois de admirar o que presenciei e que a seguir relato:

Seis horas da tarde de 5.ª feira (1/7), cidade do Porto, Praça da Liberdade. No passeio do Banco de Portugal cruzei-me com duas senhoras «muito senhoras», que aparentavam ter à volta de 60 anos. Aparentei-me, então, de parte de um diálogo que estavam a travar com uns três ou quatro miúdos dos bairros pobres da zona da Sé e que habitualmente pedincham à porta das confeitarias Arcádia e Ateneia. Elas, as «senhoras muito senhoras», abrindo as suas malinhas de mão, tiravam umas quantas moedas (não consegui ver de que valor eram), e deixando-as nas mãos dos miúdos, diziam: «Pega lá, isto é para vocês me tirarem esse Pato daí da parede. Rasgai-o, que não o posso ver».

De imediato os miúdos, a troco de umas moedas, executaram a ordem das senhoras «muito senhoras», treparam pelas paredes do Banco de Portugal e num instante o passeio ficou pejado de tiras de cartazes da última campanha eleitoral, com a fotografia de Octávio Pato.

Era visível a satisfação das tais senhoras «muito senhoras» que, sorrindo, desapareceram...

José Manuel Lopes da Silva — CUSTÓIAS

ASSAD: MÃO DE FERRO EM LUVAS DE VELUDO

Eric Rouleau

Há retratos seus em toda a parte. Nas administrações, nos estabelecimentos públicos, nas montras das lojas, em busto ou em corpo inteiro, com o uniforme de chefe supremo das forças armadas ou com um fato vulgar, de expressão severa ou sorrindo com indulgência, o presidente Hafez El Assad olha pelo destino dos seus concidadãos. Nos cartazes que os manifestantes brandem em Alep, a 1 de Maio, nas escolas primárias, ou pré-primárias, o chefe do Estado é ao mesmo tempo apresentado como «guia», «chefe» e «pai» da nação.

É grande o contraste entre a imagem que o povo tem dele, e o homem que a suscita ou a cauciona. O presidente Assad tem, tal como Nasser, o andar pesado, o gesto inábil, um falso ar de timidez e até de humildade. De cabeça levantada, rosto cheio e pele clara, bigode preto e hirsuto, encanta, por vezes, os visitantes, interrogando-os longamente, com interesse. Nestes últimos meses não era raro conversar com esta ou aquela personalidade libanesa ou palestina durante 4, 6 e até 8 horas a fio, sem mostrar cansaço. Avaro de palavras, exprimindo-se numa linguagem ambígua à força de ser elíptica, vê mais do que fala. Aparentemente compreensivo, tem ideias muito concretas e age, por vezes, num sentido que o interlocutor não previra.

Não é fortuita a estima que Kissinger e Assad têm um pelo outro. O intelectual americano, israelita de origem alemã, e o militar sírio de extracção alavita e camponesa, têm, paradoxalmente, mais de um traço em comum. Durante as suas múltiplas viagens entre Jerusalém e Damasco, o secretário de Estado queixava-se com admiração evidente de ter de tratar com um «terrível negociador», secreto, enigmático, hábil até aos limites do maquiavelismo. Nada abalava o líder «baasista», sempre em guarda: nem os dis-

curtos subtis nem as consequências apocalípticas que Kissinger lhe anunciava, nem as «histórias judaicas» que lhe contava para ilustrar a sua argumentação, nem as «piadas» sobre a senhora Golda Meir, destinadas a suavizar o clima das conversações. O presidente Assad ria de boa vontade mas não se afastava um milímetro que fosse das suas posições. Tenaz, sabia ser maleável quando pressentia que os israelianos também procuravam um compromisso. Foi o que aconteceu na Primavera de 1975, quando o presidente Assad, retendo bruscamente Kissinger que lhe dizia à porta do seu escritório, como se sentia triste por voltar a Washington de mãos vazias, lhe fez a concessão que conduziria a uma pacificação no Golan.

UMA CARREIRA FULGURANTE

Foi graças a uma vontade implacável, a excepcionais qualidades de manobrador e a uma proverbial paciência, que Hafez El Assad, filho de camponeses alavitas, medianamente cultivado, conseguiu, após uma carreira fulgurante no seio do exército, forçar as portas da presidência da República. Na história, da Síria, é ele o primeiro alavita a ser eleito (a 12 de Março de 1971) chefe do Estado, e com 99,2 por cento dos sufrágios.

Adere ao partido Baas aos 16 anos de idade (em 1946) e milita nos meios liceais de Lattaquieh. Inscreve-se na academia militar de Homs em 1952, e sai três anos depois piloto de caça e com a patente de tenente. Várias missões de estudo no estrangeiro — principalmente na URSS — precedem a sua promoção a general de divisão, em 1964. Entretanto não deixa de conspirar, principalmente no Cairo, para onde fora enviado.

É um dos membros do comi-

té militar clandestino que leva o Baas ao poder, em Março de 1963. Alia-se à corrente esquerdista de Salah Jedid, para derrubar, a 23 de Fevereiro de 1966, a «direcção direita» de Michel Aflak e Salah Bitar. Dedicase então a preparar a eliminação dos seus associados. Apesar das objecções dos camaradas, acumula as funções de ministro da Defesa e de comandante do Exército do Ar, dois lugares-chave que lhe permitem nomear os seus homens de confiança. Após a derrota do exército sírio, por altura da guerra israelo-árabe de Junho de 1967, consegue atribuir a responsabilidade dessa guerra aos dirigentes civis, e coloca todas as organizações paramilitares do Baas, tal como as dos «fedayn» palestinos sob seu controlo directo. Agora aliado a oficiais «moderados», apossa-se do poder em 1970, e manda prender o seu antigo aliado Salah Jedid e todos os partidários deste, que ainda continuam encarcerados.

Terá então fixado a si mesmo o objectivo ambicioso de ser, após o desaparecimento de Nasser e do rei Façal, líder do mundo árabe? Muitos dos seus adversários em Damasco estão persuadidos de que o projecto de união que ele pôs em acção com a Jordânia, a sua intervenção militar no Líbano, os golpes que dá à resistência palestina, não são mais do que etapas na linha que traçou.

UMA POLÍTICA PRAGMÁTICA

O presidente Assad pratica, desde a sua subida ao poder há quase seis anos, uma política marcada de um pragmatismo que surpreende os políticos baasistas mais blasés. Ele não renega os princípios progressistas do seu partido, mas, em nome da «luta sagrada contra Israel», renova relações e confraterniza com os dirigentes

mais conservadores do Próximo Oriente. Presta homenagem pública ao patriotismo do fei Hussein, saúda calorosamente o xá do Irão, ambos durante longo tempo denunciados em Damasco como «agentes do imperialismo». Estabelece estreitas relações com a Arábia Saudita e os Emirados do Golfo Pérsico, cujos fundos lhe permitem relançar, de modo espectacular, a economia síria.

Abre deste modo caminhos entre Damasco e Washington. As relações diplomáticas entre os dois países são restabelecidas na Primavera de 1974, seis meses após a Guerra de Outubro, antes de o presidente Nixon ter sido pomposamente recebido em Damasco. Preocupado com o equilíbrio e necessitando do armamento soviético, o presidente Assad — ao contrário de Sadate — mantém ligações com o Kremlin.

Durante muito tempo conseguiu satisfazer os dois supergrupos: desde a eliminação dos seus predecessores esquerdistas, pôe termo à sua demagogia e renuncia à «guerra popular de libertação» destinada a destruir o Estado de Israel. Em 1972, adere à resolução 242 do Conselho de Segurança, adoptado em 1967 e, no decorrer de entrevistas concedidas a jornalistas americanos acaba por admitir explicitamente que está disposto a concluir um tratado de paz com Israel. Em 1973 aceita o princípio da conferência de Genebra, o que não o impede, de vez em quando, de a recusar em proveito da diplomacia unilateral dos Estados Unidos. «A principal censura que faço acerca da política de Kissinger chamada de passo a passo», declarou ele um dia a um jornalista americano, «é que se trata de uma marcha de tartaruga, quando eu quero caminhar a passo de gigante». Em contrapartida, a campanha virulenta que ele lança contra os Estados Unidos e o Egipto

Continua na pág. 5

MÉDIO-ORIENTE

O FIM DA "CONCORDÂNCIA"?

Se a União Soviética é, de momento, a única das grandes potências a criticar publicamente a intervenção síria no Líbano, ela não é a única a retroceder progressivamente na «concordância» dada pelas grandes capitais até ao fim da última semana, à acção de Damasco. Também nos Estados Unidos os «meios informados» fazem agora saber que Washington não foi prevenido do envio de novas tropas sírias para o Líbano — tropas essas cujos efectivos regulares são calculados em dez mil homens — e preocupam-se com as decisões que o presidente Assad poderia tomar.

Os elementos que permitiam essa «concordância dos grandes» começam, com efeito, a fazer hoje falta. Estava-se pronto a fechar os olhos, tanto em Washington como em Moscovo, enquanto a intervenção síria pudesse ser apresentada

cação que visava interpor-se entre os combatentes e que contribuía efectivamente para o regresso à calma. O abrandamento dos combates, verificado nos primeiros dias, justificava essa indulgência e fazia esperar que pudesse esboçar-se uma tentativa de reorganização política.

Não acontece o mesmo quando as tropas sírias esbarram nas montanhas libanesas e perto de Beirute, e quando o sangue «corre ainda mais abundantemente», como o verifica a agência Tass. Claro que os combates ainda seriam mais mortíferos — mas a sua solução mais rápida — se as tropas sírias decidissem «tratar do caso», o que ainda parecem não estar resolvidas a fazer. Ao mesmo tempo, a resistência dos palestinos e dos progressistas libaneses, tornou-se mais viva após alguns dias de flutuação, privando os sírios do

como uma acção de pacificação decisiva que teria legitimado a sua intervenção.

Os dirigentes soviéticos têm outros motivos, que lhes são particulares, para se mostrarem mais severos para com Damasco. As forças da esquerda libanesa e, sobretudo, os palestinos da O.L.P. tornaram-se os seus principais aliados na região, após a deserção do Egipto e a melhoria das posições americanas no Médio Oriente.

É certo que Kossyguine, no decurso da sua recente viagem ao Próximo Oriente, evitara aprovar explicitamente a acção da Síria. O comunicado que ele assinara em Bagdad com os dirigentes iraquianos precisava mesmo que uma solução positiva da crise libanesa «poderia ser conseguida pelo próprio povo libanês», o que era um modo de dizer que era possível não precisar dos sírios. Em Da-

masco, uma tal precisão fora, está bem de ver, omitida, e as duas partes haviam-se limitado a proclamar a sua dedicação à manutenção «da integridade, da independência e da soberania do Líbano». Ao mesmo tempo, a U.R.S.S. quer fazer saber que não ficará afastada em caso de verdadeira internacionalização do conflito libanês: o argumento da «proximidade dos territórios», utilizado noutras ocasiões a propósito do Médio Oriente, é desta vez vinçada pela presença no Mediterrâneo de uma frota soviética, duas vezes mais importante — pelo menos em número — que a 6.ª frota americana. A iniciativa de Giscard já tivera o efeito indirecto de acentuar estas tendências para a internacionalização, e a agência Tass não deixa de as referir. Os riscos só poderão aumentar, se a crise não tiver uma solução em Beirute.

Le Monde

Nacional

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

AVENIDA VISCONDE VALMOR, 34-1.º — LISBOA-1
Telefones: 77 02 74 / 76 32 76 / 77 00 66

COMUNICADO

O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa apoia e solidariza-se com a luta dos estudantes de Coimbra para a libertação e ilibação total do seu camarada FAUSTO CRUZ.

Fazêmo-lo porque constatamos a incapacidade das forças contra-revolucionárias para fazer justiça, enquanto fazem vista grossa sobre os reaccionários que transportam e exibem armas de fogo, bombas, cacetes e barras de ferro, promovendo assim a destruição de tudo o que é revolucionário e progressista.

Fazêmo-lo porque os nossos direitos fundamentais estão em perigo sempre que os agentes do terrorismo se passeiam impunemente pelas ruas, sendo, por outro lado, agredidos os amantes da paz, da liberdade e da justiça.

Fazêmo-lo ainda porque os «responsáveis» pelas injustas decisões deste caso não querem somente visar o estudante FAUSTO CRUZ, mas sim toda uma ideologia de justiça e progresso onde está inserido o estudante progressista em causa.

CAMARADAS, hoje, Quinta-feira, pelas 18.30 horas, realiza-se uma manifestação de apoio na Praça do Comércio.

**CONDENAÇÃO IMEDIATA DOS REACCIÓNÁRIOS!
PROTECCÃO ACTIVA AOS TRABALHADORES!
POR UMA VERDADEIRA JUSTIÇA SOCIAL!**

Lisboa, 7 de Julho de 1976

P.ª DIRECCÃO
Rogério Torres

SINDICATO DOS CAPITÃES, OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE

CONVOCATÓRIA MESA DE VOTO

Funcionará no dia 9 de Julho de 1976 (sexta-feira) uma Mesa de Voto, entre as 09.00 e as 22.30 horas, na sede deste Sindicato, na Praça de D. Luís, 9-1.º Dt.º em Lisboa.

ASSEMBLEIA GERAL

Para cumprimento do disposto na alínea 1) do Art.º 22.º dos Estatutos e alínea 1) do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral é convocada para as 21.00 horas de sexta-feira, 9 de Julho de 1976, uma ASSEMBLEIA GERAL, na sede do Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Corpos Gerentes para o biénio 1976/78.

Lisboa, 8 de Maio de 1976

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL

Júlio Quintela Paixão de Almeida Dias

Campanha de Alfabetização Agosto/Setembro



CURSOS PARA ALFABETIZADORES
EM LISBOA — 12-16 Julho
INSCRIÇÕES NAS BANCAS DE ESCOLA E NA SEDE — FACULDADE DE LETRAS

JORNADA NACIONAL DE FUNDOS

a 11 de Julho

O P.C.P. E A SITUAÇÃO POLÍTICA

Recuperação do terreno "com juros" e oposição ao Governo P.S. sozinho

Em reunião plenária que teve lugar no passado dia 5, o Comité Central do Partido Comunista Português, examinando a campanha eleitoral para a Presidência da República e a situação decorrente dos seus resultados, aprovou uma resolução intitulada «O PCP e a situação política após as eleições presidenciais».

Nesse importante documento, depois de se sublinhar que as últimas eleições não constituíram um acontecimento isolado na vida política portuguesa, inserindo-se numa conjuntura política dominada pela entrada em vigor da Constituição e pela recente realização das eleições para a Assembleia da República, assinala-se a pesada derrota que esses dois acontecimentos fundamentais representaram para as forças reaccionárias, que viram nas recentes eleições para a Presidência da República uma ocasião de recuperar o terreno perdido, procurando alterar, através do apoio ao candidato sugerido por militares e apoiado pelo PS, a arrumação das forças políticas e o significado das eleições legislativas.

Analisando as pretensões e exigências da direita, animadas, segundo o documento, pela direcção do PS, ao insistir «no anticomunismo e na convivência com o CDS e o PPD nas mesmas iniciativas da campanha eleitoral», a resolução constata que «a reacção interna e o imperialismo procuram lançar a ideia de que a real maioria política existente no País é do PS com a direita», procurando assim «afirmar a existência duma maioria política presidencial (que realmente não existe como coligação de partidos) e transplantá-la para a Assembleia da República e para o governo a formar».

Sobre a candidatura do manista, o documento refere que o PCP se pronunciou, em devido tempo, pela apresentação de um candidato militar que reunisse as seguintes condições: «a) ser proposto ou ter o apoio do Conselho da Revolução; b) ter o apoio das estruturas fundamentais político-militares e militares; c) dar pessoalmente garantias de defender as liberdades e as outras conquistas da revolução cumprindo e fazendo cumprir a Constituição; d) poder ter o apoio dos partidos democráticos, designadamente do PCP e do PS, para que fosse assegurada a necessária votação no acto eleitoral».

Tendo sido apresentadas candidaturas de dois membros do Conselho da Revolução e tendo sido mesmo falada uma terceira, «o PCP resolveu não apoiar, nem hostilizar qualquer dos candidatos», porquanto «se o fizesse não contribuiria

certamente para facilitar a aproximação de todos quantos nas Forças Armadas, embora com pontos de vista diferentes, defendem o ideal libertador do 25 de Abril».

Deste modo, segundo a resolução aprovada, «a apresentação de um candidato comunista tornou-se a única posição capaz de contribuir positivamente para a consolidação e prosseguimento do processo democrático», já que se o PCP se deixasse influenciar «pela pressão simultânea da direita reaccionária e dos aventureiros esquerdistas que queriam que o PCP passasse ao ataque aos candidatos militares, ao Conselho da Revolução e às Forças Armadas» produziria-se uma ruptura que «apenas poderia servir os interesses da reacção; o PCP, com a classe operária, tudo faz e tudo fará para não cair em tal armadilha».

«NENHUMA SAÍDA»

Sobre a candidatura do major Oteio, o documento salienta que «os factos estão mostrando a justeza da posição do PCP e das suas advertências», segundo as quais a candidatura do major Oteio «em nada contribuiria para dar qualquer saída à situação política, mas teria apenas como consequência tirar votos ao PCP e facilitar a formação de um governo de direita», sublinhando ser «esclarecedor o regozijo com que as forças reaccionárias, designadamente o PPD no Comunicado do seu Secretariado Nacional depois das eleições, saudaram e vitóriaram a candidatura do major Oteio e as suas votações superiores às do candidato comunista».

Ainda sobre a candidatura comunista, depois de se reconhecer que o desenrolar da campanha não desvaneceu a inquietação acerca das candidaturas dos militares membros do Conselho da Revolução, «nem desfez as ilusões largamente espalhadas acerca da candidatura do major Oteio», tão-pouco se conseguindo uma elevada votação para o candidato comunista, insiste-se em que «a não ser apresentada a candidatura comunista, o movimento operário e popular não teria tido a sua voz, independente e autónoma. Ter-se-ia colocado inteiramente a reboque dos militares, da pequena burguesia, dos oportunistas de direita e esquerdistas», acentuando-se que «o terreno aparentemente perdido pelo PCP «será recuperado com juros»».

O extenso documento do Comité Central do PCP, nas considerações acerca dos resultados eleitorais, salienta que esses resultados «traduzem a deslocação para a esquerda de mais de 200 000 votos, uma vez que a soma de votos em Octávio Pato e Oteio excede nesse número a soma de votos recebidos nas eleições para a Assembleia da República pelos partidos e grupos que apoiaram essas candidaturas».

GOVERNO MINORITÁRIO

Sobre as relações do PCP com os novos órgãos do poder, nomeadamente no que se refere à formação do novo governo, o Comité Central daquele partido considera que «a insistência dos dirigentes do PS em formar um governo do PS sozinho contraria as regras democráticas e não conseguirá dar solução aos problemas que o País defronta».

«O PCP torna uma vez mais claro que não apoiará um Governo PS sozinho», lê-se no referido documento, que mais adiante, entre as razões dessa posição de princípio, aduz que «um tal governo, apoiado pelo PPD ou pelo PPD e CDS, praticará, inevitavelmente, qualquer que seja em palavras o seu programa, uma política de direita, contrária aos interesses das classes trabalhadoras e aos interesses do País, uma política antioperária e antipopular, uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista».

Insistindo em que apenas um governo de esquerda com participação comunista estará em condições de «adoptar e aplicar uma política que responda aos interesses dos trabalhadores e de toda a população e resolva com êxito os graves problemas políticos, económicos e sociais, que Portugal defronta no momento presente», o Comité Central do PCP reserva-se o direito, que lhe confere a Constituição, e faz parte inerente da democracia, «de se opor a um governo cuja política condene e de desenvolver a luta contra tal política e tal governo», alertando contra os projectos da formação «duma maioria e dum governo PS-PPD-CDS, que as forças reaccionárias e o imperialismo estrangeiro procuram preparar. Um tal governo, que

alguns intitulam de «salvação nacional» seria um governo, não apenas de direita, mas um governo reaccionário que haveria que combater energicamente».

Protestando contra a impunidade do terrorismo, incompatível com a vida democrática, o Comité Central do PCP sublinha que «o regime democrático consagrado na Constituição é para toda a República Portuguesa e não de âmbito regional».

Depois de chamar uma vez mais a atenção para o facto de que «a democracia só poderá ser construída se forem defendidas, consolidadas e prosseguidas as outras grandes conquistas da revolução (nacionalizações, reforma agrária, controlo operário)» e de asseverar que «a estabilização económica e uma política de desenvolvimento devem fazer-se com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores», já que «a defesa dos interesses dos trabalhadores é parte integrante da democratização da vida nacional», o documento, pronunciando-se pela necessidade do «reforço do movimento sindical», conclui com a afirmação de que «os interesses dos trabalhadores só podem ser eficazmente defendidos, e a democracia só pode ser defendida, consolidada e prosseguida com o PCP e nunca contra o PCP».

LE turismo estudantil
organização portuguesa para o
turismo juvenil T.801046/7

FÉRIAS 76

Viagens organizadas:

2 SEMANAS na URSS — Julho, Agosto, Setembro, Novembro

ARGÉLIA — Agosto
BULGÁRIA — Setembro
ROMÉNIA — Agosto

cômodas passagens aéreas, pensão completa, circuito interno, visitas, encontros, assistência de guia.

NOTA IMPORTANTE:

Devido a acordos de intercâmbio sem divisas entre o TURISMO ESTUDANTIL e as organizações de Turismo Juvenil daqueles países, o custo das viagens não é em nenhum caso registado nos passaportes nem é afectado pelas actuais restrições na saída de divisas.

VOOS ESPECIAIS (Só para estudantes)

de LISBOA para: AMSTERDÃO
COPENHAGUE
ESTOCOLMO
HELSINKI
LENINEGRADO
LONDRES
MOSCOVO
OSLO

COM LIGACÕES PARA TODO O MUNDO.

OUTROS SERVIÇOS TE

Cursos de Férias, Campos de Trabalho, emissão de CARTÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTE, Cartão de Alberguista, Cartão de Campista, Passaportes, SEGURO ISIS de viagem.

CENTRO DE FÉRIAS TE em TROIA

Aberto todo o ano à juventude de todo o Mundo. Actividades culturais, desportivas e recreativas. Excursões e visitas opcionais. Preço — 30\$00 por dia (alojamento).

MARCAÇÕES — INFORMAÇÕES

SEDE — TURISMO ESTUDANTIL
Rua Fernando Pedroso, n.º 31 — Telef. 80 10 46/7
Lisboa-I — Portugal

Filiais:

COIMBRA — Rua da Ilha, 20 — Telef. 224 56
PORTO — Rua da Boa Hora, 18 — Telef. 254 35
LISBOA — Hospital de St.ª Maria, Piso 01

MADEIRA

DE 6 a 8 DOMINGOS/PARTIDAS DE LISBOA



VOOS REGULARES TAP

finis de semana

AVIAO + HOTEL + P. ALMOÇO
TAXAS + EXC. DE MEIO DIA

DESDE

2.490\$

ORGANIZAÇÃO

VIAGENS RAWES

Lisboa — Correspondência R. Bernardino Costa, 41
Expediente: Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro — Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 231956

CONSELHO DE MINISTROS CONTESTADO PELOS TRABALHADORES

Controlo de gestão facilita recuperação capitalista

O Conselho de Ministros do VI Governo encerrou ontem a sua actividade aprovando quinze projectos de decretos-lei, entre os quais se destacam o que passa a regulamentar a forma de eleição das comissões de trabalhadores, os respectivos direitos e a forma do seu exercício e um outro que passa a constituir a nova lei sobre a política de solos. De salientar ainda mais dois outros diplomas um criando o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e outro criando a empresa (pública) de Celulose e Papel de Portugal, E.P. — Portucel.

Destas medidas a mais controversa refere-se ao controlo de gestão e, mesmo antes de ser aprovada, mereceu o repúdio de vastos sectores de trabalhadores, nomeadamente através da Intersindical e da União dos Sindicatos de Lisboa, que denunciaram de imediato o facto de o Governo que agora cessa funções sempre se ter recusado a fazer publicar o diploma sobre o mesmo tema anteriormente aprovado pelo V Governo Provisório, lançando agora um outro sem qualquer consulta prévia aos trabalhadores e às suas organizações sindicais, em «flagrante violação da Constituição».

Nos mesmos círculos, acentua-se que esta medida, adicionada às aprovadas em anterior Conselho de Ministros e que foram um substancial aumento do custo de vida, aponta de forma indistigável para a «recuperação patronal e capitalista», visando além disso facilitar ao próximo Governo a adopção de medidas antipopulares mediante legislação previamente elaborada.

PROJECTO DO VI GOVERNO

Em comunicado sobre os diplomas aprovados na sessão de ontem, dá-se conta do articulado do projecto de decreto-lei sobre o controlo de gestão, nos seguintes termos:

«O Conselho de Ministros aprovou na especialidade um projecto de decreto-lei que passa a regulamentar a forma de eleição das comissões de trabalhadores, os respectivos direitos e a forma do seu exercício.

«Entre esses direitos inclui-se o de controlo da gestão no âmbito da economia da própria empresa.

«Assim se deu cumprimento ao disposto nos artigos 55.º e 56.º da Constituição da República.

«As comissões de trabalhadores são eleitas por iniciativa

e em plenário dos trabalhadores permanentes da respectiva empresa, de entre eles, por voto directo e secreto, só sendo válida a eleição quando efectuada à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número de trabalhadores da empresa.

«O plenário deverá ser convocado com a antecedência mínima de quinze dias, em termos de ampla publicidade, com menção da hora, local e objecto.

«Em caso de dispersão geográfica dos estabelecimentos ou departamentos da empresa, o plenário poderá desdobrar-se em assembleias regionais.

«É ainda permitida a eleição de comissões coordenadoras eleitas pelas comissões de trabalhadores.

«Os plenários dos trabalhadores aprovarão ainda o estatuto por que se regem as respectivas comissões de trabalhadores.

«As comissões de trabalhadores não poderão exceder o seguinte número de membros:

- a) Empresas até 200 trabalhadores — 3 membros;
- b) Empresas de 200 a 1000 trabalhadores — 6 membros;
- c) Empresas com mais de 1000 trabalhadores — 9 membros.

«O controlo da gestão não pode ser desviado do seu fim justificativo nem pode, nomeadamente, entrar ou comprometer a normal actividade da empresa, nem interferir com o exercício das funções dos seus órgãos de gestão ou dos responsáveis da respectiva hierarquia.

«Deve, aliás, ser exercido apenas em função dos aspectos económicos da gestão, ou com eles conexos.

«O controlo pode ser exercido em todas as empresas nacionais incluindo as empresas públicas nacionalizadas, participadas ou sob intervenção do Estado que ocupem mais de 50 trabalhadores.

«Excepcionam-se certas actividades que envolvam prerrogativas de Governo ou de Defesa Nacional, actividades da emissão de moeda política cambial e monetária, etc.

«O diploma fixa ainda as prerrogativas das comissões de trabalhadores para o exercício do direito de controlo».

POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

O anúncio da decisão do Conselho de Ministros de deliberar sobre o controlo de gestão, provocou, mesmo antes de

reunião, protesto da Intersindical e da União dos Sindicatos de Lisboa, a primeira através de um telegrama enviado ao Presidente da República e a segunda por meio de uma moção subscrita por 24 Sindicatos e enviada ao Presidente da República, Conselho de Ministros, ministro do Trabalho, Conselho da Revolução, presidente da Comissão Constitucional e presidente da Assembleia da República.

O telegrama da Intersindical, referenciando que o VI Governo se furtou a fazer publicar o diploma que sobre o mesmo tema já havia sido aprovado pelo V Governo Provisório com a aprovação dos trabalhadores e do movimento sindical e considerando que o presente diploma foi elaborado sem recurso àquelas das instâncias, conclui pela «flagrante violação da Constituição», prosseguindo:

«Considerando que os projectos elaborados pelo Ministério do Trabalho limitam os direitos dos trabalhadores e das comissões de trabalhadores e visam tornar ineficaz o exercício do controlo de gestão, com objectivos indistigáveis de recuperação patronal e capitalista, violando assim, entre outros, os artigos 55.º e 56.º da Constituição;

«Considerando que a eventual aprovação de tal diploma representaria uma inadmissível antecipação à entrada em funcionamento dos órgãos constitucionais e uma invasão da competência exclusiva da Assembleia da República para legislar sobre os direitos, liberdades e garantias (artigos 167.º e 17.º da Constituição);

O Secretariado da Intersindical Nacional, reunido em 7 de Julho de 1976 e seguro de interpretar a vontade de todos os trabalhadores portugueses, manifesta firme oposição ao referido projecto e à sua eventual aprovação pelo actual Governo, exigindo que seja cumprida a Constituição e respeitados os direitos dos trabalhadores».

A moção aprovada pela União dos Sindicatos de Lisboa acompanha a argumentação expressa no telegrama da Intersindical.

POLÍTICA DE SOLOS

Na sua última reunião, o Conselho de Ministros aprovou ainda um projecto de decreto-lei emanado do Ministério da Habitação e Urbanismo, o qual constitui a nova lei sobre política de solos.

O comunicado do Conselho de Ministros destaca que neste diploma «se aponta para uma municipalização gradual e sistemática do solo integrado em aglomerados urbanos», não sendo visado «uma municipalização imediata pelo receio de paralisações e retracções nas aquisições ou construções de casas próprias». De qualquer modo, acentua o comunicado, «passará a caber à administração o efectivo comando do processo urbanístico, em íntima ligação com o planeamento ao nível central e regional».

Sobre outros pontos importantes do projecto de decreto-lei, diz o comunicado:

«Cria-se a figura jurídica das «zonas de defesa e controlo urbanos», áreas envolventes dos aglomerados populacionais, suficientemente amplas, em que a administração possa estabelecer limitações convenientes às alterações do uso dos solos e das suas características físicas, com vista a permitir o controlo urbanístico sobre fenómenos «respon-

tâneos» de certas ocupações ou utilizações dos solos e a preservar certas áreas que, pelas suas características biofísicas, sejam necessárias ao equilíbrio e ao funcionamento de todo o sistema urbano. Poderá haver lugar à delimitação de uma única zona de defesa e o controlo urbanos para um conjunto de aglomerados, quando tal se mostrar mais conforme ao ordenado desenvolvimento da região.

«Nos casos em que a apropriação do solo por parte da administração é definitiva — o que constituirá a regra — haverá lugar à cedência do direito de superfície por determinado período, prorrogável, por ajuste directo, sempre que se trate de entes públicos ou se destine a planos de construção de habitação social, e nos outros casos mediante hasta pública.

«A associação da administração com particulares em operações urbanísticas é mantida em termos mais operacionais, acentuando-se, porém, o princípio da necessidade de acordo de todos os interessados.

«Quando a áreas necessárias para a expansão de aglomerados urbanos, execução de um plano de renovação, ou qualquer outro empreendimento de interesse público, permite-se a atribuição do direito de preferência em certos termos.

«As operações de loteamento urbano por particulares sofrem mais apertados limites e condicionamentos.

Procurou-se assegurar a recusa de licença nos casos em que a imediata ou próxima realização do loteamento seja inconveniente para a adequada programação da execução de planos de interesse regional ou geral, bem como prever novas condições para a concessão das licenças ou loteamento, designadamente a cedência à administração, gratuitamente ou mediante certo preço, de um determinado número de lotes.

«A matéria relativa às demolições para reconstrução passa a ter novamente o seu assento na «lei dos solos». No que se refere à demolição de edifícios destinados à habitação, adoptou-se um sistema com dois regimes paralelos ou simultâneos: um, mais rigoroso, para os aglomerados com maior volume populacional, em que a demolição só será permitida

nos casos em que os edifícios carecem de requisitos de habitabilidade indispensáveis, tais como falta de condições de solidez, segurança ou salubridade, e não se mostre aconselhável, sob o aspecto técnico ou económico, a respectiva beneficiação ou reparação; outro, menos rigoroso, para os restantes aglomerados, em que a demolição será permitida por motivo socialmente justificado. Mantém-se inalterável a proibição absoluta de despejos para demolição, por interesse particular.

«O presente diploma estabelece a possibilidade de se delimitarem zonas em que é vedada a utilização de certos edifícios com vocação habitacional, para o exercício de actividades comerciais ou industriais, ou de profissões liberais. Trata-se de uma novidade na nossa ordem jurídica, amplamente justificada pelo aumento de habitações disponíveis que acarreta a desnecessidade de afastamento, para zonas periféricas ou mesmo suburbanas, de agregados familiares de poucos recursos económicos.

«Dá-se um tratamento rigoroso às áreas críticas de recuperação e reconversão urbanísticas, em que a falta ou insuficiência de infra-estruturas urbanísticas ou de equipamento social, ou as deficiências dos edifícios existentes, em condições de solidez, segurança ou salubridade, atinjam uma gravidade tal, que só a intervenção da administração, através de providências expeditas e de fácil e rápida execução, permita obviar eficazmente aos inconvenientes e perigos inerentes às mencionadas situações. Nos casos em que não for possível intervir

em termos de se obter desde logo a renovação plena de toda a área, haverá lugar a uma intervenção progressiva ou escalonada, consoante as possibilidades e a ordem de prioridade que se mostre aconselhável».

OUTRAS DECISÕES

Para além destes projectos de decreto-lei, destacam-se ainda, das resoluções tomadas ontem, dois outros: um criando o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e outra a Empresa de Celulose e Papel de Portugal, E.P. — Portucel.

O novo Instituto será dotado de autonomia administrativa e financeira, compreendendo os seguintes serviços: Direcção dos Serviços de Patentes, Direcção dos Serviços de Marcas, Direcção dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Documentação e Informação e Direcção dos Serviços de Recursos e Delitos. Disporá ainda de um conselho administrativo e de uma comissão de gestão do pessoal.

Quanto à nova empresa, integrará as sociedades já nacionalizadas: Companhia Portuguesa de Celulose, Sociedade Industrial de Celulose, Celulose do Tejo, Celulose do Norte, Celulose da Guadiana e Celulose da Beira Industrial. Esta empresa será dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, tendo património próprio e gozando de exclusivo de produção de pasta de celulose e da sua transformação em unidades integradas de papel e cartão, ressalvados os direitos reconhecidos à C.E.L.B.I. e à Companhia de Celulose do Caima.

MÃO DE FERRO EM LUVAS DE VELUDO

Continuação da pág. 3.

após a assinatura do acordo do Sinai em Setembro último, dispõe bem a União Soviética.

A «abertura» externa é acompanhada de uma «liberalização» económica no interior: o socialismo baasista, austero e dirigista, dá, sob a égide do presidente Assad, uma grande liberdade à nova classe de negociantes que dá origem a numerosos milionários. O papel do Baas no seio do Estado reduz-se à sua expressão mais simples: as actividades da «frente progressista», que reagrupa todas as formações de esquerda, estão virtualmente «congeladas» desde a Primavera de 1975; o Parlamento (nomeado) e o Governo (largamente dominado pelos baasistas) só têm funções consultivas e administrativas.

Governando a Síria com mão de ferro em luvas de veludo, o presidente Assad conta com o seu exército, com a sua poderosa guarda pretoriana coman-

dada por seu irmão Riffat El Assad, para levar a bom termo, sem interferências, a perigosa operação que leva a efeito no Líbano.

© LE MONDE

Conselho Superior da Armada reformulado e actualizado

Uma portaria publicada no «Diário da República» reformula a competência do Conselho Superior da Armada, como órgão superior de consulta do chefe do Estado-Maior da Armada em problemas e decisões importantes a tomar sobre a gestão da Marinha.

O CSA será normalmente consultado sobre missões gerais da Marinha, planos navais, doutrina da guerra naval e outras questões essenciais para o planeamento estratégico, operacional e logístico e é constituído por onze membros: chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Souto Cruz, vice-chefe do Estado-Maior da Armada, contra-almirante Leonel Cardoso; sub-chefe do Estado-Maior, comodoro Adriano Carvalho; adjunto do

C. E. M. A., contra-almirante Dias Martins, superintendente do Serviço de Pessoal, comodoro Silva Horta; superintendente do Serviço de Material, comodoro Filgueiras Soares; superintendente dos Serviços Financeiros, comodoro Alfredo Oliveira; comandante naval do Continente, comodoro Melo Cristina; director do Instituto Superior Naval de Guerra, comodoro Aragão; director-geral do Instituto Hidrográfico, comodoro Palhinha e director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo, comodoro Garcês de Lencastre.

O chefe, vice-chefe e subchefe do Estado-Maior da Armada são respectivamente presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Superior da Armada.

Forças militarizadas ganham diuturnidades iguais às das F.A.

Foi estabelecida a concessão de diuturnidades à GNR, à GF, e à PSP, no regime e nos quantitativos que forem estabelecidos para os oficiais dos três ramos das Forças Armadas — determina um decreto-lei dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças, publicado no «Diário da República, I Série, n.º 158».

O decreto que estabelece as diuturnidades para as FA será adaptado a estas forças paramilitares, atendendo às características específicas das três corporações.

Para concessão do abono de diuturnidade é contado o tempo de situação prestado ao Estado nas funções de actividade e reserva, nas fileiras ou no exercício de outras funções públicas.

CONION O MELHOR EM CAPTAÇÃO E SOM

O melhor Rádio e Gravador do Mundo

Rua Pascoal de Melo n.º 7, 1.º — Lisboa

FÉRIAS NA MADEIRA

1 SEMANA

SÉRIE «A» todos os DOMINGOS

PARTIDAS:

Julho 4, 11, 18 e 25

Agosto 1, 8, 15, 22 e 29

Setembro 5, 12, 19 e 26

SÉRIE «B» todos os 3.ª FÉRIAS

PARTIDAS:

Agosto 3, 10, 17, 24 e 31

SÉRIE «C» todos os 5.ª FÉRIAS

PARTIDAS:

Julho 16, 23 e 30

Agosto 6, 13, 20 e 27

Preços excepcionais desde *

INCLUINDO:

• Viagem em avião a jacto TAP

• Estadia no Hotel

• Transportes em terra

• Visita turística

• Assistência de delegado

* e vantagem dos voos especiais

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021

PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921

COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 270112

FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 250356

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PUB

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

RELATÓRIO E CONTAS ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do art.º 28.º dos Estatutos e nos termos da alínea b) do art.º 24.º dos mesmos, convocamos a Assembleia Geral para reunir nos dias e locais abaixo indicados com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Apreciação, discussão e votação dos Relativos aos exercícios de 1975.

Em LISBOA: No dia 16/7/76 às 21 horas, no Anfiteatro de Minas do Instituto Superior Técnico.

No Porto: No dia 17/7/76 às 16 horas, no INATEL — Praça da Batalha, 32.

Nota: As reuniões da Assembleia Geral têm início à hora marcada com a presença da maioria dos sócios ou 30 minutos depois com qualquer número. (Art.º 29.º dos Estatutos).

Lisboa, 7 de Julho de 1976

A COMISSÃO DIRECTIVA
Saraiva Mourão
Francisco Mendes

Nacional Reestruturação das Forças Armadas passa pela COPERFA

Por portaria do Conselho da Revolução foi criada, no E. M. G. F. A., uma comissão permanente para a reestruturação das Forças Armadas, abreviadamente designada por COPERFA, e que se apoiará no Estado-Maior Coordenador das F. A.

A comissão terá por missão o estudo e planificação da reestruturação das F. A., e orientará e coordenará os estudos com vista à apresentação de um plano geral, a concretizar em cinco anos. O plano geral assentará no conceito de

defesa, nos objectivos e nos níveis de forças aprovados pelo Conselho da Revolução, e deverá conjugar os planos parciais de cada ramo nos vários aspectos que interessam à reestruturação das F. A. e respectivas implicações orçamentais.

A COPERFA será composta

pelo chefe do E. M. G. F. A., pelo chefe do E. M. E., pelo chefe do E. M. A., e pelo chefe do E. M. F. A., podendo estas entidades delegar as respectivas competências, para efeitos de orientação, apreciação e dinamização dos trabalhos, em oficiais gerais adjuntos, nos diferentes ramos das F. A.

Adido das F.A. na Embaixada de Madrid

Foi criado o lugar de adido das Forças Armadas junto da Embaixada de Portugal em Madrid, por decreto-lei, com data de hoje, do Conselho da Revolução, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 158.

Ao lugar criado, pelo novo diploma será aplicável a legislação relativa às missões militares junto das Embaixadas em Paris, Londres e Bona.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

SEDE — Rua Joaquim António de Aguiar, 66-3.º-Esq.º — LISBOA

Foi publicado em alguns órgãos de informação uma convocatória da Assembleia Geral do nosso Sindicato para o próximo sábado, dia 10, pelas 14.30 horas, com a finalidade de analisar, discutir e tomar medidas face ao relatório elaborado pela Comissão de Inquérito eleita na Assembleia Geral de 8 de Maio.

Tornando-se impossível a esta Comissão apresentar o seu relatório por forma a que este pudesse ser analisado nas Assembleias Regionais que precedem, conforme determinam os Estatutos, a Assembleia Geral, torna-se nula essa convocatória, pelo que se convoca a Assembleia para o dia 17.

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 33.º dos Estatutos do Sindicato e no cumprimento da proposta aprovada na Assembleia Geral realizada em 8 de Maio de 1976 convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos para o dia 17 (sábado), pelas 14.30 horas, no INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (Salão Nobre) com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO: — Análise, discussão e medidas a tomar face ao relatório elaborado pela Comissão de Inquérito.

Lisboa, 6 de Julho de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Amílcar Santos Carvalho

1 SEMANA EM PARIS

PARTIDAS (vôo especial TAP):
Agosto: 3, 10, 17 e 24

Preços excepcionais desde **5.490\$**

+ a vantagem dos voos especiais

abreu
fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 180 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Seta, 2 • Telef. 27011/2
FARO Rua Cons. Evar. 65 • Telef. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Se tem menos de 23 anos

INTER RAIL

um mês de viagem ao estrangeiro por 3193 esc.



Milhares de quilómetros através de 20 países

Caminhos de Ferro Portugueses



DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa

Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 4\$00 por exemplar

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

GERENTE GERAL

ADMITE MÉDIA EMPRESA DE REPARAÇÃO NAVAL DA ÁREA DE LISBOA COM PRÁTICA COMPROVADA DE DIRECÇÃO

RESPOSTA COM «CURRICULUM VITAE» A ESTE JORNAL

AO N.º 1649

MAJOR MENINO VARGAS AO "DL"

Testemunha privilegiada conta o caso da Herdade do Roncão

ENTREVISTA DE AUGUSTO VILELA



No Tribunal de Roncão corre um processo cujo julgamento se aguarda com grande expectativa pelas implicações que poderá ter na compreensão de certas contestações à Reforma Agrária e à actuação de alguns latifundiários nos dias que antecederam os acontecimentos de 25 de Novembro. Trata-se do caso da desocupação da Herdade do Roncão, em Odemira, às ordens de Vital Furtado, homem rico de Vila do Bispo, que a tinha de arrendamento, à semelhança de outras. Situada perto da foz do Rio Mira, a Herdade do Roncão, que antes era cultivada, empregava ultimamente apenas sete trabalhadores que tinham a seu cargo o gado.

Sobre a verdadeira utilização desta herdade corriam diversas versões, sendo uma delas que por aquela propriedade passava com frequência contrabando. Diversas investigações tentadas para a descoberta da suspeita rede de contrabandistas nunca chegaram a bom termo. Como sempre nestas coisas de contrabando tudo se perde nos últimos momentos, num horizonte nebuloso.

A Herdade do Roncão, abrangida pela Reforma Agrária, foi ocupada em 22 de Novembro de 1975 por treze trabalhadores. Em 24 de Novembro Vital Furtado reuniu na Herdade do Tournil, perto de Odemira, mais de uma centena de indivíduos para desocupar a propriedade. Grande número destes indivíduos foram trazidos do Algarve. Houve confrontos na desocupação, trabalhadores foram espancados e um deles ferido a tiro. De tudo isto resultou a necessidade da intervenção de tropas do Regimento de Artilharia de Beja cuja actuação se provou ter sido correcta mas nem por isso deixou de ser objecto de manipulação de certa imprensa que apresentou os soldados de Beja como colaboradores no ataque aos "invasores" vindos do Algarve.

Nessas notícias era dado como principal interveniente o major Menino Vargas, que recentemente tinha sido colocado naquela unidade.

Alguns meses se passaram e agora que o tribunal se prepara para julgar um caso que se reveste de curiosos pormenores é a altura de interrogar o major Vargas sobre este caso, o que de resto vai de encontro ao seu desejo de esclarecimento pois tinha coisas a dizer. Mas começa por sublinhar:

«Há em tudo isto um lamentável equívoco pois na verdade eu não fui interveniente principal, nem sequer secundário, em toda essa questão. As forças de direita é que, mais uma vez, dizendo-se democráticas e respeitadoras das liberdades, urdiram à volta deste caso, como o fizeram em tantos outros, uma teia de mentiras e calúnias para provocar divisionismos nas forças progressistas, entre estas e os militares, e entre os próprios militares. Realmente as activida-

des que me têm sido cometidas desde o 25 de Abril, especialmente as que desenvolvi na Comissão de extinção da PIDE até Maio ou Junho de 1975, e a dificuldade em que um militar se vê de chegar aos órgãos de Comunicação Social, fizeram de mim um alvo fácil e até compensador para essas forças de direita, evidentemente aliadas da PIDE (ex) e dos latifundiários. Pois por mais extraordinário que pareça eu surto num grande órgão de Informação como 'cabeça de cartaz' do 'caso Roncão' quando me tinha apresentado em Beja, no Regimento de Artilharia, no próprio dia em que decorriam os acontecimentos. E até posso dizer que só tive conhecimento do que se estava a passar quando tudo consumado».

UMA HERDADE ABANDONADA

«Mas afinal não estive na Herdade do Roncão detendo pessoas, efectuando detenções em Odemira, transportando os detidos para Beja, etc?».

«Não fui à Herdade do Roncão, não fui a Odemira, não detive ninguém em Odemira, não transportei nenhuns detidos para Beja, embora possa parecer incrível que um jornal com responsabilidades tenha dito tudo isso e muito mais também igualmente mentira».

«Desculpe a insistência. Houve participação posterior sua nesse problema ou nada lhe diz respeito?».

«Sim, mas uma participação bastante limitada. Como já há pouco referi eu tinha sido transferido para Beja, onde me apresentei em 24 de Novembro de 75, à tarde, limitando-me nesse dia às apresentações e a resolver os problemas da minha instalação, como seria normal. À noite ouvi referir que realmente havia qualquer complicação para os lados de Odemira e só então fiquei a saber que tinha ido para ali tropa da unidade, mas continuei alheio do problema pois tendo chegado poucas horas antes, eu era naturalmente um estranho que não estava inserido na problemática local nem sequer na vida do Regimento. E no dia seguinte, o capitão que fora nomeado para efectuar o auto de averiguações relativo ao que se passara, pediu-me se eu lhe poderia dar uma ajuda, na elaboração do tal processo, ao que acedi, mas limitando efectivamente a minha acção ao que se pode entender como ajuda».

«No entanto, segundo constatou, foram feitas algumas prisões em Odemira. É possível que o sr. major tivesse influenciado o capitão, a título de ajuda, a efectuar essas detenções?».

«A minha participação limitou-se ao apoio técnico que atrás referi na elaboração do auto. Até lhe posso dizer que a situação dos então chamados detidos era situação muito especial e para

lhe explicar não posso deixar de lhe descrever, embora a traços gerais, o que foi o 'caso Roncão' pois quase tudo o que tem aparecido na imprensa não passa de meras especulações, servindo interesses obscuros e que nem de longe se aparentam com a verdade».

«Pois a verdade é esta: a Herdade do Roncão era pertença da sr.^a D. Fernanda Falcão que, ao que supponho, era ainda proprietária de outros latifúndios, e estava arrendada ao sr. Vital Furtado, que tinha de renda várias outras propriedades. Esta herdade, em virtude da lei da Reforma Agrária, deveria ser nacionalizada estando portanto em condições de ser ocupada, por várias razões, qualquer delas suficientes para a ocupação. A sr.^a D. Fernanda Falcão era proprietária de herdades que perfaziam muito mais do que os 50 mil pontos previstos na lei e o rendeiro tinha arrendado, para além do Roncão, várias outras herdades que ultrapassavam também em muito a pontuação prevista».

«A herdade não estava explorada convenientemente, podendo considerar-se uma exploração agrícola abandonada. Ora por todas as razões apontadas o caso já tinha sido estudado no CRA de Beja, onde portanto era considerada uma herdade em condições de ser ocupada. Possivelmente porque na Comissão da Reforma Agrária também tinha assento um elemento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, estes



Explorados durante dezenas de anos, os trabalhadores alentejanos, que este ano deram ao País uma produção 'record', são agora frequentemente difamados pelos fiéis servidores de quem os explorou.

sabiam que a herdade podia ser ocupada e assim procederam».

«Estaria então tudo certo, só que o sr. Vital Furtado, apesar de não explorar a propriedade não esteve pelos ajustes. Para que queria ele a propriedade?».

«Talvez o interesse principal do Roncão para o seu rendeiro consistisse na situação privilegiada da propriedade, junto às margens do rio Mira e onde este tem boas condições de navegabilidade, em região muito

pouco povoada mas apesar disso dotada de excelentes acessos. Talvez tudo isso tivesse para o rendeiro muito mais interesse do que a exploração agrícola a que, sem dúvida nenhuma, os seus vários empregados nunca se dedicaram».

UMA CENA DO TEXAS

«Podemos fazer aqui um parêntesis sobre a história do Roncão, em que muita coisa haverá a dizer, para nos descrever o caso da ocupação?».

«Ora o sr. Vital Furtado, tendo tido conhecimento da ocupação, organizou uma expedição que formou no Algarve, especialmente com homens de mão seus, e avançaram em pé de guerra, armados de caçadeiras, cajados e mesmo material de guerra, fazendo-se transportar em automóveis e camionetas, sendo estas últimas providas de fardos de palha que serviam de abrigo aos atiradores, não fosse dar-se o caso de encontrarem resistência da parte dos trabalhadores».

«Entretanto em Odemira, na Herdade do Tournil, reuniram-se também outros empregados do Vital Furtado que este ali mandara juntar por um seu feitor, e além disso juntou-se-lhes gente de Odemira, que se integrou na coluna onde alguns tiveram oportunidade de mostrar todo o seu entusiasmo por

mitem concluir. Pois foi toda esta coluna que, em pé de guerra, avançou para a herdade à entrada da qual formaram verdadeiro dispositivo de combate, numa acção de cerco devidamente comandada, visando a detenção dos trabalhadores ocupantes e evitar a sua possível fuga».

«Está claro que os nove ou dez trabalhadores, que não eram mais, não tinham qualquer possibilidade de resistência, e contra eles se cometeram toda a espécie de tropelias, ofendendo os homens com toda a espécie de injúrias, querendo despi-los e atirá-los ao rio, etc. Entretanto chegou um carro com elementos de Odemira afectos aos trabalhadores entre eles um tal senhor Barradas que, ao ser interpelado sobre quem eram e o que queriam, disse: 'Eu sou do PC de Odemira e defendo a justa luta dos trabalhadores'. E estes não morreram apenas porque não tinha de ser, pois por exemplo este Barradas foi agredido com um tubo de ferro e por várias vezes foi atacado por um 'valentaço' munido de uma forquilha que não hesitava em lhe espetar na cara, etc».

«Também, quando a coluna ainda em pé de guerra se dirigia para entregar os trabalhadores ocupantes no posto da GNR de S. Luís, cruzaram-se com um carro com elementos do sindicato que foram alvejados a tiro e agredidos barbaramente além de ficarem com o carro praticamente destruído».

«Qual foi o papel da GNR nisto tudo, como consentiu em tais factos e ainda por cima consentiu que os trabalhadores fossem entregues no posto de S. Luís?».

«Não sei e acho até que não valerá a pena aprofundarmos muito este assunto. No entanto, sempre lhe posso dizer que constou que quem alertou da iminência da chegada dos militares de Beja também foi um agente da autoridade. Bem mas isto não interessa. Há ainda uma cena 'muito edificante' e significativa passada junto à ponte de Odemira, quando a 'coluna de guerra' regressava ao Algarve. Ali se tinham concentrado algumas pessoas revoltadas com o que se tinha passado, tendo ali alguém sugerido que 'se fizesse uma baricada que obrigasse aqueles bandidos a ter que parar até que chegassem a tropa' (sic) ideia que não foi por diante. Entretanto, ao chegar à testa da dita coluna, uma viatura Peugeot parou e de dentro dela, enquanto alguém ameaçava com uma carabina, houve um indivíduo que se dirigiu aos circunstantes nestes termos: 'O que é que estão aqui a fazer? Vá, vejam lá se querem aí ficar ou ir pelo ar'. E ao mesmo tempo segurava uma granada de mão com um gesto de quem se prepara para a arremessar».

«Isso significa que, quando os militares chegaram, já tudo estava consumado, e a coluna

de guerra tinha seguido tranquilamente para o Algarve?».

«Sim. Os militares de Beja só avançaram para Odemira, que ainda fica a cerca de 90 km, quando ali chegaram as notícias do que se estava a passar e inclusivamente as informações recebidas dos hospitais relativamente aos feridos que ali estavam a dar entrada. Só chegaram a Odemira ao fim da tarde e, para além da existência de feridos, as restantes informações que tinham eram muito difusas de modo que se lhes impunha um esclarecimento da situação. Nessas circunstâncias contactaram a GNR local e a de S. Luís a aceitarem os esclarecimentos das pessoas que se aprontaram a dar-lhos. E é de notar que a colaboração que tiveram não lhes foi prestada pela banda do sr. Vital Furtado, mas sim por elementos do sindicato, pelos médicos do hospital, etc».

«O esclarecimento da situação era fundamental, pois entretanto muitos trabalhadores de herdades próximas e mesmo de Beja, sabendo o que se tinha passado, convergiram para Odemira e S. Luís, alguns deles armados com caçadeiras, criando-se um clima de grande tensão muito difícil de controlar, o que a escuridão da noite ainda vinha complicar mais. Concentrados alguns dos intervenientes, os que foi possível identificar, os oficiais presentes interrogavam-nos nos postos da GNR mas entretanto temiam a reacção dos trabalhadores entre os quais reinava, como era natural, grande exaltação. Por isso é que foi decidido para evitar situações difíceis, digamos mesmo para garantir a integridade física desses fulanos, se havia uma solução que era levá-los dali para Beja, onde se esclareceria o assunto. Portanto a tropa regressa a Beja, levando agora não me lembro se nove ou onze participantes (activos ou não) da 'desocupação' com o fim de esclarecer a situação e para evitar que fossem molestados».

«Estamos entretanto na manhã de 25 de Novembro e daí que um dos brilhantes jornalistas que se referia ao assunto tivesse dito: 'As coincidências manifestavam-se'; a convergência de golpe sucedia-se... Prontamente também soldados do Regimento de Artilharia de Beja se ligaram à acção. Para S. Luís seguiu com um 'jeep' com o capitão Matos Alves; para Odemira seguiram o capitão Pereira e o major Vargas».

«Mas olhe que eu também não posso deixar de assinalar: que maldita coincidência que um dos ataques mais diabólicos e descarados à Reforma Agrária se tenha verificado precisamente de 24 para 25 de Novembro!!!».

«Parece que afinal tudo correu segundo a melhor lógica: os trabalhadores ocupam a herdade que estava abrangida

Continua na pág. 8

Nacional

Herdade do Roncão

Continuação da pág. 7

pela lei da Regoma Agrária, em 22 de Novembro; o rendeiro não aceita a ocupação e pela lógica dele resolve fazer a desocupação pela violência, em 24 de Novembro; as autoridades militares intervieram para restabelecer a ordem e tudo portanto se normalizou».

«Espere que a história ainda está muito longe do seu final. Como eu ia dizendo estamos na manhã de 25 de Novembro e, já em Beja, o comandante da unidade nomeia um dos capitães que intervieram nos acontecimentos (o sr. capitão Pereira) para proceder às averiguações necessárias, portanto fundamentalmente ouvir os civis que tinham sido levados para o quartel. É então que o capitão pede a minha ajuda, que não neguei e que vem a ditar a minha ligação com toda esta questão. À noite os acontecimentos do 25 de Novembro implicam a entrada da unidade no regime de prevenção e o comandante, porque pura e simplesmente mandá-los embora além de prejudicar o andamento das investigações podia ser perigoso para a integridade física destes pois os ânimos deveriam continuar exaltados em Odemira, optou pela única solução que parecia então possível, mandando-os para a Colónia Penal de Pinheiro da Cruz».

«Isso significa que a situação dos indivíduos se clarificou, pois ficaram detidos em Pinheiro da Cruz?».

«Não, nessa altura ainda as investigações não permitiam clarificar a situação deles, mas facto é que, o comando do Regimento tinha perante a situação de prevenção rigorosa, que resolver a situação. Para mim, tomou realmente a decisão que me pareceu mais acertada e não vejo sequer que tivesse outra saída.

«Dois ou três dias depois, assim que a unidade deixou de estar de prevenção rigorosa para ficar de prevenção simples, o sr. capitão Pereira seguiu para Pinheiro da Cruz para interrogar todos os que ainda não tinham sido ouvidos. Era acompanhado pelo escrivão do auto e por mim, pois mantive a ajuda que me tinha sido pedida, atitude que aliás, tinha sido aceite pelo comando.

«Como consequência das declarações colhidas das pessoas que também foram ouvidas em Odemira, decidiu-se proceder à libertação de todos aqueles de cuja participação nada mais se sabia para além de se terem integrado no grupo sedicioso. Ficaram apenas detidos aqueles que relativamente aos quais havia provas de crime inequivocamente sob alçada da lei. E foram pedidas, através do comando da Regoma Militar do Sul, três ou quatro capturas dos elementos mais responsáveis, entre elas a do sr. Vital Furtado».

UMA ACÇÃO CORRECTA

«Acha que no período conturbado em que os factos se passaram poderia ter havido maior correcção de procedimento?».

«Isso traduz um elogio para a actuação do Regimento de Artilharia de Beja, que eu agradeço apesar de já ali não pertencer. No entanto o principal está por aparecer. Um qualquer jornal que já não me lembro qual, publicou uma história toda ela não digo fantasiosa porque a expressão correcta é 'intencionalmente mentirosa', que encontrou grande aceitação nas instâncias oficiais e chegou a ser considerada por responsáveis como uma boa contribuição para o esclarecimento dos problemas da Refor-

ma Agrária. Como consequência foi então nomeada pelo Estado-Maior do Exército uma comissão de inquérito. Para dar mais ideia do impacto do artigo publicado nesse tal jornal, quero dizer que alguns camaradas meus me deixaram de falar, com certeza por verem em mim um perigoso assaltante de herdades. Além disso no próprio EME alguém me disse: 'Vens cá por causa do artigo a teu respeito? Pois é bem feito. Vocês andam por lá a assaltar herdades como eu sei muito bem, pois as minhas também foram assaltadas».

«Qual foi então o trabalho desenvolvido pela comissão de inquérito que mencionou?».

«Aos elementos da comissão, à qual eu fiquei agregado, quero aqui expressar a minha homenagem pois não se pouparam a esforços para esclarecimento completo do que se tinha passado e sobre o papel do Regimento de Artilharia de Beja e dos militares intervenientes. Esse inquérito foi então entregue ao Estado-Maior do Exército e as provas incriminatórias relativas ao bando e aos principais intervenientes foram remetidas para a Polícia Judiciária».

«Acha então que tudo correu bem e estamos perante um caso que foi devidamente averiguado, o que não tem sucedido possivelmente em relação a muitos outros crimes a que assistimos diariamente?».

«Pois é, mas o que sucede é que se o famigerado artigo encontrou o melhor acolhimento nas instâncias oficiais, o mesmo não sucedeu com certeza com a verdade trazida pelas conclusões da comissão de inquérito. E só assim se compreende que dali parece não ter resultado nada, já que a comissão de inquérito apresentou o seu relatório em princípios de Janeiro e a única evolução em todo este processo é que os poucos detidos foram libertados há muito e já foram anulados os pedidos de captura que pendiam sobre o sr. Vital Furtado e outros presumíveis responsáveis pelo ataque ao Roncão. Portanto tudo parece passar-se como se tivéssemos passado uma esponja sobre estes acontecimentos, dando razão aos que assim se comportaram e às mentiras do jornal».

«Mas ainda temos a considerar os elementos incriminatórios que foram enviados para a Polícia Judiciária».

«Sei que da Polícia Judiciária o auto foi remetido para o Tribunal de Odemira onde se encontra em fase de instrução. E não posso deixar de lamentar a lentidão com que tudo decorre. O sr. Vital Furtado já nomeou seu defensor um conhecido advogado de Lisboa, de cujo nome agora não me lembro».

«Creio que é o dr. Abran-ches Ferrão».

«Sim, é esse mesmo».

«Só falta fazer-lhe uma pergunta, sr. major: esta entrevista é mesmo para ser publicada?».

«Pois com certeza. Estou autorizado a fazê-lo pelo sr. general Ramalho Eanes e, na verdade, insisto na sua publicação. Quanto ao resto sei perfeitamente que o esclarecimento que se pretende através desta entrevista doerá muito a certos ouvidos, nomeadamente aos daqueles que tanto se esforçam por trazer ao público uma imagem claramente deturpada dos factos. Por isso mesmo acho que se impunha esta divulgação da verdade. E como só a verdade é revolucionária, compensará com certeza os riscos. Já agora também uma pergunta: o sr. está disposto também a publicar esta entrevista?».

BRAGA

“Corrécios” activos, autoridades passivas

Braga, 8 — Como, por várias vezes já temos noticiado, as actividades dos indivíduos conhecidos nesta cidade por «corrécios», têm beneficiado da mais completa passividade das autoridades a quem a lei comete a defesa e segurança das pessoas. Várias vezes a Imprensa se referiu ao facto de andarem armados e darem tiros na via pública, de conduzirem o seu conhecido automóvel vermelho a grande velocidade e com o escape aberto, a qualquer hora do dia e da noite, fazendo da cidade pista de corridas, de tentarem atropelar militantes progressistas, nomeadamente nos períodos de campanha eleitoral, de entrarem dentro da própria esquadra da PSP e interferirem em averiguações exibindo armas, de serem tidos como autores de furtos e de beneficiarem da protecção de organizações políticas de direita e de grupos terroristas, etc. Tudo

isto tem vindo na Imprensa, já não falando nos atentados contra bens e pessoas progressistas em que, disparando as suas armas, estiveram também envolvidos.

Mais uma vez um dos «corrécios», o cadastrado Eduardo de Oliveira, cuja única «profissão» que se conhece é a que se relaciona com as actividades acima descritas, morador no bairro de Araújo Carandá,

fez uso de armas de fogo, desta vez contra elementos da Polícia Judiciária do Porto que se deslocaram a esta cidade para o prender. O cadastrado conseguiu escapar-se sem ser atingido embora os elementos da P.J. tenham corrido em sua perseguição pela avenida João XXI, disparando também alguns tiros de intimidação. O facto ocorreu numa «boite» da rua de Diu, onde o «corrécio»

foi localizado pela Polícia na madrugada de ontem.

Recorde-se, também que o referido indivíduo ainda recentemente agrediu na via pública o conhecido advogado e democrata bracarense dr. Humberto Soeiro.

Será que desta vez existem testemunhas de que o cadastrado voltou a andar aos tiros em Braga?

Militares na disponibilidade necessitam de autorização para se ausentarem do País

Do Estado-Maior do Exército recebemos o seguinte esclarecimento relativo à licença de ausência para o estrangeiro de

militares na situação de disponibilidade:

«Para os efeitos de esclarecimento e por terem surgido dúvidas quanto à vigência do estipulado no que respeita a licenças de ausência para o estrangeiro de militares na situação de disponibilidade se informa que se mantém o anteriormente legislado sobre o assunto, pelo que se torna necessária a obtenção da referida

licença.

«Recorda-se que um indivíduo na situação de disponibilidade continua vinculado ao cumprimento de um conjunto de obrigações para com as Forças Armadas e que constam do n.º 1 do artigo 48 do Decreto-Lei n.º 2135 (LSM) de 11 de Julho de 1968 que inclui o conhecimento da sua residência em Portugal e da ausência para o estrangeiro para efeitos de eventual convocação».

Actualizada a competência do Conselho Superior da Armada

Uma Portaria do Conselho da Revolução, publicada no «Diário da República» actualiza e define a competência do Conselho Superior da Armada (CSA).

Trata-se de um «órgão superior de consulta do Chefe do Estado-Maior da Armada em problemas e decisões importantes a tomar sobre a gestão da Marinha».

Compõem o CSA onze membros, a saber: Chefe do Estado-Maior da Armada (presidente), vice-chefe do Estado-Maior da Armada (vice-presidente), subchefe do Estado-Maior da Armada (secretário) e, como vogais, o adjun-

to do Chefe do Estado-Maior da Armada, o superintendente dos serviços do pessoal da Armada, o superintendente dos serviços do material da Armada, o superintendente dos serviços financeiros da Armada, o Comandante Naval do Continente, o director do Instituto Superior Naval de Guerra, o director-geral do Instituto Hidrográfico e o director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo.

O CSA, segundo o diploma agora publicado, será normalmente consultado sobre «missões gerais da marinha, planos navais, doutrina da Guerra naval e outras questões essenciais para o planeamento estratégico, operacional e logístico».

Hospital de Viseu

Faltam médicos e enfermeiras

VISEU, 8 — «Por falta de médicos e de enfermeiros, há serviços na contingência de encerrar, e outros a trabalhar com enormes dificuldades» — afirmou um dos elementos da comissão instaladora do Hospital Distrital durante uma conferência de Imprensa.

Neste momento, só trabalham neste hospital 27 médicos quando as necessidades apontam para 62. Há especialidades sem qualquer clínico. Os serviços de Medicina e Pediatria (este com 61 camas) estão na iminência de fecharem enquanto muitos doentes têm sido remetidos para os centros hospitalares do Porto e Coimbra.

A Maternidade, com o pessoal de enfermagem reduzido a menos de metade, consegue funcionar graças ao espírito de sacrifício dos elementos que

restam. Os serviços de Ortopedia, que também recebem doentes vindos dos hospitais da Guarda e Lamego, encontram-se superlotados.

Porém, o problema das urgências torna-se o mais grave e complexo, na medida em que o hospital funciona, para esse efeito, apenas com dois médicos internos. Os estudantes de Medicina, que ali trabalhavam como tafeiros, voltaram aos pontos de partida, porque o hospital não tem possibilidades de lhes ministrar o ensino.

Os membros da comissão instaladora ao fazerem a análise da grave situação em que se encontra o hospital de Viseu, imputam ao Governo a «incapacidade de realização de modo a que as superlotações dos Hospitais Centrais sejam uniformemente distribuídas pela província».

Agrava-se a crise na Indústria de Bordados

FUNCHAL, 8 — Agrava-se rapidamente a crise na indústria de bordados da Madeira.

A propósito, o respectivo sindicato alerta os seus associados para o despedimento, previsto, de cerca de 200 pessoas ligadas ao sector.

Numa das empresas, a «Imperial de Bordados», deverá observar-se um despedimento colectivo, em Setembro, fazendo cair no desemprego 73 trabalhadores.

Os outros despedimentos, parciais, deverão verificar-se nas empresas «Arte Fina» e «G. Farras».

ATÉ 30 DE OUTUBRO

Empresas jornalísticas deverão apresentar orçamento para 1977

As empresas jornalísticas que acabaram de receber o aval que haviam solicitado («Jornal do Comércio» — 2500 contos; «A Capital» — 8890 contos; Sociedade Industrial de Imprensa — 5 mil contos; Sociedade Nacional de Tipografia — 12500; Empresa Nacional de Publicidade — 12 mil; Empresa do «Jornal de Notícias» — 4700 e Renascença Gráfica — 3500), por decisão do Conselho de Ministros, deverão agora apresentar nos ministérios de Tutela e das Finanças:

— No prazo de 45 dias, conta previsional de ganhos e perdas até final do ano em cur-

so e orçamento da tesouraria até essa mesma data e discriminando, por meses e rubricas, as receitas e despesas previsíveis, referenciadas, as primeiras, ao volume de vendas e nível de preços, as segundas, às tiragens a efectuar, ao comportamento específico das diversas componentes de custos e das rubricas de investimento e financiamento.

— Até 30 de Outubro próximo, plano de actividades, orçamento e conta de ganhos e perdas previsional, referentes ao exercício de 1977, sendo com base nesses planos e contas que serão estabelecidos possíveis subsídios.

COMO FORMA DE PROTESTO

CA da Misericórdia do Porto interrompeu a sua actividade

PORTO, 8 — Ao contrário do que se afirma num matutino portuense, não se encontra suspensa a comissão administrativa da Misericórdia do Porto, segundo nos informou um funcionário daquela instituição.

Acontece, sim, que a actual comissão administrativa, composta pelos drs. Armando Cotta, prof. Rui Luís Gomes e engs. Jorge Delgado, António Rica e Belarmino Fortes, interrompeu a sua actividade em 17 de Junho último por ter tido conhecimento (particular) do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo favorável à anterior Mesa da Misericórdia

suspensa em Julho de 74 por despacho do secretário de Estado da Segurança Social. Esta mesa tinha então interposto recurso para aquele tribunal por considerar ilegal o despacho, uma vez que não tinham sido ouvidos. Foi sobre esta matéria que o Supremo agora decidiu dando razão aos elementos da mesa suspensa em 74.

Recorde-se que da mesa suspensa em Julho de 1974 faziam parte o dr. Domingos Braga da Cruz, o jornalista Manuel Ramos, Albino Batista, Vicente Pereira e o médico Armando Bacelar, entre outros, na sua maioria ligados ao regime fascista nomeadamente à ANP.

Trabalho

Situação financeira da Previdência agrava-se de mês para mês

A grave situação financeira da Previdência e a atitude do Governo face a esta questão que afecta a esmagadora maioria dos portugueses foram tema de uma conferência de Imprensa que representantes do movimento sindical na Caixa Nacional de Pensões e no Secretariado das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência ontem promoveram.

A situação caótica da Previdência já no regime fascista, em que suportou encargos que nada tinham a ver com as suas funções, tinha sido já denunciada.

O Conselho Coordenador da Previdência pretendeu resolver a situação, apresentando ao Governo várias propostas entre

elas a criação de um Instituto de Gestão Financeira, a gestão democrática da Previdência e um Serviço Nacional de Saúde. Como resposta, o secretário de Estado da Segurança Social exonerou através de despacho o Conselho, ficando os trabalhadores impedidos de se pronunciarem directamente sobre um problema que lhes diz respeito.

A situação entretanto vem-se agravando de mês para mês por factores também ontem apontados: a saúde, o regime especial de Previdência, o congelamento dos contratos colectivos de trabalho, e os subsídios de desemprego a retornados. Relativamente a este campo, foi revelado que o IARN não pagou desde Janeiro as prestações que deve à Pre-

vidência, visto que os retornados passaram a estar dependentes do Fundo do Desemprego. Só o IARN deve mais de uma centena de milhares de contos à instituição.

Disse-se também que é a Caixa Nacional de Pensões que acaba por pagar indirectamente o desemprego, representando, por outro lado, o regime especial de Previdência, um encargo de cinco milhões de contos por ano, para o qual não existem receitas próprias. Toda esta situação é agravada pela entrada diária na Previdência de elevado número de baixas e pelo número de desempregados que atinge actualmente cerca de 360 mil. A solução para o problema poderia estar para já no pagamento

das entidades patronais das dívidas à Previdência que, atingem os oito milhões de contos.

A Comissão Administrativa da Caixa Nacional de Pensões tem chamado a atenção do Governo para esta situação. Foi-lhe entregue o orçamento financeiro da Previdência para 1976 que indicava um défice de 14 milhões de contos, num quadro de 44 milhões de encargos e 30 milhões de receitas. As soluções parciais a que se tem recorrido, urgentes e sem planificação, apenas têm contribuído para a descapitalização da Previdência.

Finalmente, e depois de a Previdência ter emprestado milhões de contos ao Estado, o Ministério dos Assuntos Sociais obriga-a, mediante despacho, a contrair um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos de 1 milhão e 300 mil contos, à taxa de 4,9 por cento. Posteriormente, o Secretariado das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência recebeu uma cautela de penhora da Caixa Geral de Depósitos, relativa a um prédio da Previdência sito na Avenida da República, 102. O empréstimo no entanto não vai resolver o problema, pois só até ao fim do ano vão ser necessários 8 milhões de contos.

A fim de debater toda esta situação, as Comissões Administrativas das Caixas de Previdência vão reunir em plenário nacional no próximo dia 30, na Voz do Operário, com a participação de representantes dos Secretariados da Intersindical, das Unões Sindicais Distritais e das Direcções Nacionais dos Sindicatos.

Leis do trabalho que o trabalho não viu

A fecundidade legislativa evidenciada pelo VI Governo neste seu fim de exercício também atingiu o domínio das relações de trabalho, em termos que suscitaram manifestações discordantes por parte dos sindicatos. Para além das medidas e soluções adoptadas, decerto discutíveis, o que sobressai é a leviandade de processos, que não se afiguram consentâneos com o espírito e a letra da Constituição.

Noticiamos, noutro local, a posição assumida pela Intersindical quanto à lei do Controlo Operário. Registe-se agora a posição assumida pela União dos Sindicatos de Lisboa relativamente ao diploma ontem publicado, subscrito por Tomás Rosa, relativo à intervenção do Estado nas empresas em situação crítica. Este decreto permite — recordemos — a «dispensa» temporária de pessoal julgado desnecessário, a redução da laboração nas empresas, e o congelamento transitório da contratação colectiva, entre outras medidas.

Os sindicatos de Lisboa só ontem tomaram conhecimento — pela folha oficial — deste diploma, que consideram «claramente inconstitucional» por desrespeitar, «entre outros», os preceitos constitucionais que conferem às comissões de trabalhadores e às associações sindicais o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho. Isto é: mais uma vez, os trabalhadores (e quem os representa) não foram ouvidos.

Por isso os sindicatos consideram o diploma «contrário aos interesses e direitos dos trabalhadores e aos princípios e normas democráticas instituídas pela Constituição», exigindo a sua imediata anulação.

Que Tomás Rosa se abstenha de consultar os trabalhadores em medidas legislativas que lhes dizem respeito, não espanta — foi essa a prática sistemática do seu ministério (e nem vale a pena recordar o defuncto DROT para procurar abrir excepções). Mas o ministro do Trabalho, ou o Governo por ele, deveria ter em conta que, desde 25 de Abril deste ano, se encontra em vigor um texto constitucional que impõe, por força própria, o dever de ouvir as organizações dos trabalhadores. Se, antes disso, o ministro se escusava a uma prática revolucionária, hoje, no termo do seu mandato, furta-se a muito mais do que isso e entra no campo dos que fazem (ou pretendem fazer) tábua rasa da nossa Constituição, democrática e progressista.

Aguardemos a normalização do funcionamento das estruturas democráticas. Delas se não pode esperar outra coisa que não seja a fidelidade à Constituição, e esta terá de passar, naturalmente, pelo saneamento legislativo. O sentimento de justiça dos trabalhadores diz-lhes que os seus assuntos não podem continuar a ser tratados com a leviandade de processos que mais uma vez ficou patenteada.

E.L.



Lusoveste: operárias em luta

Estão em greve as cerca de trinta trabalhadoras da «Lusoveste», empresa de confecções para crianças onde se registaram nos últimos dias conflitos laborais de alguma gravidade. Ontem chegou mesmo a haver intervenção policial, a pretexto de ser dada protecção a duas trabalhadoras (uma delas também sócio da empresa) que a generalidade das operárias acusam de conivência com os patrões.

As operárias da «Lusoveste»

permaneceram durante todo o dia de ontem à porta do seu local de trabalho, após terem sido surpreendidas, na terça-feira, pela atitude dos patrões, de resposta à greve progressiva que vinham desenhando: «lock-out», com encerramento de porta. Ontem, porém, a porta abriu-se de novo. As operárias decidiram, no entanto, não entrar, enquanto a situação não fosse clarificada, o que veio a acontecer, pelo menos em parte, em reunião

tida no Ministério do Trabalho. Nesta reunião ficou decididamente esclarecido que os patrões não poderiam concretizar a ameaça de despedimento de uma das operárias, facto que tinha levado o conflito laboral à ruptura. No entanto, hoje, a greve mantinha-se, agora com as operárias no seu local de trabalho, e ao que nos afirmaram manter-se-á até ao pagamento integral dos salários do mês de Junho, que os patrões, sem explicação, ainda não efectuaram.

Ex-militares esclarecem

A propósito das notícias vindas a público sobre a ocupação do centro emissor de Bragança pela delegação local da Associação de Ex-Militares Desempregados, este organismo, por intermédio da sua coordenadora nacional, distribuiu um comunicado

Assim, afirmam terem-se deslocado voluntariamente ao Governo Civil e que não houve, por parte da P.S.P. e por parte da população, qualquer atitude hostil à ocupação do emissor, que apenas teve em vista denunciar discriminações de que são vítimas. Aliás, aquela asso-

ciação tem mantido no posto emissor um programa de sua responsabilidade sobre os problemas que os afectam.

Acrescentam que o governador civil havia dado ordem «para prender quem não desse o nome», recusa que eles mantiveram pelo facto da ocupação ter sido feita pela associação que os representa.

A isto o governador teria respondido que não conhecia tal Associação. Os ex-militares afirmam então que o próprio governador civil recebeu muitas vezes a comissão local, recebeu os estatutos da mesma, «prontificando-se inclusive a financiar o gasto da sua personalidade jurídica» e deu mesmo à Associação «umas centenas de escudos para a sua manutenção».

A terminar, o comunicado invoca a liberdade da associação considerada na Constituição e pergunta se o governador civil desconhece as diligências que a associação dos ex-militares fez junto do Q.G. da Região Militar do Norte.

denúncia do contrato foi recebido fora de prazo. A associação industrial recusa, também, a proposta salarial apresentada pelos sindicatos. Segundo o patronato, essa tabela implica «altos encargos», que estariam na origem do desacordo.

Entretanto, a Federação dos Sindicatos da Panificação reuniu esta manhã em Lisboa, para estudar a situação criada a examinar as formas de luta a propor à classe nas assembleias do próximo dia 11.

Padeiros decidem no domingo

Os trabalhadores da panificação vão decidir no próximo domingo, em assembleias gerais a realizar em todo o País, as formas de luta a adoptar para pressionar o patronato nas negociações do seu CCT, que ontem se frustraram. A resposta dos trabalhadores poderá levar a paralisações parciais e à distribuição gratuita do pão durante um dia.

As negociações chegaram ontem a um impasse, no Ministério do Trabalho, alegando o patronato que a proposta de

Trabalhadores da C.M.L. suspendem decisão de greve

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa decidiram em reunião geral que a greve deliberada em R.G.T. anterior fique dependente da adesão à luta dos outros trabalhadores do Estado e dos restantes sindicatos.

Decidiram ainda que a D.O.P.S. se informe correctamente das alterações efectuadas pelo Conselho de Ministros do passado dia 30 no Decreto 294/76 (diploma que cria o quadro de adidos para a Função Pública) e esclareça sobre isso os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa.

Na mesma reunião foram aprovadas algumas reivindicações imediatas que a DOPS deverá apresentar a administração da C.M.L. Essas reivindicações dizem respeito à redução do horário para 40 horas semanais; entrada de todos os trabalhadores para o quadro único; subsídio mínimo de férias e de Natal de 8000 escudos para os trabalhadores que auferam um vencimento inferior àquela quantia.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA 10.º Juízo Cível ANUNCIO

Por este Tribunal, na execução que J. J. Gonçalves, Sucrs. Comércio e Indústria, S.A.R.L., com sede em Lisboa, move contra José Correia Varela, casado, proprietário, residente em Campo Maior comarca de Elvas, correm editos de vinte dias, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para, no prazo de dez dias posterior aos editos, virem a execução deduzir os seus direitos.

Lisboa, em 26 de Junho de 1976
O Juiz de Direito, — Zeferino David Faria
O Escrivão de Direito, — José Fernandes da Correia Carita

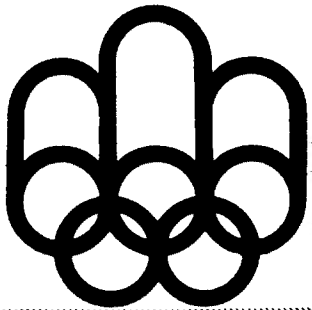
Teatro LAURA ALVES Interdito a menores 18 anos
RUA DA PALMA — TEL. 864756

DENTRO DE HORAS ESTREIA
DA SEXACIONAL COMÉDIA
VAMOS TROCAR DE MULHERES!



COM **BADARÓ, JÚLIO CESAR, FERNANDA FRANCO, FATIMA SEVERINO, CARLOS ROSA, JOÃO RODRIGO, LIA SAMA E HENRIQUE SANTOS.**
MODELO STACEY DAVIES.

CONTÉM CENAS EVENTUALMENTE CHOCANTES



A história das intervenções portuguesas em Jogos Olímpicos prossegue, em Roma (1960), ao lado de outras 83 nações. Presente um «record» de actuações: 5396 atletas.

Repetido o nosso melhor de todos os tempos: os velejadores Mário e José Manuel Quina (no «Má Lindo») foram medalha de prata em «stars», imediatamente a seguir de uma dupla norte-americana. No mais, somente Manuel de Oliveira (que viria a ser um tri-olímpico) fez alguma coisa: terceiro colocado numa eliminatória de 5000 metros, bateu o «record» nacional mas não foi mais longe.

ATLETISMO NUMA FINAL

Tóquio, 1964: 94 países, cerca de 5500

atletas. Manuel de Oliveira, o sportinguista que tantas páginas de verdadeira glória trouxe para o Atletismo português, triunfou numa eliminatória dos 3000 metros com obstáculos, conseguindo o tempo de 8 minutos e 40,8 segundos, muito melhor que o atribuído ao polaco Kryszkowiak, que era campeão olímpico (com 8.34,2) e ficou batido pelo português nessa corrida memorável. Na final, Manuel de Oliveira foi 4.º, após uma corrida impressionante, com os três da frente a baterem todos os máximos olímpicos: o belga Gaston Roelants, o inglês Maurice Herriot e o soviético Ivan Belyayev, conseguindo (respectivamente) 8m.30,8s; 8m32,4s e 8m33,8s. Manuel de Oliveira foi cro-

nometrado em 8m.36,2s.: ainda hoje esse tempo é «record» nacional.

México, 1968: 112 nações, mais de 7500 atletas a concorrerem. Batalhas (autênticas) a 2500 metros acima do nível do mar. Bob Reamon a saltar 8 metros e 90. Richard Fosbury a pular 2 e 24, em altura. Jim Hines a correr os 100 metros em 9,9s. Tommy Smith a fazer 19,8 nos 200. Lee Evans a gastar apenas 43,8 segundos para correr 400 metros. E, mais «records» a tombarem: 800 metros (1m44,3s) do australiano Ralph Doubel, a quebrar a monotonia dos grandes campeões dos EUA. E outro máximo nos 1500, para um rapagão do Kénia (Kipchage Keine 3m.34,9s.); e outro nos 110 barreiras, para o norte-americano Davenport (13,3s.), para o inglês Dave Hemery em 400 barreiras (48,1), para a estafeta dos Estados Unidos nos 4X100 (Green, Pender, Smith e Hines: tempo de 38,2s e nos 4X400) (2m.56,1s, para o quarteto Matthews, Freeman, James e Evans). O russo Saneiev (17,39 no triplo salto), o norte-americano Robert Seagren (5 e 40 no salto com vara), Randy Matson (20, 54m. no lançamento do peso) e o compatriota Alfred Deter (64,78m. no disco) a levarem mais ouro e «records» para o país dos dólares, tal como aconteceria ao decatlonista William Toomey e ao lançador de dardo Janis Lusis. Com as mesmas honras à chegada à terra que recebeu (por exemplo) o húngaro Gyula Zsivotsky (73,36m. no arremesso que mais longe picou a terra). Foi o ano do Atletismo: de Wyomia Tyus, de Irena Kirszenstein, de Colette Besson, de Maureen Caird que, dos USA, da Polónia, de França ou da Austrália, tinham partido ao encontro da maior fama e do nome inscrito na lista de recordistas olímpicas. Na mesma fila em que ficaram morando Madeline Manning (USA) nos 800 metros, a romena Viorica Viscopoleanu (6,82m. no salto em comprimento), a alemã oriental Margitta Gummel (19,61m. no lançamento do peso), a romena Lia Manoliu (58,28 m. no lançamento do disco).

Quando as quatro galopantes (Barbara Farrell, Margaret Bailes, Mildrette Netten e Wyomia Tyus) conseguiam, para uma estafeta de 4X100 metros, nova medalha de ouro para os Estados Unidos: «record» com 42,8 s.

Pois, apesar deste panorama acalentador, Manuel de Oliveira (o nosso mais credenciado representante e, realmente, o único em que se apostava) ficou em 7.º lugar logo na eliminatória dos 3000 metros com obstáculos. Fora da prova: desilusão igual à que caracterizou todos os demais olímpicos portugueses.

ESTREIA DE LOPES

Munique, 1972: heca-



O tri-olímpico Manuel de Oliveira: destaque em Roma, brilho em Tóquio, ocaso no México

tombe de «records», máximos em países participantes, em concorrentes apresentados. Estivemos no Atletismo (Armando Aldegalega, Carlos Lopes, Fernando Mamede, Alberto Matos, Fernando Silva e José Carvalho), Halterofilismo (Raul Dinis), Hipismo (capitão Vasco Ramires, major Carlos Campos e Francisco Caldeira), Judo (António Roquete e Orlando Ferreira), Luta (Leonel Duarte, Luis Grilo e Orlando Gonçalves), Remo (Carlos Oliveira, Manuel Barroso e José Marques), Tiro (Mário de

Oliveira, César Baptista, André Antunes e Armando Marques) e na Vela (Mário, José Manuel e Francisco Quina, mais Fernando e Duarte Belo, Mardel Correia, Henrique Anjos, Gonçalo de Melo e Bernardo Espírito Santo).

Em Atletismo, o melhor foi o 41.º lugar na maratona (Armando Aldegalega), no Halterofilismo o português Raul Dinis conseguiu o 21.º posto (levantando 285 quilos), em Hipismo não apareceu melhor que 13.ºs lugares (Carlos Campos, Vasco Ramires e Francisco Caldeira), o lutador da frente foi Luis Grilo (9.º entre 30), Judo e Remo foram fracassos absolutos, Tiro andou entre o 19.º lugar (de Ar-

Os ho

A embaixada portuguesa aos Jogos Olímpicos de Montreal engloba 20 atletas, divididos por seis modalidades: Atletismo (6 participantes), Judo (2), Luta (3), Natação (5), Tiro com arma de caça (um) e Vela (3).



Vejam para além de Carlos Lopes, a quem foi entregue a delegação de Atletismo.

Fernando Eugénio Pacheco Mamede, tal como o parceiro Lopes ou o camarada Carva-

Pela 14.ª vez, desportistas portugueses vão desfilar no passeio de abertura de Jogos Olímpicos. Quando eles surgirem, na bancada ou para cá do televisor, é natural que surja a pergunta: quem são eles? Que costumam vir fazer? Que esperam desta vez? E a natural e simples resposta: são portugueses, e dar o braço a irmãos de outros símbolos é o seu desejo maior. Nunca lograram grandes honrarias nestas andanças de correr e saltar, mergulhar ou velejar, montar qualquer sela ou tocar com o bico da espada o peito protegido de outro esgrimista. Na sua história olímpica, são poucos em motivos de orgulho: somente duas medalhas de prata e cinco de bronze arrecadaram em 13 embaixadas. Mas, o nome de Portugal está intimamente ligado, indissolivelmente preso aos livros olímpicos. Foi português o primeiro atleta que tombou em plena festa olímpica: um homem do Povo que corria a prova mais dura, tal como sempre fizeram os portugueses que de suas terras abalaram para longes estranhas a escorrem suor para cumprir as tarefas menos apetecidas, mais detestadas. Só que este, o tal de que vos falamos, só voltaria numa caixa de madeira e chumbo. Sem medalhas, sem aplausos, sem um adeus.

Enfim: falemos de coisas mais agradáveis. Do nosso favorito, por exemplo.

Quinze vitórias seguidas e no estrangeiro: eis o quase espantoso «palmarês» com que um português, de 29 anos de idade se apresenta para os Jogos Olímpicos de Montreal.

Carlos Alberto de Sousa Lopes é beirão. Nascido a 18 de Fevereiro de 1947, em Vildemoinhos (nos arredores de Viseu), o futuro «campeoníssimo» do atletismo nacional teve infância modesta, no seio de uma família simples que trabalhava a terra.

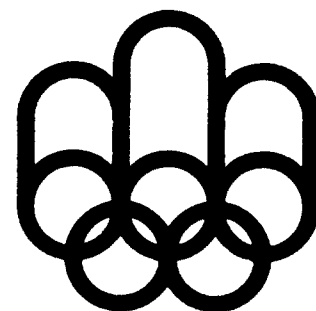
Em petiz (conta Carlos



Os irmãos Belo



José Manuel Quina com a medalha conquistada nas Olimpíadas de 1960



Homens para Montreal

NEVES DE SOUSA

lho, já teve a honra de alinhar em Jogos Olímpicos: o trio esteve presente nas provas de Munique, embora não tivesse abandonado a sombra. Nasceu a 9 de Novembro de 1951, em Beja, é casado com uma atleta do Sporting, exercendo (ao lado da mulher) um cargo profissional no Estádio de Alvalade.

O campeão sportinguista é pai de uma garota (Patrícia Alexandra) e começou a vida no Atletismo quando concorreu, pela MP de Beja, a campeonatos escolares. Veio, logo, para o Sporting, possuindo hoje quatro máximos nacionais: 500 metros (62,9 segundos),

800 (1 m. 47,5 s.), 1000 (2 m. 21s.) e 1500 (3m. 39,3s.). Outro «record», este de características pessoais: 13m. 49,4s. em cinco quilómetros (a nove segundos do mínimo para selecção olímpica) na prova que Moniz Pereira considera «o futuro de Mamede».

O atleta verde-branco correrá, em Montreal, os 1500 metros, dependendo do seu estado de espírito uma eventual participação em 800 metros.

Helder Albano Baiona de Jesus nasceu a 12 de Abril de 1954, em Silves (Algarve). Pesa 65 quilos, mede 1 e 78, estuda Economia e possui o Curso Complementar de Contabilidade e Administração. Estreou-se como atleta federado envergando a camisola do Monchique (1971) transitando no ano imediato para o Benfica. É detentor do «record» nacional dos 2000 metros, no tempo de 5m. 6,2s. A sua marca nos 1500 dos campeonatos de Portugal (3m. 40,6s.), roçando o mínimo para qualificação olímpica, inscreve-o em Montreal, na corrida do quilómetro e meio.

À prova dos cinco quilómetros concorre Aniceto da Silva Simões, casado, duas filhas (Susana e Sandra), nascido há 30 anos em Lervão (Penacova). Aniceto foi revelado no Santa Clara, de onde saltou para o Benfica para, mais tarde, regressar ao ponto de origem. Melhores tempos deste fundista: 3m. 44,8s. nos 1500 metros, 13m. 35,6s. nos 5000 (cronometragem electrónica) e 28m. 57,8s. nos 10 mil metros.

Anacleto Pereira Pinto viu a luz do dia em Abraveses (Viseu) a 25 de Fevereiro de 1948. Tem o 18.º tempo mundial da época, na maratona: 2 horas 14 minutos e 36,8 segundos. Outras marcas: 29m. 23s., nos 10 quilómetros; 13m. 56,4s., nos 5000. No Canadá, Anacleto apresenta-se à partida para a maratona.

José de Jesus Carvalho é

portuense: na capital nortenha nasceu a 15 de Junho de 1953. Sucessivamente, defendeu o símbolo da Associação Cristã da Mocidade (Coimbra), o Sporting e o Santa Clara. Detém dois «records» portugueses: 47,52s. nos 400 metros planos e 50 segundos exactos (cronometragem electrónica) nos 400 com barreiras. Outro «palmarés» pessoal: 21,8s. nos 200 metros. Carvalho concorre, nestas Olimpíadas, aos 400 barreiras e, eventualmente, à mesma distância em terreno plano.

Ainda um pormenor: José Carvalho é recordista nacional do decatlo, com 6634 pontos.

Carlos Lopes: aos 29, a grande meta

Lopes) eu preferia correr a jogar bola com os outros miúdos. Era pequenito, não podia competir com os melhores chutadores por aquelas bandas e, assim, eu corria pelas ruas e estradas, quase sempre à frente de companheiros mais velhos e de melhor complexão física.

Foi assim que nasceu o seu gosto, a sua paixão pelo Atletismo. Representando o Lusitano de Vildemoinhos, colectividade de que é lido título de orgulho, o bom do Carlos Lopes imediatamente começou a dar nas vistas, perante os grandes prospectores de talentos dos emblemas mais cotados dentro do mundo local da primeira disciplina desportiva. Estreante em 1966, Lopes logo nesse ano obteria um prémio: a convocação para a turma nacional que ia participar nos Jogos Lusobrasileiros. Correria os cinco quilómetros: ele, um júnior entre seniores de larguíssima experiência.

Triunfou. Melhor diríamos: perturbou os técnicos quando cortou a meta à frente de todos os pares, em estilo pouco ortodoxo, cheio de falhas mas socorrendo-se de uma tremenda força interior e de um potencial físico inacreditável em corpo tão franzino. O professor Mário Moniz Pereira, técnico de primeira água e (ao tempo) responsável absoluto pelo Atletismo sportinguista, atirou o isco: Carlos Lopes transferiu-se para Lisboa e passou a envergar a camisola do clube de Alvalade.

Mal deixara (portanto) a categoria de júnior: iria prosseguir uma senda de êxitos que, hoje, o catapultam para plano cimeiro entre os melhores praticantes mundiais e, igualmente, donos da maior fama. Lenta mas progressivamente, com tantos triunfos e tantos títulos no «palmarés» que seria difícil enumerá-los todos nesta hora, Carlos Lopes sucede a Manuel Faria e Manuel de Oliveira como «a

estrela-mor» do atletismo sportinguista, quase crónico ganhador de campeonatos a nível interno. Aproximava-se Munique: Mário Moniz Pereira, que apostava no rapaz das Beiras, ficou a meio caminho nos desejos de conseguir apoio governamental para o plano de preparação que elaborara com vista à missão portuguesa nas Olimpíadas de 72. Assim, na capital da Baviera, Carlos Lopes limitou-se a correr para um tempo: e a bater o «record» nacional dos 10 quilómetros.

O calendário continuou a marcha. Carlos Lopes trocava o emprego num jornal diário por um lugar no Banco do Alentejo. Todos os dias, porém, chovesse ou fizesse sol, ele lá estava em Alvalade, para as 30, 40, 50 voltas ao campo, que esgotariam qualquer atleta menos dotado mas, para o pupilo de Moniz Pereira, era somente o passo decisivo para uma «endurance» que facilitasse a apresentação nos grandes «meetings» internacionais.

Desta feita, olhos em Montreal, apareceu o impulso da Secretaria de Estado, o braço estendido da DGD, o carinho de colegas de trabalho e a vontade do atleta. Tudo a conjugar-se com o esquema de Moniz Pereira: a dias do embate com os maiores, Carlos Lopes é detentor de três «records» nacionais de classe e categoria verdadeiramente extra: nos 10 quilómetros (27 minutos 45,8 segundos), segundo tempo mundial do ano a oitava marca registada em todos os tempos; cinco mil metros (13 minutos e 24 segundos, quinto tempo da temporada em todo o Mundo) e 3000 metros (7 minutos e 48,8 segundos). Como máximos pessoais em outras distâncias ainda rubrica 8 minutos e 39,6 segundos nos 3000 metros com obstáculos e 3 minutos e 44,3 segundos no quilómetro e meio.

Residente no Lumiar (em Lisboa), o campeão tem cor-

rido as cinco partidas. Casado com uma antiga atleta do Sporting (Teresa Lopes) wue era sua companheira e grande incentivo nas duras horas de constante treino diário na pista de cinza do estádio «verde-branco», é pai de um garoto: Nuno Miguel, de três anos. A respeito de Carlos Lopes, declara o seu mestre Mário Moniz Pereira:

Em Desporto, para se atingir um título de campeão, não podem haver aca- sos: antes (e acima de tudo) condições naturais e trabalho de muitos anos. Lopes é (exactamente) esse es- pe- lho.

Conta: — Há dias, os atletas olímpicos foram de visita a uma escola do ciclo preparatório, no Cacém. Pois, foi o delírio: cheguei a recear que, a algum dos miúdos que queria tocar e ver de perto o Carlos Lopes, acontecesse um percalço, ficasse esborrachado no meio da multidão. Esta é a melhor prova de como um atleta apurado, indelévelmente padrão do que deve ser um grande campeão, pode inocular na juventude o gosto pelas sadias práticas desportivas e tornar-se no íman que acorrenta a miudagem a uma disciplina do Desporto.

Carlos Lopes, por seu turno, é muito comedido:

— Não, sinceramente não: em Montreal não espero conquistar uma medalha. Já ficaria muito orgulhoso se, nos cinco como nos dez quilómetros, atingisse a final e conseguisse bons tempos, até mesmo melhorar as marcas portuguesas. Vão lá muitas feras, que estiveram a incubar até agora: e, como diz o meu treinador, a todo o momento, as medalhas olímpicas custam o di- nheiro que Portugal não tem...

Mário Moniz Pereira é mais optimista:

— Em condições nor- mais, se não ocorrer qual- quer lesão ou algum outro percalço, Carlos Lopes dis-

cutirá os 10000 metros, em- bora a imprensa especiali- zada (desde o «L'Equipe» a jornais norte-americanos e ingleses) o apontem como o favorito maior dos concorrentes europeus.

Quanto Carlos Lopes ha- verá por aí, no duro cami- nho que faz tantos moços entusiastas desistirem a meio da rampa de lançamento?

O campeão verde-branco tem uma opinião formada:

— Acredito que haja em mim certo temperamento, al- guma humildade, muita von- tade e enorme fé. Treino com entusiasmo, confronto permanentemente as minhas marcas com os tempos que se fazem lá por fora. Mas, a verdade, verdadinha, é que, de há uns tempos a esta parte, não tenho sido apertado, mesmo nas competi- ções que faço ao lado de «feras» de alto prestígio. Como será agora, lá no Ca- nadá?

Viren, bicampeão olímpi- co, é o homem que vem do frio para se tornar o adver- sário a abater. Todavia, pos- suirá o louro e esguio finlan- dês a coragem, a dureza, a compenetração que caracte- rizam a tempera do cam- peão português? Essa, a in- cónita: que perdurará até ao lavar dos cestos, enquan- to Montreal for o foco e o palco das proezas atléticas do ano.

Lopes debate-se com um problema: sofre de uma in- flamação do tendão de Aquiles, coisa sem impor- tância para muito boa gente mas, mesmo assim, a neces- sidade de atentos cuidados médicos. Entretanto, desde 1 de Novembro de 1975 até 30 de Junho último, Lopes correu para cima de seis mil quilómetros, a uma ca- dência de 750 mil metros mensais. Afinal, o trampolim para meia hora em que terá de jogar as cartas do seu baralho, num vale-tudo que não admite a mais leve falha ou desatenção. Em que tudo tem de estar perfeito, na ho- ra do disparo.



Estrangeiro

Retrato de Adolfo Suárez

Sinto-me democrata e julgo sê-lo, declarava no passado dia 2 de Março Adolfo Suárez Gonzalez, que, aos quarenta e três anos, será o mais novo chefe do Governo da moderna história de Espanha.

Casado e pai de cinco filhos, amável e discreto, entre o play-boy e o elegante homem de negócios, Suárez não teve uma carreira tão brilhante que pudesse fazer esperar esta súbita ascensão a tão elevado posto.

De pequena burguesia, o mais velho de cinco irmãos, acabava de apresentar a sua tese em direito quando, após a morte do pai, resolveu abrir um colégio particular em Ávila, a fim de poder ajudar a família.

Mais tarde funcionário, ocupou primeiro lugares subalternos, e tornou-se depois chefe de relações públicas sob a presidência do Governo do almirante Carrero Blanco, que o protegeu e fez com que fosse nomeado, em 1968, governador da provincia de Segóvia, cargo que ocupou durante um ano, até à sua nomeação oficial em 1969, como director-geral da rádio e da televisão, lugar que manteve até 1973. Durante esse período contentou-se em seguir as directivas sem imaginação do então ministro da informação e do turismo, Alfredo Sanchez Bella.

Ao mesmo tempo continuava a ter uma actividade profissional privada e foi presidente do conselho de administração da empresa estatal de turismo Entursa, assim como do ramo espanhol da Y.M.C.A. (Young Men Christian Association). A sua gestão neste último posto ainda ontem continuava a suscitar polémicas na imprensa, embora ele tivesse abandonado a referida presidência há já mais de um ano.

A 24 de Março de 1975, o seu amigo Fernando Herrero Tojedo, falangista e ministro secretário-geral do Movimento, nomeia-o seu adjunto com o título de sub-secretário, posto que ocupou até à morte accidental do ministro, em Agosto do mesmo ano.

Desde então, livre de qualquer encargo político oficial, continua uma ideia querida a Herrero Tojedo: a de montar a União Democrática do povo espanhol (U.D.P.E.), associação política que pretendia ser para o franquismo a equivalente da U.D.R. francesa para o gaullismo. Depressa foi nomeado presidente da U.D.P.E., mas teve de abandonar esse posto quando em Dezembro de 1975 se tornou ministro secretário-geral do Movimento, no primeiro governo da monarquia. Há poucas semanas foi eleito membro vitalício do Conselho nacional (o futuro Senado), contra o próprio genro do general Franco, Marquez de Villaverde.

Suárez é falangista? Os falangistas «ortodoxos» negam-no formalmente. Será um homem do Movimento? Também isto não é evidente se tivermos em conta o discurso em que, a 9 de Junho passado, ele defendeu, perante as Cortes, e com firmeza, o novo projecto de lei sobre as associações políticas. **A presença activa da esquerda é necessária,** disse ele nesse discurso.

Ao definir, há quatro meses, o seu pensamento político, escrevia Suárez: **Aspiro a uma vida em comum, harmoniosa, e apoiada na representatividade e na participação. Creio na evolução sem traumatismos, mas creio também que, para que não haja traumatismos, a evolução é indispensável. Acho que o maior perigo histórico é representado pelos extremismos e que não há melhor antídoto para eles do que a reforma em profundidade.**

Muito ligado ao rei, amigo íntimo de Toronado Fernandez - Mirand (presidente do Conselho do reino e das Cortes, e homem forte da Espanha actual), Suárez, com o seu ar tímido, parece servir mais de instrumento às altas instâncias, do que incarnar o presidente a um tempo maleável, frio e autoritário, de que a Espanha precisa.

A sua juventude serviu-lhe de decerto. Pertence a uma geração espanhola que se define melhor através da técnica e da eficácia do que dos preconceitos ideológicos. Suárez, e isto é importante, só tinha três anos quando a guerra civil começou.

José António Novais

© LE MONDE

AMÉRICA LATINA

A diáspora e o seu custo social

Mário Benedetti

HAVANA, (IPS) Talvez o tema não esteja ainda suficientemente maduro para que um especialista aborde a sociologia do exílio à escala latino-americana, já que se trata de um fenómeno relativamente recente, pelo menos na sua dimensão massiva actual. No entanto, enquanto aguardamos essa análise autorizada, talvez valha a pena adiantar algumas reflexões elementares.

Certas dinastias autocráticas (como a dos Somoza, na Nicarágua, ou dos Duvalier, no Haiti) ou certos ditadores teimosamente agarrados ao Poder (como Stroessner, no Paraguai) criaram nos últimos vinte ou trinta anos correntes consideráveis de exilados políticos. Também as tiranias de Pérez Jiménez, Batista, Trujillo e outros, provocaram os seus respectivos exodos na devida altura. Igualmente, a revolução cubana, nos anos sessenta, provocou uma corrente migratória que se voltou principalmente para Miami, mas a óbvia condição contra-revolucionária desse fluxo converteu-o num caso fora de série: por um lado, sempre contou com o estímulo e a ajuda económica interessada do Governo dos Estados Unidos e, por outro, não se deve esquecer que (embora seja incorrecto meter todo o conglomerado no mesmo saco) pelo menos um nutrido grupo dessa emigração provinha de um sector que se sentiu profundamente afectado nos seus interesses e na sua capacidade de manobra quando o Governo revolucionário acabou com os famosos «taxos» (empregos públicos concedidos a partidários de Batista que recebiam ordenados suculentos), as casas de jogo, a prostituição, o proxenetismo, e a correspondente periferia de «gangsters», delinquentes, rufiões, «bufos», etc., cujas divergências com a revolução não eram de princípios mas de fins.

Os latino-americanos que são agora forçados a abandonar o seu país por razões políticas provêm, pelo contrário, de sectores operários, estudantes universitários e, entre outros problemas, as condições económicas do seu exílio costumam ser angustiantes. Mas há outro factor que caracteriza particularmente este exodo massivo e (por vezes) cruzado: nunca como neste presente trágico tinha havido a presença simultânea de tantas e tão concertadas ditaduras fascistas. Noutras épocas, e particularmente no cone sul, havia sempre a possibilidade de passar para um país vizinho e tentar refazer ali a vida e arranjar trabalho, mas actualmente os países latino-americanos que ainda podem oferecer algum refúgio a esses centos de milhares, ou talvez milhões, de fugitivos, estão a ser paulatinamente rodeados no mapa da América pela mancha negra dos fascismo comunicantes. Por outro lado, comandos armados e de extrema-direita encarregam-se (por exemplo, em Buenos Aires) de semear o pânico entre os exilados latino-americanos mediante ameaças, sequestros e/ou crimes como os que deram cabo de figuras políticas eminentes do Chile (Prats), Uruguai (Michellini, Gutiérrez Ruiz) e Bolívia (Torres), que, bem entendido, não gozavam da simpatia das respectivas ditaduras.

Mesmo nos países onde não existe esse clima, a vida dos exilados latino-americanos decorre no meio de outras tensões. Há que ter em conta que esta nova e repentina migração vem acrescentar uma importante procura de trabalho num momento em que a crise mundial afecta a economia e as possibilidades laborais de todos os países, mas em especial dos dependentes e subdesenvolvidos como são em geral os da América Latina. De modo que embora contando com a inegável e comovedora atitude de solidariedade dos sectores populares (a eles se deve fundamentalmente que a maioria dos exilados chilenos, uruguaios, argentinos, brasileiros, bolivianos, etc., tenham conseguido guarida e trabalho) é natural que o recém-chegado, além de enfrentar os grandes proble-

mas de deslocação e adaptação, tenha de encarar as dificuldades lógicas para obter contrato de trabalho e residência, já que, em alguns países, não se concede a residência se não se tem contrato, mas tão-pouco se arranja contrato se não se tem residência, o que constitui um círculo vicioso apertado.

Por vezes também acontece que certos meios de comunicação, em lugar de pôrem o problema de emprego em termos realistas e tratando de encontrar uma solução humanitária, expõem-no em termos de xenofobia agressiva, procurando (em geral sem resultados) levantar o povo contra esses «estrangeiros que vêm roubar-lhe o pão».

No seu romance notável, «O Compadre Sol», Jacques Stephen Alexis põe na boca de um haitiano emigrado em São Domingos, uma frase simples e verdadeira: «Quando se está completamente só num país estrangeiro, a amizade adquire todo o seu significado». E, em seguida, quando o ditador Trujillo desencadeia uma perseguição feroz contra os haitianos que trabalham nos canaviais de Macoris, acrescenta que os gendarmes faziam desfilar os cortadores de cana e os obrigavam a dizer a palavra «perehili», a fim de reconhecerem os haitianos e arremeterem contra eles. A oligarquia de todos os nossos países ensanguentados talvez quisesse obrigar a dizer «perehili» (ou o seu equivalente) a todos os exilados, a todos os perseguidos políticos; mas tal como no romance de Alexis, os cortadores de cana dominicanos não sentiam como estrangeiros os haitianos, mas até se arriscavam a ajudá-los, e sentiam-se mais próximos dessas pobres vítimas do que dos gendarmes trujillistas, tal como os povos latino-americanos vão aprendendo a pouco e pouco que as verdadeiras fronteiras não são as que separam o Chile do Peru, o Uruguai da Argentina, o Paraguai da Bolívia, o

Brasil da Guiana, Honduras de Salvador. As verdadeiras fronteiras são as que medeiam entre o povo e a oligarquia, entre a pátria e o imperialismo, entre o fascismo e a revolução.

Essa sociologia do exílio que talvez um dia seja escrita, deverá ter em conta os problemas que esta diáspora gerou e gera no âmbito familiar, na vida dos casais, na relação de pais e filhos. As tensões geradas por qualquer partida inopinada, quando se deixa atrás o lar, amigos, trabalho, e tantas outras coisas que fazem parte do ambiente afectivo e cultural, a insegurança que (às vezes numa idade que devia ser de consolidação e não de recomeço) acompanha a procura de um novo emprego, de uma nova casa, tal como a súbita e imprevista inserção noutras costumes, noutra ambiente, noutra clima, tudo são ressentimentos e rancores que, evidentemente, distorcem uma relação afectiva que na América Latina (talvez mais nuns países do que noutros) sempre foi importante, definidora.

Num dos seus mais frequentes exercícios de hipocrisia, o fascismo e os seus porta-vozes falam a miúdo da família e do seu significado cristão. (Era, por exemplo, um dos temas recorrentes dos discursos do agora bem identificado Bordaberry). No entanto, não se pode ainda calcular o custo social deste fascismo colonial, dependente, ominosamente instalado no Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Brasil, etc. Estes constantes invocadores orais do sentido cristão da família (com certeza Cristo os teria escoraçado do templo como aos outros mercadores), na prática, assumiram a missão de desarticular-lá, de destruí-la.

A única coisa que talvez lhes tenha passado despercebida é que esses seres humanos que lançaram no exílio forçado, no desalento, na nostalgia incurável, talvez se integrem pouco a pouco noutra família maior, inexpugnavelmente solidária: a dos povos latino-americanos.

BATENDO FORD (OU REAGAN)

Jimmy Carter na Casa Branca?

Pela primeira vez desde 1964, a convenção nacional encarregada de designar o candidato democrata à Casa Branca, convenção essa, que terá início a 12 de Julho, em Nova Iorque, não será mais que uma grande festa de família. Como era de esperar, a vitória de Jimmy Carter nas «primárias» do Ohio, a 8 de Junho, deu o golpe de misericórdia às últimas veleidades de lhe disputarem a todo o custo a «investidura».

Os seus rivais já hoje se apressam a inclinar-se perante o seu irresistível êxito e, como Carter teve o bom senso de não ofender nenhum dos seus concorrentes, é numa atmosfera de união que estes, desde o governador Wallace (que foi, politicamente, enterrado) a Morris Udall, campeão dos «liberais», apoiam o homem que, decerto, vai ganhar a primeira volta em Nova Iorque. Só o governador da Califórnia, Jerry Brown, persiste em continuar sozinho.

O paralelo entre os dois pretendentes, leva demasiado longe e poderia cair na confusão. Claro que um e outro são «caras novas» na cena política americana. Mas, mesmo sem contar com o pacto de Carter ser catorze anos mais velho que Jerry Brown, basta conhecer a carreira do antigo governador da Georgia — que, como símbolo, mantém o seu quartel-general na capital do Estado, Atlanta — para compreender que, apesar da sua inegável originalidade, ele é um velho político sábio. Se ainda falta a Carter a experiência de Washington (onde, em todo o caso, tem relações preciosas), ele provou que sabia procurar vantagens em todos os planos. O seu magnetismo pessoal não foi influenciado pelos hábitos da capital federal. Foi a distância que ele tomou a justa medida dessa capital e também a da geração dos seus «leaders». Ao mesmo tempo, uma tal distância deixava-o preparar-se melhor para a sua campanha executada com mão

de mestre, com uma mistura de intuição, método e até, quando necessário, rudeza.

No entanto, o mais duro está ainda para fazer. Carter gastou impressionantes qualidades de finura e de organização. E provável que, unido aos democratas a maioria dos votos dos Estados do Sul, endemicamente à deriva desde a morte de Franklin Roosevelt, ele faça triunfar as cores do seu partido no escrutínio de Novembro. Mas — o passado recente bem o mostrou —, não basta entrar gloriosamente na Casa Branca, como o Johnson de 1964 ou o Nixon de 1972, para deixar lá um grande nome.

Que espécie de presidente se revelaria um Carter no Poder? Que política quereria ele seguir interna e externamente? Sem cair nos excessos dos cépticos, que calcularam que, ao fim de umas trinta «primárias» Carter só teria 4,2 por cento dos sufrágios dos cidadãos em idade de votar, o cer-

to é que o novo herói democrata seduziu mais do que convenceu. Na verdade ele observou em todos os assuntos de actualidade uma prudência sabiamente doseada, que lhe valeu não provocar em parte alguma ataques, espontâneos ou não. Agora terá de definir posições: a América já não pode ser governada com um simples sorriso. Nada permite pensar que Carter não esteja consciente disso.

Ele reuniu à sua volta eminentes e numerosos peritos: seja qual for o seu ocupante, a Casa Branca não é um local onde se possa inovar partindo de zero. Principalmente em política estrangeira, a margem dada a iniciativa e à «criatividade» é restringida pelas realidades presentes e pelas responsabilidades antes assumidas. Em todo o caso, o que Carter tenciona fazer pelo seu país e pelo futuro da Humanidade constitui, em larga margem, uma incógnita.

© LE MONDE

JOGOS DE PRAIA

Jogos úteis e aconselháveis a crianças e jovens que passam as suas férias à beira-mar.

À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

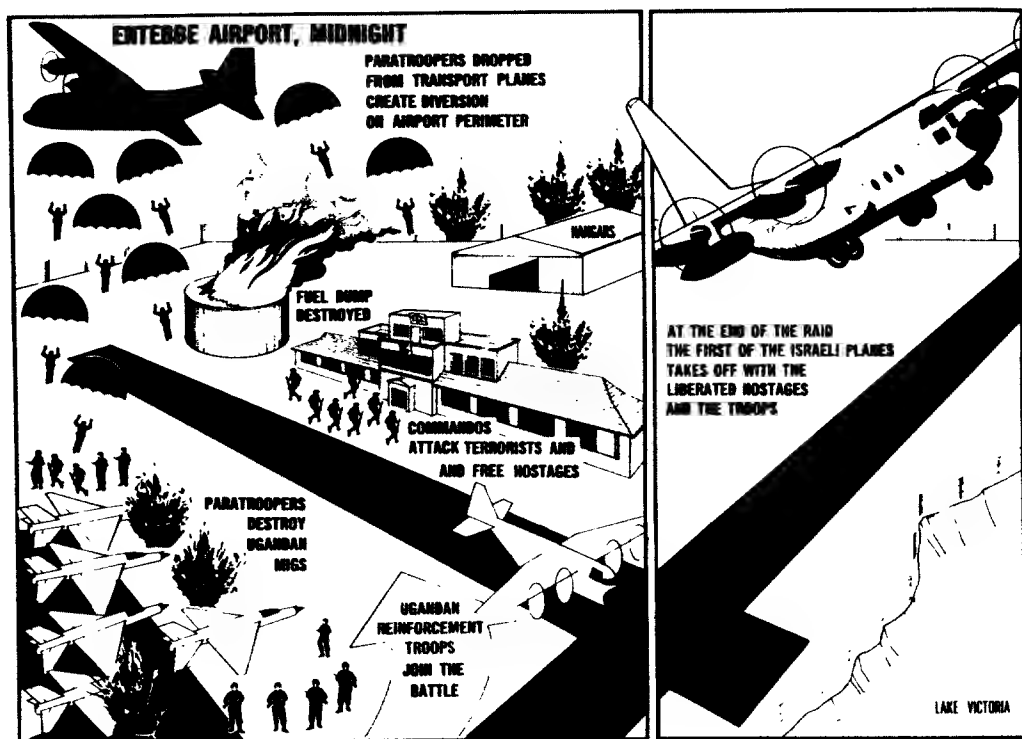


FAMÍLIA 2000

Rua 5 de Outubro, 484 — Porto — Telef. 69 59 49

PEÇA BIBLIOGRAFIA

Estrangeiro



Esquema da acção israelita para libertar os reféns retidos por piratas do ar no aeroporto da capital do Uganda: pára-quedistas teriam sido utilizados numa manobra de diversão, enquanto Mig's ugandeses eram destruídos na pista e comandos atacavam o edifício do antigo terminal, onde se encontravam os reféns, finalmente transportados para fora do Uganda num dos aviões que participaram no raide

Adiada mais uma vez a aterragem em Marte

PASADENA (Califórnia), 8 (R.) — Cientistas espaciais norte-americanos adiaram mais uma vez a aterragem da sonda Viking 1 no planeta Marte, após verificarem que o local planeado para a descida, em 17 de Julho, era demasiado acidentado.

Bob MacMillan, informador do Laboratório de Propulsão a Jacto de Pasadena, disse que a aterragem seria adiada, pelo menos, três dias, após um exame feito pelo radar à área prevista em Marte revelar uma superfície dura, mas também outra zona melhor e mais apropriada para a descida.

A sonda deveria originalmente aterrar para procurar encontrar formas de vida no Planeta Vermelho em 4 de Julho, bicentenário dos Estados Unidos, mas, em vez disso, foi mantida em órbita em redor de Marte quando se chegou à con-

clusão que o local escolhido não servia.

A nova área para a aterragem está situada a cerca de 450 quilómetros a oeste do segundo local, numa zona no hemisfério Norte de Marte nunca antes fotografado em detalhe e desconhecida virtualmente de cientistas espaciais.

ATRACAGEM À SALLYUT

MOSCOVO, 8 (ANOP) — Ao efectuar ontem a atracagem entre a estação orbital científica Sallyut 5 e a nave espacial Soyuz 21 tripulada pelo comandante Volynov e pelo engenheiro Zholobov, a União Soviética manifestou a decisão de continuar o programa de investi-

gação espacial que os seus rivais da NASA norte-americana parecem deixar em «fogo lento», limitando-se a experiências não-tripuladas como o veículo explorador de Marte, Viking 1.

As autoridades responsáveis pelo programa espacial soviético manifestaram repetidas vezes que repudiam o sensacionalismo da chamada «corrida do espaço» e que o seu programa não se baseia em aspectos de rivalidade quase desportiva, mas sim em considerações de rentabilidade económica imediata.

Por isso alheiam-se do problema dos recordes espaciais e concentram-se no programa dos laboratórios cósmicos tipo Sallyut-Soyuz,

Caleidoscópio

■ ESSEN, 8 (R.) — O dr. Gustav Heinemann, terceiro presidente da República Federal Alemã, que exerceu o alto cargo desde 1969 a 1974, faleceu ontem à noite, em Essen. Tinha 76 anos.

O dr. Heinemann, um protestante profundamente religioso, era uma das individualidades políticas de maior influência na Alemanha após a guerra.

Granjeou respeito pela sua humanidade, humildade e vitalidade, primeiro como um deputado energético e cheio de princípios, depois sobraçando pastas ministeriais e, finalmente, como um presidente liberal que ligava pouco ao protocolo.

O ex-presidente, de cabelos brancos e de óculos, fora levado da sua residência em Essen, na área industrial do Ruhr, para a clínica da universidade da cidade na sexta-feira passada, com problemas de circulação sanguínea.

Morreu ontem, à noite, às 22 e 23 horas. Não foi imediatamente anunciada a causa do óbito.

Natural de Schwelm, na Vestfália, onde nasceu em 23 de Julho de 1899, o falecido deixou viúva, Hilda, três filhas e um filho e muitos netos.

O dr. Heinemann orgulhava-se da sua origem humilde — seu avô foi um talhante e o pai chegou a trabalhar como ferroviário — e a sua maneira favorita de se descontrair era beber com amigos numa cervejaria.

■ BEIRUTE, 8 (R.) — Trabalha-se hoje uma violenta batalha pelo domínio do distrito de Koura, ao norte do Líbano, onde os direitosistas estão a enfrentar uma ofensiva desencadeada

pelos esquerdistas.

Forças palestínias e da esquerda lançaram um ataque contra o distrito, junto a áreas cristãs ao sul de Trípoli, como represália pelo cerco imposto pelos direitosistas ao campo palestino de Tel Al-Zaatar, no leste de Beirute.

■ NOVA DELHI, 8 (R.) — A senhora Indira Gandhi, primeiro-ministro da Índia, inaugurou hoje em Nova Delhi a conferência ministerial de cinco dias de países não-alinhados que debaterá a criação de uma organização de agências noticiosas não-alinhadas.

Vidya Charan Shukla, chefe da delegação indiana e ministro da Informação e da Radio-difusão da Índia, foi eleito por unanimidade presidente da conferência, a que assistem representantes de cerca de 60 países.

■ BUENOS AIRES, 8 (R.) — Morreram mais 11 pessoas, vítimas da vaga de violência política na Argentina — anunciou a Polícia.

Crê-se que seis foram abatidos por esquadrões da morte direitosistas.

Deste modo eleva-se a quase 500 o número de pessoas que se sabe terem sido mortas em violência politicamente motivada desde o golpe de 24 de Março.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

11.º Juízo

ANÚNCIO

Proc.º n.º 6598 1.ª Secção

Nos termos e para os efeitos legais se anuncia que, pela 1.ª Secção deste Juízo Cível, correm editos com a duração fixada em 30 dias, citando o réu José António Jesus Cerequeira, que teve a sua última residência conhecida na Rua de Santa Marta, número 6-3.º, desta cidade de Lisboa, e, actualmente, ausente em parte incerta para, no prazo de 10 dias que se começa a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio e depois de decorridos os dias da dilação fixada, contestar a acção sumária que lhe move a autora Cimpomovel Comércio Importador de Automóveis e Acessórios S. A. R. L., com sede nesta cidade, na Avenida Infante D. Henrique, lote 5, com a continuação de não contestando, ser condenado ao pedido que é da importância de Esc. 29.005\$00, custas e demais acréscimos legais que a final se liquidarem.

Lisboa, 1 de Julho de 1976

O Juiz de Direito (Jorge Manuel Mora do Vale)

O Escrivão (José António de Almeida)

SEGUNDO "EL PAÍS"

Adolfo Suárez mais próximo das teses americanas

MADRID, 8 (ANOP) — A crise espanhola, ocorrida com a demissão de Arias Navarro e a saída de Fraga Iribarne, que durante os últimos sete meses protagonizou, em muitas fases contraditórias, a evolução e a reforma institucional e política do país, está sendo digerida pouco a pouco, com uma visão mais clara a cada momento das coordenadas que a motivaram e executaram.

Segundo grande parte dos observadores políticos desta capital, a situação parece mais clara.

No diário independente da manhã, «El País» bastante notado com as posições de Fraga Iribarne, publicava-se, ontem um artigo em que se afirmava, citando um diplomata alemão que «o caminho seguido para superar a crise, representa um golpe muito duro para o presidente francês Giscard d'Estaing».

O artigo continua citando a opinião de um porta-voz de Servan Schreiber, segundo o qual «Giscard, frente aos Estados Unidos, perdeu o primeiro

round» de seu «match» sobre a Espanha.

«Não resta dúvida que o senhor Suárez e os ministros que escolheu não de estar, por vinculações nacionais e internacionais, mais próximos das teses estratégicas americanas do que europeias.» O jornalista Jesus Rouco, que assina este artigo, acrescenta outros testemunhos que coincidem com os mencionados.

Depois de uma análise serena da evolução dos acontecimentos recentes e principalmente dos últimos dias, não resta qualquer dúvida que aqui se trava, a pretexto de uma profunda crise interna nacional espanhola, de sobrevivência e evolução para uma democracia, uma séria guerra de influência das grandes potências, que neste caso nem são os americanos e os soviéticos, mas os americanos e os europeus, dentro de um contexto que não é novo.

Aliás, essa guerra foi patente desde os primeiros dias após a morte de Franco, pelas atitudes estudadas de reacção de entidades, personalidades e

Imprensa dos dois blocos em causa.

Como várias vezes tem sido denunciado, a Península Ibérica, de que Portugal faz parte e onde se trava em parte a mesma jogada estratégica, é contínuo alvo de operações que ultrapassam as problemáticas internas de cada país para se inserirem num contexto mais amplo. Uma visão mais ampla tem tornado estes dois países alvos e vítimas. Acontece apenas que o caso de Espanha é hoje actualidade.

A actuação dos Estados Unidos em relação a Espanha tem sido prudente, cautelosa, mas persistente. Tudo planificado.

O acordo sobre a utilização das bases espanholas pelos americanos, tem sido, a pro-

pósito, uma luta que vem desde tempos, uma dependência iniludível.

A antecipação a nível económico e comercial dos Estados Unidos em Espanha deu sempre os seus resultados.

A economia espanhola deve de um modo muito directo da comercialização com os Estados Unidos e da interferência das empresas multinacionais que desenvolvem importantes actividades em Espanha.

Uma inter-relação política em que intervieram directamente os Estados Unidos durante o ano passado, quando se jogou tacticamente com a entrada da Espanha na NATO, explorando muitas vezes o papel desempenhado por Portugal, constitui factor de análise.

O sismo na Indonésia causou 6000 mortos?

DJAKARTA, 8 (R.) — Receia-se que tenham morrido cerca de 6.000 pessoas em consequência de um violentíssimo tremor de terra que abalou a remota parte central da Nova Guiné Indonésia, na semana passada, segundo foi revelado hoje.

A agência noticiosa Antara disse que se pensa que cerca de 5.800 pessoas tenham ficado sepultadas pelos grandes desabamentos de terra provocados pelo sismo na província de Irian Jaya.

A Antara citou o governador da província, brigadeiro-general Sutran, como afirmando que 420 cadáveres foram encontrados até agora.

A área mais atingida foi a parte montanhosa central da província.

O terramoto no sábado passado, teve uma magnitude de 7,1 graus da escala de Richter. Foi o mais violento já registado na Indonésia.

Missionários estrangeiros

em Irian Jaya informaram que muitos aldeões fugiram para a densa selva e montanhas, após o sismo e os abalos telúricos que se lhe seguiram.

A Antara disse que 15 mil sobreviventes seriam evacuados de avião da área assolada por causa do perigo de novos desabamentos de terra.

Casas de madeira, estradas e pontes e dois aeródromos foram destruídos pelo tremor de terra que atingiu a região antes do alvorecer.

Quinze aldeias ficaram arrasadas.

Uma segunda onda de sismos, poucas horas depois, foi terrível, causando desmoronamentos de terra em muitos locais — afirmaram funcionários do Ministério do Interior.

A região montanhosa acidentada e o mau tempo têm impedido seriamente as operações de socorro.

O Governo criou uma força especial para ajudar as operações de socorro e o trabalho de reconstrução.

"Blackout" noticioso para os italianos

ROMA, 8 (R.) — Os italianos estão hoje sujeitos a um virtual «blackout» noticioso total, não tendo jornais e não sendo fornecido boletins informativos pela rádio e televisão.

A situação é resultado duma greve nacional de 24 horas declarada por jornalistas e tipógrafos protestando contra as leis de Imprensa existentes e o que classificam como práticas ineficazes de gestão.

Dirigentes sindicais afirmam que as dificuldades financeiras que a maioria dos jornais italianos enfrenta com défices até cem mil milhões de liras (cerca de 3.696.000 contos), a despeito de subsídios do Governo constituem uma ameaça para a liberdade de Imprensa.

Os grevistas protestam também contra a direcção do serviço noticioso da RAI, a rede de radiodifusão e televisão pertencente ao Estado que dizem ser controlada politicamente.

LONDRES

Férias • Negócios

Viagens económicas • Serviços de qualidade

Partidas TODAS as

QUINTAS e DOMINGOS

de Maio a Outubro

• Fim-de-semana - 4 dias

• Mini-semana - 5 dias

• Maxi-semana - 8 dias

Avião + Hotel c/ banho + Visita

Cidade + Transportes + Assistência

Inglaterra e Escócia

8 ou 15 dias — Partidas diversas

de Junho a Setembro

PROGRAMAS • RESERVAS

VIAGENS RAWES

Lisboa - Correspondência R. Bernardino Costa, 47

Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231

Faro - Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195/6

Espectáculos

UMA CARTA DO DR. ABÍLIO TEIXEIRA MENDES

As sanções económicas são uma forma de censura

Do dr. Abílio Teixeira Mendes, membro da comissão que preparou o articulado da lei de classificação etária para os filmes, recebemos uma carta, endereçada ao nosso director-adjunto, dr. Fernando Pereira Santos, do seguinte teor:

«Aguardei, em vão, que outros mais qualificados comentassem a recente disposição do Conselho de Ministros, já que a minha qualificação — de que não abdicó — é apenas a de ter servido honestamente e conscientemente a Revolução do 25 de Abril com muita honra, muito gosto e nenhum proveito.

Quando, em plena vigência do I Governo Provisório, se reuniram representantes dos importadores de filmes, dos sindicatos, pedagogos, psicólogos e sociólogos, sob a égide dos representantes do Movimento das Forças Armadas, a leitura unânime do Programa definiu os seguintes parâmetros:

1. Estava abolida a Censura sob qualquer forma.
2. Estava consignada a maioria do Povo Português.
3. Sentia-se, todavia, necessário dar uma indicação, baseada em regras pedagógicas, psicológicas e sociológicas, do tipo de espectáculos cinematográficos mais adequados para este ou aquele grupo etário. Depois de muita discussão — e pactuando com a maledicência torpe que não tardou a gerar-se — acedemos a criar uma categoria de filmes «interditos a menores de dezoito anos», flagrante violação dos princípios de Liberdade, mas concessão àqueles que, depois de corromperem a juventude, se apressam a bradar contra

essa corrupção.

É difícil desenhar a fronteira entre a honestidade e a ingenuidade, tal como é difícil traçar a linha que separa o puritanismo da hipocrisia.

Tinhamos, no entanto, a convicção de que os problemas da pornografia, da dissolução dos costumes, da droga, não são passíveis de solução administrativa e não é por muito proibir que se consegue evitar. Se existia aquela coisa a que se chama a moral tradicional do Povo Português, ela faria recuar os cidadãos moralistas ante a frase «Este filme contém cenas eventualmente chocantes».

Se existia uma coisa chamada Família Portuguesa, os pais teriam explicado aos filhos «os factos da vida» e, ninguém melhor que eles saberia que tipo de espectáculo era ou não próprio para os jovens a seu cargo.

Não fariamos censura de cordel. Não seríamos os caciques do espírito. Confrontaríamos as nossas opiniões com as dos nossos concidadãos dando-lhe a máxima liberdade dentro da máxima responsabilidade naquilo que julgávamos, lhes fosse mais caro: a salvaguarda dos seus princípios.

Ninguém obriga um puritano a ver filmes «porno», tal como ninguém obriga um muculmano a comer presunto. No entanto, os filmes «porno» devem exibir-se, da mesma forma que o presunto deve vender-se, para quem quer.

De resto, torna-se muito estranho que tantas pessoas clamem contra certos filmes quando ninguém os obriga a vê-los.

A evolução do nosso públi-

co, como se sabe, passou da curiosidade mórbida, ao descontentamento e cedo passaria à indiferença. É um fenómeno bem conhecido em quase todos os países europeus.

Uma das coisas a que não chegámos, na altura, a acordo foi sobre o conceito de pornografia.

O Grupo Autónomo do Partido Socialista dizia que «a pornografia é o erotismo dos outros».

Um número apreciável de psicólogos e psiquiatras assinou um manifesto de introdução à «Filosofia na alcova», o qual é um libelo contra os falsos moralismos.

Qual a fronteira que separa o erotismo da pornografia?

Alguém deverá dar uma resposta rigorosa a esta pergunta, nomeadamente o legista que, tão despreocupadamente, divide os filmes em «pornográficos», «não-pornográficos» e «de qualidade» (?).

Já não me preocupa o facto insólito de se misturarem conceitos éticos — pornografia — com conceitos estéticos — de qualidade.

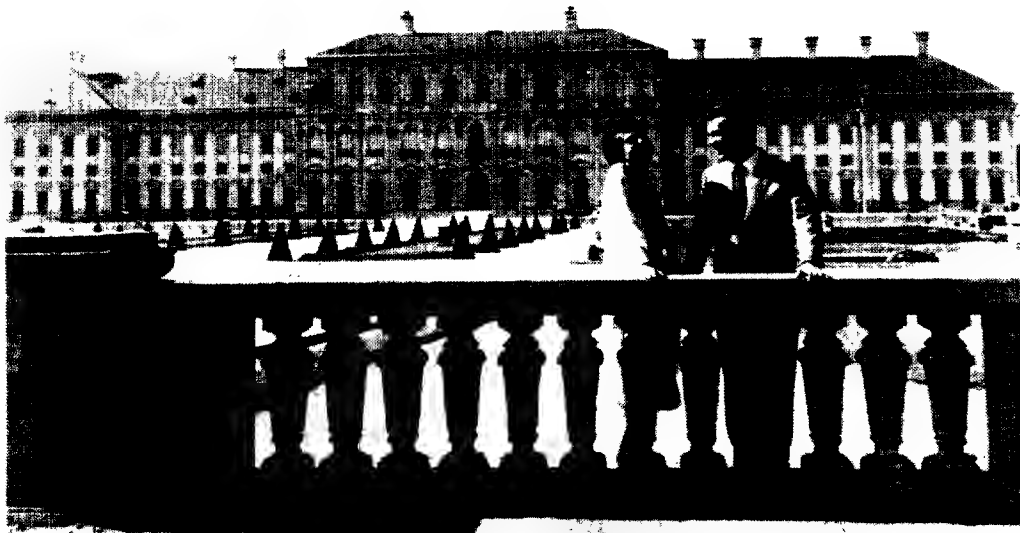
O que me preocupa é que se o Governo toma a seu cargo a defesa da moralidade visual dos cidadãos maiores de dezoito anos, está a passar ao Povo Português um atestado de menoridade mental.

Se o Governo estabelece sanções económicas aos exibidores dum certo tipo de filmes, está, efectivamente, a exercer uma actividade de Censura Prévia.

Neste contexto, há contradição flagrante entre essa disposição legal e a «intransigente defesa das liberdades democráticas» tão caras ao actual elenco governativo.

Na realidade, se os cidadãos portugueses são suficientemente adultos para escolher os seus governantes, também o são para escolher o filme de sábado à tarde.

No entanto, como se diz nos ofícios, S.Exas. decidirão no seu alto critério.»



Um longo e lendário tempo de cinema

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

“O último ano em Marienbad” de Alain Resnais

rança que este exercício de estilo não ficou a girar no vazio, remira ido-se na sua própria inconsequência (que é, ao mesmo tempo, o seu primeiro fascínio) mas que dele saíram umbralmente, Muriel, La guerre est finie, Stavisky, por um lado, L'immortelle, Trans-Europa Express ou Caminhos de prazer, por outro.

Sabemos também aonde chegaram os «filhos da França de De Gaulle» apelidados de Nouvelle Vague, Godard, Truffaut, Rivette, Chabrol..., os seus caminhos e os seus fracassos. Estamos pois na posse do futuro e passado é o tempo de polémicas contra ou por Aristarco, com os pelos «Cahiers». O último ano em Marienbad é hoje, portanto, menos um combate, mais uma reflexão.

Tempos houve em que este era o filme-protótipo para cineclubistas ou tão só cinéfilas discussões. Era o significante a que se procurava apor significados, tão variados quantos os participantes, forma mais ou menos racional de estancar a perturbação que Marienbad levantara. Tratava-se de reorde-

nar uma ficção «confusa», de dar a cada gesto um peso determinado, de cronologizar um tempo que fugia.

Hoje, parece-me, assiste-se a este filme com uma outra serenidade, uma outra distância. Hoje já não é o insólito mas o que era insólito. Há a disponibilidade para a ficção, para o artifício, para o prazer do artifício; em 1961 era (ainda) a «janela aberta» de Bazin que pesava ou então, do outro lado, o «realismo crítico» de Guido Aristarco.

Assistir a O último ano em Marienbad é assim, uma aventura que, se perdeu o carácter labiríntico, ficou com essa longa tonalidade ambígua, esses breves climaxes de amor ou medo ou até violência por entre um fundo suave, calmamente repousante. Marienbad ultrapassou o estado de choque e ascendeu ao clássico. Ele será visto e revisto enquanto a película durar, com os matizes que sempre lhe serão acrescentados ou descobertos ou inventados (o que é a mesma coisa), janela aberta sobre o nosso imaginário dialecticamente renovado todos os dias.

ISTO É UM ASSALTO!

não gritem por socorro
nós somos polícia!



United Artists
COLORIDO

**POLÍCIAS
E LADROES**

com CLIFF GORMAN • JOSEPH BOLOGNA
um filme de ARAM AMANIAN

SÃO JORGE
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

HOJE, às 21.30

SENSACIONAL
ESTREIA

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

CONVOCATÓRIA PLENÁRIO GERAL DE TODOS OS SECTORES

Convocam-se todos os professores de todos os sectores de ensino para um plenário geral a realizar no dia 9 de Julho, pelas 21.00 horas, na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da 2.ª resposta do MEIC ao caderno reivindicativo
2. Formas práticas de acção.

No plenário anterior com a mesma O. T., não houve quorum.

Professor, é essencial a tua presença para que assemtemos nas perspectivas a desenvolver durante este período em que as Escolas vão estar praticamente fechadas.

NÃO FALTES!

A DIRECÇÃO

LOLA MONTES

UM FILME DE MAX OPHULS

QUANDO A EUROPA ERA UM CIRCO
E A REVOLUÇÃO UM ESPECTÁCULO IMPOSSÍVEL

BREVEMENTE NO S. LUÍS



ÉXITO TOTAL!!!

Com:
ERMEZINDA DUARTE
NICHOLSON
ANTÓNIO MONTEZ
HENRIQUE VIANA
MAGDA CARDOSO
MARIA TAVARES
FERN. DE OLIVEIRA

Um grande elenco
faz um grande êxito!

Hoje às 20.30 e 22.30 h
(Não acons. a men. 18 a.)



grupo 4

O CÍRCULO DE BZ CAUCASIANO



Todas as noites
às 21 e 15
Sábados e domingos
às 15 e 21 e 15
Descanso à 2ª feira

Canal da Crítica

INFORMAR? ASSIM?

Uma das coisas que eu aprecio no *Telejornal* é o seu «rigor» a sua objectividade na informação.

Ontem por exemplo, referiu-se à intervenção do primeiro-ministro da RDA na reunião dos países do CAME. Segundo o *Telejornal*, ter-se-á mencionado a situação do CAME em comparação com o Mercado Comum.

Acredito que sim. Acredito, toda a gente acredita que em alguma coisa, em muito difere a organização dos países socialistas dos países capitalistas. O primeiro-ministro da RDA deve ter apontado essas diferenças, na actual conjuntura. O *Telejornal* informa-nos que assim aconteceu.

Ficamos muito gratos. Mas em lugar de sabermos que o dirigente da RDA falou não seria melhor que soubéssemos o que ele falou?

Dai não cai o *Telejornal* abaixo. O *Telejornal* informa apenas o suficiente para não se dizer que não informou. Até vimos imagens, vejamos lá se a *Televisão* não é isenta.

Só que a respeito da comparação entre o CAME e o Mercado Comum, ficamos a ver navios.

Chama-se a isto técnica informativa moderna.

SILONE E NÃO SÓ

Principiou uma nova história, em quatro episódios. Fabricada na RAI, o folhetim baseia-se na obra de Ignazio Silone «Pão e Vinho».

Passo, por hoje, sobre a obra em causa, embora no episódio transmitido já se verifique os sintomas de verniz revolucionário de que o romancista se revestiu. Sintomas pequeninos-burgueses que confundem uma vanguarda histórica com um punhado de amoras,

um punhado de boas intenções que, como as bolas de sabão, se estilhaçam ao menor sopro. Faz rir aquele «revolucionário» que tem o maior interesse em não levantar suspeitas sobre a sua pessoa e embarca infantil e perigosamente na provocação do grande agrário. Faz sorrir aquele «revolucionário», altamente responsável na organização que entrega uma difícil mensagem à rapariguinha instável e meio tonta e que confessa ser um alho em inventar mentiras.

Falaremos dessa obra lá para diante. Agora nada mais se não mostrar como a *Televisão* Portuguesa organiza a sua informação sobre romancista.

Informação extremamente sumária para se fazer uma ideia quer da importância literária de Silone quer da sua personalidade. Informação que sobressai principalmente pela omissão.

Nem uma única referência, por exemplo, do anticomunismo de Silone que o levou, na época máxima da guerra-fria, a alinhar descaradamente ao lado do imperialismo. Anticomunismo que o levou a deputado, depois da guerra, da ala mais à direita do Partido Socialista Italiano. E quanto ao facto de ele «ter saído» do Partido Comunista Italiano, como é, ó sua *televisão* confusa, ele *saiu* mesmo ou foi expulso?

Na sua apresentação, falava-se muito do antifascismo, dos combatentes antifascistas, bém-bém, bém-bém. Na Itália, claro. Em Portugal, a *Televisão* silencia — ou quase, o que vem dar na mesma.

Passou no último domingo mais um aniversário sobre o assassinio de Alex por uma brigada da PIDE. Pff...uma efeméride sem interesse por aí além. Para quê estarmos a falar e a recordar demoradamente certas coisas?

Até porque não está bem averiguado que a PIDE tenha existido alguma vez. Há todas

as razões para concluir que não passa tudo de um produto de imaginações desvairadas. (Perdoa, Alex. Se puderes).

ÁGUA BENTA SOBRE ISRAEL

Já agora, depois deste serão com o filme de Manoel Guimarães e de uma emissão de *Segredos do Mar* sem qualquer razão para ficar na memória, continuemos a falar dos recessos informativos da *Televisão*.

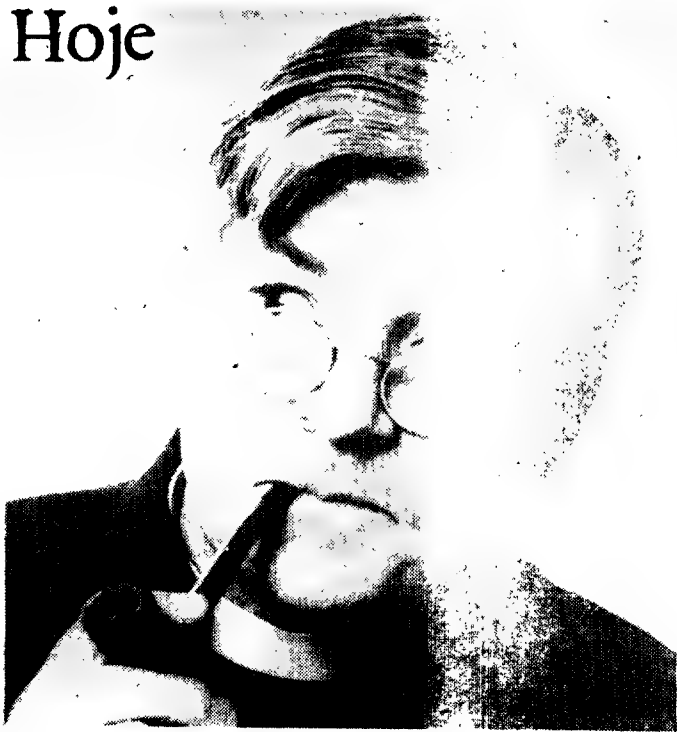
A propósito do «comando» israelita a território ugandês. O *Telejornal* passou por cima do acontecimento com a maior leviandade: limita-se, como notícia de fundo a lembrar que alguns países condenavam o golpe de Israel enquanto outros o achavam necessário. Claro, claro, direitos humanos e outras larachas.

Evidentemente que Israel não safaria os reféns daquele modo se eles se encontrassem, por exemplo, em França, ou na Inglaterra, ou na Itália. Claro que é uma invasão descarada, caracterizada, nítida. E ainda por cima covarde. Israel, testa de ponte do imperialismo, tem os dentes tanto mais aguçados quanto mais a presa é fácil...

E depois, que mal tem matar meia-dúzia de negros, se eles não pertencem à «raça eleita do Senhor?»

Por MARIO CASTRIM

Hoje



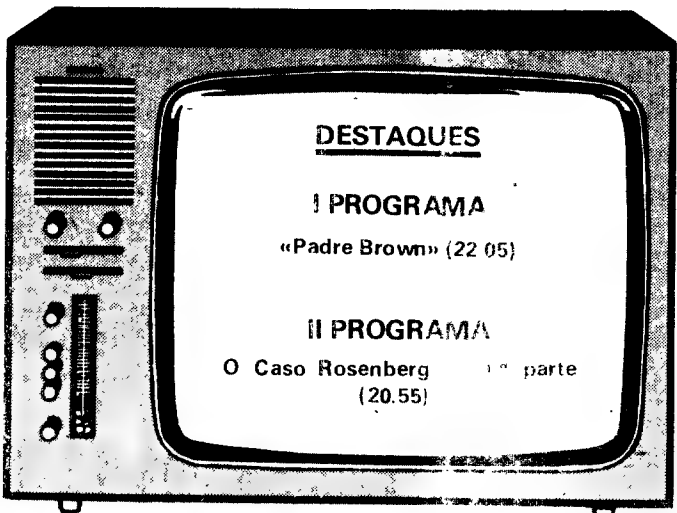
«Padre Brown».

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e Naika e Barba Papa. Rubrica apresentada pelo Dep. Programas Juvenis e Infantis.
- 19.25 Segredos do Mar Vermelho. Série filmada.
- 19.55 TV Palco.
- 20.30 Telejornal (1.ª edição).
- 21.05 A História dos Jogos Olímpicos.
- 22.05 «Padre Brown». Série baseada nas aventuras do conhecido sacerdote-detective de Chesterton. A figura é desempenhada pelo actor Kenneth More.
- 23.05 Telejornal (2.ª edição). Que inclui o resumo filmado da etapa do dia da Volta a França em Bicicleta.
- 23.25 Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e série filmada «A Mulher de Branco».
- 20.25 Ver. Programa dedicado às Artes Plásticas produzido e realizado por José Eliseu.
- 20.55 O Caso Rosenberg (1.ª parte) «O Processo». Uma peça de Alain Decaux. Tradução e adaptação de Vítor de Carvalho. Cenógrafo: António Casimiro. Produtor: Preto Branco. Realizador: Oliveira Costa. Intérpretes: Canto e Castro, Rui Mendés, Lia Gama, António Marques, Luís Lello, Santos Manuel, Carlos César, Carlos Daniel, Vítor Carvalho, Marília Gama, António Assunção e Amílcar Botica.
- 22.20 Telejornal.
- 22.25 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «Cavalo Terracota». Série filmada.
- 19.25 Encontro com o cineasta francês Jean Rouch.
- 19.50 Momento desporto.
- 20.30 Telejornal (1.ª edição).
- 21.05 Concurso Terra a Terra Minha (Sexta-feira).
- 22.35 Há só uma Terra.
- 23.00 Telejornal (2.ª edição). Que inclui o resumo filmado da etapa do dia da Volta a França em Bicicleta.
- 23.15 Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e «Pipi das Meias Altas».
- 20.25: Notícias do Amanhã.
- 20.40: Da saúde e da vida.
- 20.55: «A Família Bousquet».
- 22.00: Telejornal.
- 22.30: Uma vida... uma profissão. «O Homem Computador».
- 22.45: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B, Rua Macau, 8

FORÇA AÉREA

CORPO DE TROPAS PARA-QUEDISTAS

BASE ESCOLA

DE TROPAS PARA-QUEDISTAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO

VENDA DE ARTIGOS

DE FARDAMENTO INCAPAZ

Aceitam-se propostas escritas até às 17 horas do dia 15 de Julho de 1976, para venda de lotes de Fardamento Incapaz armazenados no Depósito de Base Escola de Tropas Para-Quedistas em Tanços.

Os lotes podem ser vistos todos os dias úteis no local de armazenagem, das 9 às 12 horas.

O caderno de encargos que estabelece as condições de venda dos lotes anunciados, encontra-se patente na Tesouraria do Conselho Administrativo da Base Escola de Tropas Para-Quedistas em Tanços, das 14.30 às 17 horas de todos os dias úteis à excepção de sexta e sábado.

O PRESIDENTE

António Martins Caceia

Maj/Sg/Paraq.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS EDITAL

Faz-se público que às 11 horas da primeira segunda-feira, que se seguir ao termo do prazo de vinte dias, a contar do primeiro dia após a publicação do presente edital no «Diário da República», no edifício dos Paços do Concelho, proceder-se-á à abertura das propostas apresentadas para o concurso referente à empreitada de: «Obras de adaptação para centro comunitário em Oeiras».

Base de licitação 648.059\$60

Depósito provisório 16.201\$50

Alvará: — de Obras Públicas, 1.ª categoria ou subcategoria da 1.ª categoria, ou de industriais da construção civil, categoria única de construção civil.

O depósito provisório deverá ser efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais ou delegações, podendo ser substituído por garantia bancária ou ainda por seguro de caução.

O projecto, programa de concurso e o caderno de encargos, estão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Divisão de Obras Municipais dos Serviços de Urbanização e Obras deste corpo administrativo.

Paços do Concelho de Oeiras, 5 de Julho de 1976.

O Presidente da Comissão Democrática Administrativa

Orlando Bernardino Gonçalves

Desporto

Legislação esclavagista é tropeção para Alves

Jovem, cheio de habilidade para jogar futebol, João Alves começa a marcar a carreira com incidentes de vária ordem. Um verdadeiro «poço de talento», a suplantar a fama do avô (Carlos Alves), o médio que principiou a carreira nas categorias juvenis do Benfica, viu o seu sonho de prosseguir na Luz contrariado por «experts» que resolveram dispensá-lo, por não servir para o «team» encarnado.

Vai daí, o moço Alves tomou o caminho do Montijo: ao lado de Rachão, de Francisco Mário, do saudoso Rangel, ganhou uma fama e uma popularidade que logo atraíram sobre si os olhares de José Maria Pedrote: num pulo, Alves transitou para o Boavista e ganhou lugar certo na selecção nacional.

Agora, num golpe de sorte, parecia bater-lhe à porta a fortuna, num esplêndido contrato com o Salamanca que, para além de proporcionar perto de oito mil contos aos cofres do Boavista, ia também contemplar Alves com apartamento, automóvel, ordenado mensal para cima dos 150 contos e, para as «luvas» de que o axadrezado tanto gosta, a ninharia de 4500 contos por um contrato de três temporadas.

Tudo certo, toda a gente feliz, Alves a ser inspecionado, a tirar a clássica foto de aderência ao novo emblema, contrato com a assinatura já no bolso. Eis senão que, vasculhando bem a regulamentação vigente, a Federação de Futebol anunciou a transferência de Alves, do Boavista para o Salamanca, não pode efectuar-se. Motivo invocado: a P. R. T. (Portaria de Regulamentação do Trabalho) para os jogadores profissionais.



Alves: aqui, era tudo azul. O boavista já vestia a nova «camiseta» e o dinheiro parecia certo na carteira

de futebol, publicada no Boletim n.º 26, de 15 de Julho de 1975, do Ministério do Trabalho, estabelece, no n.º 1 da sua Base XV, o seguinte:

«Quando um jogador de nacionalidade portuguesa pretenda celebrar contrato com um clube estrangeiro, mesmo após a cessação do contrato que o ligava a um clube português, só poderá fazê-lo desde que:

a) Tenha celebrado e cumprido com esse clube português um contrato com a duração mínima de três anos.»

Ora, como os aficionados da bola estão sabedores, Alves só há dois anos se encontra ao serviço do Boavista. Daí que, sem alteração do documento legal em vigor, Alves não possa corresponder a um negócio que era magnífico para todos os interessados. Mas, ficará o assunto neste pé ou teremos, com urgência, uma emenda na portaria, que facilite a vida a João Alves e ao Boavista?

FUTEBOL NO PINO DO CALOR

Competências no ponto zero

Tudo voltou ao princípio: após os dois jogos efectuados para o «Torneio de Competência» (1.ª/2.ª divisões) a tabela pontual mostra os quatro clubes concorrentes em perfeita igualdade de situação. Desfechos das partidas: Salgueiros, 2-Beira Mar, 1 e União de Tomar, 1-Montijo, 0.

Linhas e marcadores: SALGUEIROS: Luz; Celso, Couto (Agostinho), Valdir e F. Ferreira (Nelito), Reis, Wilson e Vitor; Costa Almeida António Luis e Xavier.

BEIRA MAR: Domingos Marques, Inguila, Soares e Guedes, Cremildo (Vitor), Zézinho (Quim) Rodrigo; Laurindo, Sousa e Manecas.

AO intervalo: 1-0. Golos: Vitor (6 m), Manecas (13 m) e Valdir (89 m).

Jogo em Ermesinde arbitrado por António Espanhol (Leiria).

U. TOMAR: Silva Moraes; Kiki; Florival, Faustino e Zeca; Barrinha (Pavão), e Sarmiento; Pinto (Raul) Caetano, Camolas e Fernando.

MONTIJO: Luis Filipe; Patrício, Moreira, Lázaro e Celestino, Loureiro e Evaristo; Julio, Roseta (Rolo) Pereira e Rachão.

Arbitragem de Augusto Bailão (Lisboa). Tempo de Camolas (76 minutos).

As quatro turnas averbaram, até hoje, 3 pontos. Por «goal-average», a ordem fica como segue: Beira-Mar (5-4), Montijo (2-2), Salgueiros (4-4) e Tomar (4-6).

ATLÉTICO

O jovem médio Mário Wilson continua no Atlético: rubrica em documento foi feita, nesse sentido.

BARREIRENSE

José Fernando (ex-júnior do Sporting), e Murça II (futebolista do Costa da Caparica, irmão do «internacional» portista) transferiram-se para o Barreirense.

BELENENSES

José Rocha fica no Belenense por nova temporada: documento vinculativo assinado ontem.

BENFICA

Perante a situação de impasse criada no sector técnico do Benfica, pela impossibilidade de contratação de um nome credenciado internacionalmente para a direcção da equipa, talvez surja, para o prof. Rui Silva, a grande oportunidade da carreira, ficando o conhecido tático e preparador físico a comandar a turma da Luz, caso os jogadores concordem com a solução. Nesse sentido há três elementos-chave que terão de auscultar a vontade dos colegas: Toni, Barros e Vitor Martins.

CASTIGOS

Mais uma lista de castigos emitidos pelo Conselho de Disciplina da Federação, desta feita a bater especialmente à porta do Salgueiros (cinco jogos de suspensão a Valdemar, três a Ernesto e suspensão preventiva a Varela, colocando-se um mês na bancada o dirigente Eduardo Cid). Outras penalidades notórias: um jogo de paragem obrigatória a Honório (Vasco da Gama), multa de três contos e processo disciplinar ao Tirsense, suspensão por um mês do seu dirigente Joaquim Martins, cinco jogos fora do campo a Arnaldo Mota (Vilanovaense) e um a Arlindo Pereira (Académico de Viseu).

ESTORIL

Rodrigues Dias, defesa da turma de juniores do Sporting, dispensado agora de Alvalade, está a um passo de mudar-se para o Estoril Praia.

JUNIORES

Na sede da União Europeia de Futebol efectuou-se o sorteio da fase preliminar do «Torneio Internacional de Juniores», cuja organização foi confiada à Bélgica. Portugal ficou integrado no Grupo 7, discutindo com a Austria o acesso à fase final, que decorrerá de 19 a 28 de Maio de 1977.

A Bélgica (na qualidade de país organizador) e Malta, estão automaticamente apuradas para a fase final, em que participam 16 equipas. Caberá precisamente ao vencedor do Grupo 7 enfrentar Malta nos oitavos-de-final.

Os encontros correspondentes à fase eliminatória deverão estar concluídos antes de 11 de Abril de 1977.

Os encontros correspondentes à fase eliminatória deverão estar concluídos antes de 11 de Abril de 1977.

LEIXÕES

Tal como era voz corrente, há alguns meses, Joaquim Meirim era desejado pelo Leixões e teria (mesmo) concordado em passar à orientação técnica da turma de Matosinhos mal terminasse a temporada. Assim acontece: Meirim já «mora» no Estádio do Mar, embora conclua o «Torneio de Competência» à cabeça do Salgueiros.

LIBERTADORES

A equipa do Independente venceu esta noite a do Peñarol, por uma bola a zero, em jogo a contar para a «Taça Libertadores da América».

Com esta vitória, o Independente terá de jogar com o River Plate, a fim de se apurar a segunda equipa que disputará a final, com o Cruzeiro (de Belo Horizonte) que já está classificado.

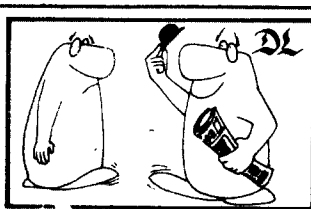
MUNDIAL

A Argentina criou um departamento governamental independente para se ocupar do campeonato do Mundo de futebol de 1978, e decretou a competição de interesse nacional.

A lei que constitui o departamento foi tornada publica ontem, devendo o presidente Jorge Videla nomear brevemente os dois componentes.

SANJOANENSE

Já sob as ordens do técnico Hilário, a Sanjoanense contratou Henrique (Beira Mar) mantendo conversações para obter o acesso à fase final.



Transportado pelos Caminhos de Ferro Portugueses

tenção dos serviços do Ramalho (Cucujaes), Familiar (Arrifanense), e Moreira (que esteve no Alba).

SECUNDÁRIOS

Também ontem se adiantou um nadinha no triste e enrolado campeonato nacional da 3.ª divisão, agora a jogar-se debaixo de sol a pino...

«Placards», na Zona Norte: Vila Real-Paredes, 3-2; Vilanovaense-Académico de Viseu, 1-0. Zona Sul: Alcochetense-Lusitano de Évora, 2-1; U. Leiria-Odivelas, 1-0.

As classificações ficaram assim ordenadas na Zona Norte: 1.º Vila Real, 6 pontos; 2.º Académico de Viseu Paredes, 5 pontos; 3.º Vilanovaense, 2 p.; todos com três jogos. Zona Sul: 1.º Odivelas, U. Leiria e Alcochetense, 3 pontos; Lusitano, 0 p.; U. Leiria e Alcochetense têm menos um jogo.

VILA REAL

O brasileiro Cipó prolongou a sua ligação de trabalho com o Vila Real, por mais uma época.

YAZALDE

O dianteiro argentino Yazalde veio até Lisboa passar férias. Primeira visita: ao ex-companheiro Marinho, que foi sujeito a uma intervenção cirúrgica no joelho esquerdo.

Lopes medalhado

Num dos últimos actos oficiais do actual elenco governativo, é amanhã entregue a Carlos Lopes, pelo ministro da Educação e Cultura (major Vitor Alves) a medalha de «Mérito Desportivo», prémio às brilhantes vitórias internacionais do atleta na temporada que decorre.

Ao acto, marcado para as 16 horas, no MEIC, devem assistir os colegas olímpicos do corredor sportinguista, o seu técnico (Mário Moniz Pereira), as entidades que superintendem ao Desporto e, especificamente, as que orientam o sector do atletismo.

LÁ FORA

AUTOMOBILISMO

O Grande Prémio Automóvel da Alemanha, previsto para o dia 1 de Agosto, em Nuerburg, corre o risco de ficar comprometido devido a seca persistente e ao perigo de incêndio das florestas que o seu trajecto envolve. Este aviso foi expresso ontem, em Coblença, por Hermann Mueller, chefe

dos serviços da Polícia para a região de Eifel, onde se desenrola o célebre circuito de 22,8 km, por entre um espesso bosque de pinheiros. Mueller acrescentou que, no próximo dia 15, seria divulgada uma decisão oficial sobre a realização ou anulação da prova, em função da situação meteorológica e do estado do terreno que rodeia o circuito.

DESISTÊNCIA

O treinador da selecção olímpica norte-americana de atletismo, Sam

Bell, anunciou que o fundista Frank Shorter (medalha de ouro nos 10 000 metros das Olimpíadas de Munique, em 1972) não participará nesta corrida nos próximos jogos de Montreal. Acrescentou que Shorter se sentiu «fatigado» depois das provas de apuramento olímpico realizadas em Eugene (Oregon) e decidiu, com o assentimento dos dirigentes da equipa, não correr os 10 000 nestas Olimpíadas. Será substituído por Ed Mendoza.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 45, DE 11 DE JULHO DE 1976

Auto-Rádio, x11 112 xx1 x111; Cardeal Saraiva, x11 121 x11 1211; A Comarca de Arganil, 1x1 111 x12 1111; Cavaleiros do Ritmo, 12x x1x x21 2111; Estação Rádio da Madeira, x11 x12 1x1 xx11; Barlavento, 11x x1x xx1 2x12; O Comércio de Leixões, x11 11x 211 2x11; O Concelho de Estarreja, x11 x12 121 1111; Correio dos Açores, x11 11x 121 2111; Correio de Coimbra, x1x 111 111 x111; Correio de Vouga, 211 112 111 x121; A Defesa, 11x 212 1xx 2x1x; Diário de Coimbra, 111 111 1xx 1111; Diário de Lisboa, xx1 1xx x2x x121; Ecos de Cacia, x11 112 111 x111; Estrela da Manhã, 211 1xx 111 x1x1; Estúdio 64, x11 112 12x x111; Eu Sei Tudo, x1x 112 11x 12x1; Folha do Domingo, 111 x1x 111 x11 1x1 2x11; Jornal de

Sintra, x11 112 111 x111; Jornal do Sul, 111 111 211 1111; O Mensageiro, x11 1xx 11x 1121; Linhas de Elvas, 112 111 x11 x111; Litoral, 211 111 x11 1111; Manchete Desportiva, 221 111 12x 1111; Maria da Fonte, 211 112 xx1 1211; Mundo Desportivo, 111 1x1 1x1 x111; Notícias de Évora, 1x1 11x x21 1111; Notícias de Felgueiras, x1x 111 xx1 x11x; Notícias de Gouveia, 11x 21x 121 1111; Penalti, 111 112 112 1x12; Placard Desportivo, 2x1 1xx x11 2xx1; Póvoa de Lanhoso, 211 112 1x1 211x; Presença Coimbra, x11 x12 1x1 2111; Programa Sem Nome, x11 111 121 1111; Quadrante Desportivo, 111 11x 121 1111; Quadrante Norte, 2x1 212 x11 1111; Panorama, xx1 11x 111 x111; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Reconquista, 111 111 111 x1x1;

Renovação, 211 212 121 2111; Resenha Desportiva, 211 xx1 22x 2x1x; Encontro Musical, 1x2 x11 1x1 x111; A Voz das Beirás 11x 1x2 x11 2x11; A Voz do Domingo, x11 x12 111 1x11; Voz de Lamego, 1x1 112 111 21x1; Alvo Desportivo, x11 212 112 x1x2; Boletim Desportivo, xx1 122 111 1xxx; Jornal da Graça, 211 111 111 1111; Miscelânea Musical, x2x 1x2 x1x 2x1x; Montra do Éxito, xx2 22x 11x x221; Música e Desporto, 2x1 xx1 1x2 2111; Jornal O Porto, 121 x11 xx2 2111; O Primeiro de Janeiro, 211 112 2x1 2111; Programa da Manhã, x11 x12 1xx 11xx; Rádio Alvo, 111 x1x 11x 2x1x; Rádio Sports, 111 111 11x xx21; Só Rádio, 2x1 x11 1xx 2211; A Voz dos Ridículos, 2x1 112 221 x1x2; A Voz do Casa Pia, x11 11x x11 1111.

	RESUMO			BOLAS			(a)
	1	X	2	1	X	2	
1. MONTIJO - BEIRA-MAR	21	25	15	4	5	3	
2. U. TOMAR-SALGUEIROS	44	13	4	9	2	1	
3. PAREDES-AC. VISEU	49	9	3	9	2	1	
4. VILA REAL-VILANOENSE	41	14	6	5	3	1	
5. LUSITANO-ODIVELAS	42	13	6	9	2	1	
6. ALCOCHETENSE-U. LEIRIA	35	14	12	7	3	2	
7. I. BRATISLAVA-GUIMARAES	27	18	16	5	4	3	
8. NAESTVED-BELENENSES	35	16	10	7	3	2	
9. B. OSTRAVA-EINTRACHT B.	39	15	7	8	3	1	
10. A. SALZBURGO-SP. TRNAVA	19	23	19	4	4	4	
11. OSTENDE-HOLBAEK	41	14	6	8	3	1	
12. POGON-OSTER	46	10	5	9	2	1	
13. STURM GRAZ-ROW RYBNIK	49	8	4	9	2	1	

a) Nos termos do Art.º 109.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A «chave» lógica será:
X11 111 111 X111

ANDEBOL

Almada sacode Benfica da Taça de Portugal

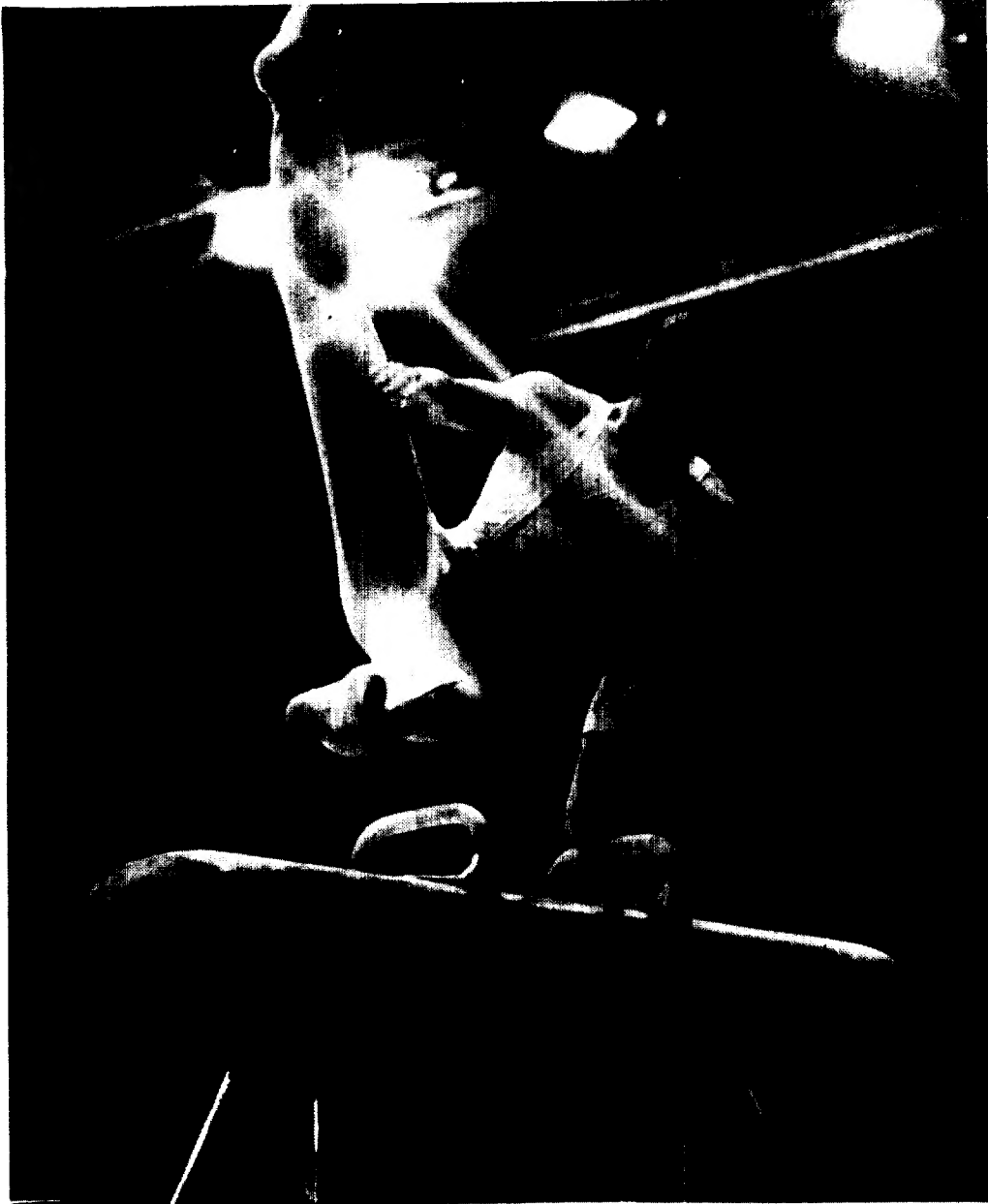
Prossegue a disputa da «Taça de Portugal», em andebol. Nota sensacional da eliminação, efectuada ontem: o Benfica saiu da carroça, batido no confronto com o Almada (19-15). Outros desfechos: Académica de S. Mamede, 9-Atlético, 8 e F.C. Porto, 23-Águas Santas, 15. Os «sete» com indicação dos goleadores: Académica S. Mamede: Fonseca; Gouveia (5), José Pinto (2), Fernandes, Guedes, Baptista, Lino, Rogério, Parada (1), Barbedo e Guimarães (1). Atlético: Oliveira (Mesquita); Ângelo, Talhadas (6), Vitor, João Luís, José Eduardo, José Carlos, Robalo (2), Lourenço e Mário. Arbitros: Fernando Garcia e Nazaré Monteiro. F.C. Porto: Capela; Leandro (3), Pinheiro (1), Loreto (3), Ta-

vares da Rocha (7), Paulo (1), Monteiro (7), Salvador (1) e Eugénio. Águas Santas: Moutinho; Osvaldo, Bruno (2), Manuel (1), Serafim, Alvarim (7), Jorge (1), Quim (4) e Coutinho. Arbitros: Dúlio Oliveira e Brilhantino Mourão. Benfica: Anaia; (Diamantino); José Manuel (4), Branca, Vasco (5), Filipe, Mário, Mão Rui (2), Franco, Fortes, Borges (1), João (3) e Veríssimo. Almada: João; Lúcio, Guerreiro (4), Azevedo (2), Filipe (2), Ralo (2), Fonte Santa, Armindo (5), Peres (4), Castanheira e Freitas. Arbitros: Fernando Rodrigues e Manuel Mendes. Próxima ronda: Almada-F.C. Porto e Desportivo de Portugal-Académico de S. Mamede. Embates a ocorrerem no sábado.

Sporting acelera para novo título

Imperturbável, o Sporting marcha a caminho do campeonato nacional em hóquei patinado: ontem, na difícil deslocação a Oeiras, trouxe mais um êxito (3-2). Por seu turno, Benfica e Salesiana empata-ram (3-3) e, o Oliveirense foi batido pelo Infante de Sagres (2-10) ficando adiado para o próximo sábado o confronto Valongo-F.C. Porto, em face da interdição do recinto normalmente utilizado pelos valongueses. Os «cinco» e os autores dos golos nesta ronda n.º 11 do nacional: Benfica: Albino; Daniel, F. Soares (2), Dantas (1) e Quim. Salesiana: Saraiva; F. Pereira (1), M. Pereira (1), Piruçes (1) e Jorge. Arbitro: Carlos Bica. A. D. Oeiras: J. Pereira; Cristóvão, Rosado I, Carvalho, Ro-

sado II (1), Ricardo (1) e José António. Sporting: Ramalheite; Rendeiro (2), Sobrinho (1), Chana e Salema. Arbitro: Silva Nunes. Oliveirense: Mário; Artur, Azevedo (2), Zeca, Amílcar, Pádua e Fernando. I. Sagres: Reis; Mendonça, A. Rendeiro (2), F. Martins, A. Gomes da Costa (2), Carlos Pereira (6), C. Sousa e Hernani. Arbitro: Afonso Cardoso (Porto). Posição actual: Sporting, 32 pontos; Salesiana, 25; F. C. Porto 25; A. D. Oeiras, 21; Valongo, 20; I. Sagres, 20; Benfica, 19; Oliveirense, 11. Próxima jornada (dia 14): Benfica-Oeiras; Salesiana-Sporting; Inf. Sagres-Valongo e F. C. Porto-Oliveirense.



Ditiatin tem 18 anos

Alexandre Ditiatin, campeão absoluto da sexta Espartakiada dos Povos da URSS (1975) e medalha de bronze no campeonato europeu do mesmo ano: aos 18 anos, este ginasta soviético (treinado por Anatoli Yarmovskii) é considerado como muito provável no «podium» da próxima Olimpíada. Ditiatin, que principiou as práticas oficiais de ginástica aos 10 anos, é muito técnico e elegante, dono de um estilo próprio. Vive em Leninegrado, frequenta o Instituto de Educação Física da cidade e não se sente ainda realizado. Para já (porém) é mesmo vedeta a nível europeu.

Atletismo nas ruas de Oeiras

Cerca de 500 entusiastas pelo atletismo, por entre centenas de habitantes de Oeiras e das zonas próximas, participaram no «Grande Prémio», organizado pela Associação Desportiva de Oeiras, que teve intervenção de representantes do Colarenses, 18 de Maio, Apelação, Estrelas de Queluz, Junção do Bem, Rio de Mouro, Manique, Carenque, Kuricute-las, Vale do Sol (Estoril), S. Vicente, Vila Chã, Águias, Veteranos de Lisboa, Grupo «Os Passarinhos», Cuf, Sacor, Pen-duik, Mercês, Grupo Desportivo do Arneiro, da colectividade promotora da festa e diversos atletas «individuais».

Aqui se registam os nomes mais destacados, enaltecendo simultaneamente a iniciativa da A. D. O. e, do mesmo modo, o alto sentido desportivo e de convívio que presidiu à reunião.

FEMININOS

100 metros — Escalão A, 3/5 anos: 1.ª Dora Silva (Cuf), 22,2 segundos; 2.ª Cristina Abrantes (ADO), 25,4; 3.ª Ilda Campos (ADO), 23,8; 4.ª Maria G. Reis (ADO), 26,2; 5.ª Anabela Portal (ADO), 26,6; 6.ª Carla Maria Reis (ADO), 29,6; 7.ª Cecília Teresa (ADO), 29,9; 8.ª Cândida Maria (Cuf), 29,9; 9.ª Sandra Maria Costa (Sacor), 30,2; 10.ª Cristina Pinheiro (Cuf), 30,2.

Escalão B, 6/7 anos, 600 metros: 1.ª Carla Pinheiro (Cuf), Manuela Bragança (Sacor), 2m 22,8s; 2.ª Fernanda Silva (Cuf), 2,35,8; 3.ª Sofia Metelo (ADO), 2,41,6; 4.ª Paula Vina-

gre (Cuf), 2,43,2; 5.ª Maria Odete Passos (18 Maio), 2,44,7; 6.ª Helena R. Ferreira (ADO), 3,31,6.

Escalão C, 8/9 anos, 1000 metros: 1.ª Fernanda Figueiredo (Cuf), 3m 15,1s; 2.ª Helena Graça (Colarenses), 3,22,8; 3.ª Ana Serrano (Cuf), 3,24,6; 4.ª Paula Pinheiro (Cuf), 3,25,6; 5.ª Maria Gabriela Baião (Sacor), 3,29,3; 6.ª Maria Adelaide Costa (Sacor), 3,30,4; 7.ª Fernanda Serrano (Cuf), 3,35,2; 8.ª Isabel Cristina (Mercês), 3,44,0; 9.ª Zilda Maria Fialho (Mercês), 3,44,5; 10.ª Maria Conceição (Cuf), 3,46,8.

Escalão D, 1500 metros, 10/11 anos: 1.ª Fátima Silva (Arneiro), 5m 57,8s; 2.ª Madalena Cavaco (Cuf), 6,08,5; 3.ª Paula F. Martins (ADO), 6,13,4; 4.ª Teresa Paula (J. Bem), 6,18,2; 5.ª Maria C. L. Vaz (Mercês), 6,23,2; 6.ª Carla Marisa (Queluz), 6,27,7; 7.ª Ana F. Ferreira (ADO), 6,28,5; 8.ª Paula Monteiro (Colarenses), 6,30,7; 9.ª Fernanda Augusto (S. Vicente), 6,33,6; 10.ª Paula C. Ribeiro (Mercês), 6,34,8.

Escalão E, 1700 metros, 12/13 anos: 1.ª Paula Garcês (Cuf), 5m 57,6s; 2.ª Ana Santos (ADO), 6,07,6; 3.ª Anabela Bragança (Sacor), 6,09,6; 4.ª Ana Maria Pereira (Colarenses), 6,16,4; 5.ª Ana Isabel Baião (Sacor), 6,22,8; 6.ª Maria Glória Costa (Carenque), 6,29,2; 7.ª Olga Maria Alex (Carenque), 6,44,4; 8.ª Cristina Moreira (Colarenses), 6,47,8; 9.ª 6,50,0; 10.ª Cristina Reis (Cuf), 6,51,2.

Escalão F, 2500 metros, 14/15 anos: 1.ª Maria Glória Ganda (Sacor), 9m 33,0s; 2.ª Cidália Fernandes (Rio Mouro), 10,51,6; 3.ª Ana Costa (J. Bem), 11,24,8; 4.ª Fernanda Pereira (J. Bem), 11,25,0.

Escalão G, 3000 metros, 16/17 anos: 1.ª Lúcia Fernanda (Cuf), 10m 56,2s; 2.ª Margarida Silva (Cuf), 11,39,8; 3.ª Anabela Gouveia (indiv.), 11,41,4.

MASCULINOS

Escalão A, 150 metros, 3/5 anos: 1.º Luis Augusto (Cuf), 29s; 2.º José Manuel (Cuf), 29,5; 3.º Jorge Manuel (Queluz), 30,6; 4.º Pedro Camelo (ADO), 31,7; 5.º Horácio Manuel (Cuf), 31,8; 6.º Jorge N. Brito (Kuricute-las), 32,8; 7.º João Magro (ADO), 33,8; 8.º José Carlos Santos (Queluz), 34,0; 9.º Pedro Pestana (ADO), 37,5; 10.º José M. Barrinha (ADO), 37,9.

Escalão B, 800 metros, 6/7 anos: 1.º Rui M. Lucas (ADO), 2m 09,5s; 2.º Mário M. Antunes (Rio Mouro), 2,10,0; 3.º Nuno Pereira (Cuf), 2,10,6; 4.º Humberto F. Pereira (Apelação), 2,16,2; 5.º Luis Leal (Colarenses), 2,16,4; 6.º João M. Esteves (Apelação), 2,16,9; 7.º Daniel Mondim (Apelação), 2,18,0; 8.º Jorge M. Mota (Rio Mouro), 2,19,1; 9.º António Pardal (Rio Mouro), 2,19,5; 10.º Paulo Jesus (S. Vicente), 2,20,8.

Escalão C, 1200 metros, 8/9 anos: 1.º José A. Ferreira (Mercês), 3m 52,1s; 2.º Rui Augusto (Cuf), 4,00,3; 3.º José M. Pereira (Cuf), 4,14,0; 4.º Carlos Dias (Colarenses), 4,16,2; 5.º Carlos Santos (Colarenses), 4,14,4; 6.º João Santana (Sacor), 4,17,7; 7.º Carlos Conde (Apelação), 4,18,6; 8.º José Pereira (ADO), 4,20,8; 9.º Helder Ferreira (Apelação), 4,22,6; 10.º Paulo David (Apelação), 4,24,6.

Escalão D, 1700 metros, 10/11 anos: 1.º Luis Guilherme (Valesol), 5m 28,8s; 2.º Paulo Praça (Cuf), 5,34,4; 3.º José Ricardo (ADO), 5,43,6; 4.º Alvaro Rocha (Carenque), 5,46,8; 5.º João Paulo (Manique), 5,52,8; 6.º João Oliveira (Mercês), 5,53,6; 7.º Fernando Oliveira (Sacor), 5,54,0; 8.º Domingos Lexal (Colarenses), 5,54,6; 9.º Rui Moreira (Colarenses), 5,54,6; 10.º Liberto Oliveira (Cuf), 5,57,4.

Escalão E, 2000 m, 12/13 anos: 1.º Carlos Pena (Cuf), 6,23,6; 2.º Rui Rodrigues (Carenque), 6,28,4; 3.º Luis Clara (Colarenses), 6,35,6; 4.º Jorge Silva (Queluz), 6,38,6; 5.º Armindo Tomás (Sacor), 6,43,4; 6.º Paulo Baião (Sacor), 6,45,2; 7.º António Cunha (Apelação), 6,46,0; 8.º Domingos Silva (Sacor), 6,50,6; 9.º Luis Jacinto (18 Maio), 6,51,6; 10.º Fernando Moreira (Colarenses), 6,56,6.

Escalão F, 3000 metros, 14/15 anos: 1.º Vitor Monteiro (Colarenses), 8m 37,0s; 2.º António Pires (ADO), 8,50,2; 3.º Vitor Gouveia (indiv.), 8,53,2; 4.º José Matias (Colarenses), 9,04,4; 5.º António Jorge (Colarenses), 9,09,6; 6.º Manuel Gamero (Mercês), 9,15,2; 7.º Vitor Afonso (Rio Mouro), 9,20,6; 8.º Luis Carreira (Queluz), 9,23,6; 9.º João José (Manique), 9,27,2; 10.º António Garcês (Cuf), 9,48,0.

Escalão G, 5000 metros, 16/17 anos: 1.º Manuel Silva (Sacor), 2.º Vitor Carreira (Queluz), 3.º Manuel Palma (Rio Mouro), 4.º Manuel Martins (Rio Mouro), 5.º Paulo Oliveira (Mercês), 6.º Vitor Brito (ADO), 7.º Manuel Marques (ADO), 8.º Ernesto Silva (Carenque), 9.º José Lopes (ADO), 10.º Carlos Dias (ADO).

Escalão H, 5000 metros, 18/34 anos: 1.º Carlos Capitão (Carenque), 14m 16,8s; 2.º Joaquim José (Carenque), 14,54,6; 3.º Adriano Coutim (Águias), 14,55,0; 4.º Fernando Reis (Passarinhas), 15,01,6; 5.º Carlos Miranda (Rio Mouro), 15,14,4; 6.º Joaquim Pereira (Rio Mouro), 15,14,6; 7.º Alberto Pinto (indiv.), 15,20,6; 8.º Vitor Moreira (indiv.), 15,27,6; 9.º Amálio Ramos (Vila Chã), 15,31,4; 10.º Jorge Dias (Rio Mouro), 15,34,2.

Escalão I, 5000 metros, veteranos, 35/80 anos: 1.º Avelino Ferreira (ADO), 15m 59,2s; 2.º Alcino Moreira (Vet. Lisboa), 16,15,8; 3.º José M. Nunes (Vet. Lisboa), 16,38,6; 4.º Horácio Silva (Vet. Lisboa), 16,58,2; 5.º Helder Cunha (Carenque), 17,15,0; 6.º João Ferreira (Rio Mouro), 17,58,8; 7.º David P. Cunha (S. Vicente), 18,35,6; 8.º Manuel Sousa (ADO), 18,36,8; 9.º João Rebelo (ADO), 18,40,0; 10.º Fernando Matias (Carenque), 18,50,2.

Tabela geral: 1.º Cuf, 179 pontos; 2.º ADO, 140; 3.º Colares, 82; 4.º Sacor, 72; 5.º Rio Mouro, 59; 6.º Carenque, 54; 7.º Mercês, 38; 8.º Queluz, 35; 9.º Apelação, 27, e 10.º Veteranos, 24.

Desporto

PORTUGAL

ANDEBOL

Bela digressão, pelo nosso país, da turma de andebol do Galati. Resultados do bloco romeno: F. C. do Porto, 25-Galati, 24; Vitória de Setúbal, 18-Galati, 23. Amanhã, os nossos visitantes despedem-se, actuando na Amadora, perante a Académica, em jogo previsto para as 21 e 30.

BASQUETEBOL

A «finalíssima» do campeonato nacional de basquetebol, entre o Sporting e o Sanga-lhos, foi marcada para sábado, pelas 21 horas, no pavilhão da Marinha Grande.

COVA DA PIEDADE

Assembleia geral dos associados do Clube Desportivo da Cova da Piedade, na noite de amanhã, para eleição da nova gerência da colectividade.

ESPINHO

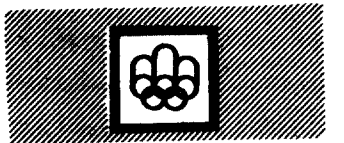
José Soares de Pinho é o indigitado presidente do Sporting de Espinho.

HALTEROFILIA

Curso de monitores de halterofilia de 14 a 17 do corrente, que decorrerá no Centro de Estágio da Cruz Quebrada, em regime de internato. A admissão ao curso só é considerada para os candidatos com prática competitiva da modalidade (mínimo de 3 anos) ou um ano de treinador em actividade.

VOLTA

Já definido: Idalino de Freitas e os seus companheiros de trabalho na «Volta a Portugal», já conseguiram dois finais de etapa. Perfeitamente assegurado: Guimarães e Espinho responderam ao convite e as verbas ficaram certas.



Formosa insiste

A equipa olímpica da Formosa parte hoje para o Canadá, apesar do aviso do Governo canadiano de que não permitirá a entrada dos atletas da Formosa no país, até que se chegue a um acordo para a sua participação nos Jogos Olímpicos.

Shen Chia-Ming, presidente do Comité Olímpico da Formosa, afirmou que o Canadá não tem o direito de nos pedir que alteremos o nosso nome, que é reconhecido pelo Comité Olímpico Internacional. Esta exigência (acrescentou Shen) não é razoável, e é contrária ao espírito olímpico. Esperamos, sinceramente que o Governo canadiano não crie um precedente perigoso capaz de destruir o espírito olímpico.

O funcionário fez estas declarações no fim de uma demonstração de exposição sobre a disputa entre o Canadá e o COI por causa da Formosa, a qual ameaça o funcionamento normal dos Jogos que se iniciam no dia 17, tendo explicado que a atitude do Governo canadiano estava na base do facto de reconhecer a República Popular da China e não a Formosa.

A conduir, o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse esperar que as conversações em curso, entre o ministério e o COI levam à aplicação pelo COI das condições impostas pelo Canadá à Formosa.

Geral

NOVO SEMANÁRIO

Saiu o "25 de Abril do Povo"

Um novo semanário está desde anteontem nas bancas: sob a direcção de Manuel Vaz foi publicado o primeiro número do «25 de Abril do Povo», cujo aparecimento já vinha sendo esperado há algumas semanas.

O que será este novo jornal está expresso num manifesto publicado na segunda página. Entre outros objectivos o «25 de Abril do Povo» propõe-se ser «um jornal que seja uma tribuna de luta antifascista do Povo português, que denuncie com intransigência as conspirações, as complicitades e manobras que se processam nas altas esferas (...). Um jornal ao serviço exclusivo dos operários, dos camponeses e do Povo trabalhador na luta contra a exploração capitalista, na luta pelo socialismo (...). Um jornal que defenda com coragem e vigor a independência da Pátria (...). Um jornal que seja pela Reforma Agrária radical (...), que seja a voz revolta-

da dos agricultores pobres do Minho à Madeira e aos Açores (...). Um jornal que alimente, dia a dia, a chama da luta pela vitória do Povo.»

Novo director-geral

dos Aproveitamentos Hidráulicos

O secretário de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, coronel de engenharia Moraes Barroco, em representação do ministro das Obras Públicas, conferiu posse ao eng. Joaquim Fernando Faria Ferreira como novo direc-

tor-geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos. No referido acto, o secretário de Estado dos Recursos Hídricos e de Saneamento Básico salientou ser esta Direcção-Geral cada vez mais importante, em função da escassez e necessidade de água.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores dos Sectores:

Agências de Viagens
Aviação Estrangeira

Para um Plenário de trabalhadores a efectuar-se hoje dia 8, quinta-feira, pelas 19.00 horas, no Refeitório da Casa dos Pescadores, no Cais do Sodré, junto ao Relógio, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Portaria 374/76

- Informações
- Balanço da luta
- Medidas a tomar

Lisboa, 7 de Julho de 1976

A DIRECÇÃO

José Manuel de Sousa Antunes

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS

A todos os sócios em actividade de todos Sectores integrados neste Sindicato (Teatro, Bailado, Circo, Variedades, Técnicos, Plásticos e Administrativos), pede-se que contactem com o Sindicato.

A Direcção necessita saber se os vossos contratos estão em ordem.

Não esqueçam que os contratos somente serão válidos após as formalidades seguintes:

- Visados pelo Sindicato;
- Estarem homologados pelo Ministério do Trabalho.

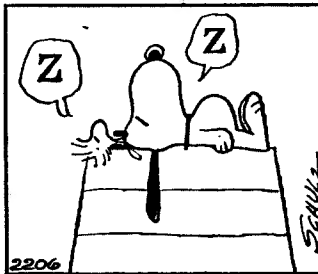
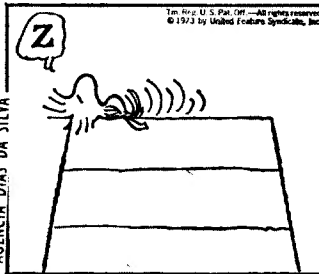
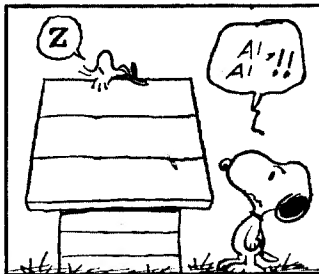
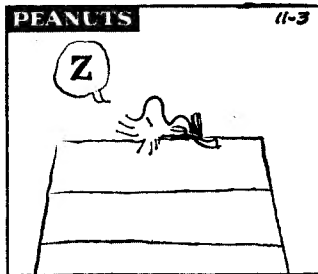
Neste caso os contratos recebem em casa uma cópia enviada pelo Ministério do Trabalho.

CASO NÃO RECEBAM ESSA CÓPIA SERÁ DEVOLTO A QUE A EMPRESA EM CAUSA NÃO PROCEDEU AS FORMALIDADES NECESSÁRIAS.

O Sindicato é de todos e a Direcção não pode defender os seus sócios se eles não colaborarem.

Moralizemos o nosso Trabalho!
Dignifiquemos a nossa profissão!

A DIRECÇÃO



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado; o vento era fraco e havia neblina em alguns locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima29°

EVORA
PENHAS DA SAÚDE

Mínima6,4°

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado; vento fraco a moderado predominando de Noroeste; condições favoráveis à ocorrência de neblina ou nevoeiro matinais na Faixa Costeira a Norte do Cabo Carvoeiro

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

COIMBRA 20°
PORTALEGRE 20°
LISBOA 21°
FARO 26°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

0.58 3,7 m 6.50 1,1 m

13.29 3,9 m 19.22 1,0 m

Dia 9

1.59 3,8 m 7.45 1,0 m

14.25 4,0 m 20.16 0,9 m

Dia 10

2.55 3,9 m 8.34 0,9 m

15.17 4,2 m 21.05 0,8 m



AMANHÃ

NAScer AS 6.20
OCASO AS 21.04



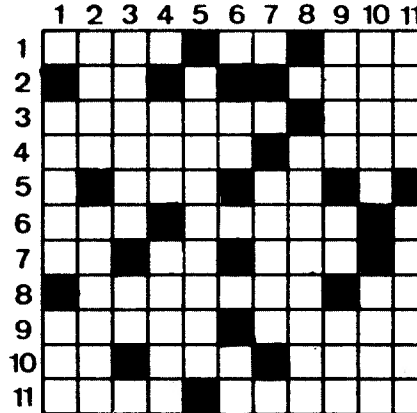
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11 412

HORIZONTAIS:

- Instrumento para atirar setas. Oferece. Pega.
- Seguia. Mãe de Ismael.
- Cercados. Alúmen.
- Método. Bilha para maluco, na Lunda.
- Guarnição de asas. Apelido.
- Tens. Germina.
- Amónio (s.q.). Centiare. Nome de letra.
- Dera. massagens a. (Ind. Port.). Abreviatura que se usa em música.
- Bebedeira. Fio metálico.
- Laço (inv.). Triture. Gostar muito de.
- Espécie de nabo. Conquistara.



VERTICAIS:

- Mulher de idade avançada. Preposição.
- Esteiros. Abate.
- Vestes. Pronome pessoal.
- Preposição e artigo definido (pt.). Bonança.
- Delegação especial.
- Preposição e artigo definido (ant). Átomo.
- Messe.
- Temperaram com sal.
- Hidroscopia. Autores. Gosta muito de.
- Dança o samba. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
- Campo em que se exerce determinada acção. Aguarda.

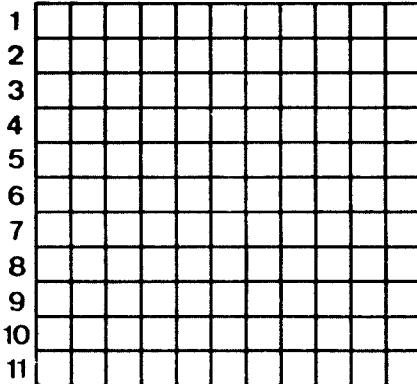
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7572

HORIZONTAIS:

- Capital da Bulgária.
- Artigo definido. Saudável. Pessoa muito gorda ou sovina.
- Freguesia do concelho de Espinho. Encolizos.
- Introduz. Artigo definido.
- Nome de peixe. Rio de França.
- Figura arquitectónica formada por dois arcos iguais que se cortam superiormente. Manuscrito.
- Estima. Amónio (s.q.).
- Figura que simboliza o povo americano. Referente à Arábia.
- Sacudirmos.
- Cobre de lodo. Eiró.
- Senhor. Isolados.



VERTICAIS:

- Mulher de Ananias. Vais para fora.
- Caruma. Trabalho.
- Suco resinoso extraído das cápsulas da papoila. Madeira.
- Artigo definido. Represa onde se coloca o linho a curar. Em as.
- Reputação. Solução.
- Satélite de Júpiter. Cobre de neve. Rente.
- Trata por tu. Rio de França.
- Vender a crédito. Cidade de Portugal.
- Maior. Preposição. Artigo indefinido (inv).
- Designação genérica das plantas herbáceas. Freguesia do concelho de Odemira.
- Atravessa. Móvel sobre o qual se come.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 411

HORIZONTAIS: VERTICAIS:

- Sapos. Marão.
- Irás. Temo.
- Ar. Mas. Go.
- Amacora.
- An. Aramã. Ta.
- Correr. Leal.
- As. Pa. Ua.
- Atrai.
- Aro. Seara.
- Atole. Lamo.
- Casas. Assas.
- Si. Mação. Ac.
- Ara. Nos. Ata.
- PARA. Aros.
- Os. Mar. Tola.
- Marear. Es.
- CACAR. As.
- Sam. Piela.
- At. Rala. Aas.
- Rega. Tris.
- Amo. Ara.
- Oo. CALAR. Os.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7570

HORIZONTAIS: VERTICAIS:

- Caria. Apaga.
- Acordaremos.
- Amã. Noa.
- Assolar.
- Aa. Ala. Ca.
- Aviar. Sagan.
- Lo. Aro. Sa.
- Assova.
- Aso. Ota.
- Destravaram.
- Áreas. Arame.
- Ca. Saale. Da.
- Aca. Avo. Aer.
- Roma. Asse.
- Irás. Sota.
- Ao. Saras. Rs.
- Atole. Romã.
- Ar. Lasca. VA.
- Pena. Voar.
- Amor. Atra.
- Goa. Cás. Aam.
- Banal. Me.

PROVERBIO: Para caçar calar

universal



o mais moderno filme de todos os tempos!

CICLO CHARLIE CHAPLIN ATÉ QUARTA-FEIRA DIA 14

Às 14.30 h e 20.30 h
A QUIMERA DO OURO (Para todos)

(Hoje e amanhã não há a sessão das 14.30 h
Às 17 h e 22.30 h
TEMPOS MODERNOS (Para todos)

Sábado, dia 10, às 0.30 h
LUZES DA CIDADE (Para todos)

De Quinta-feira, dia 15 até Quarta-feira, dia 21
Às 14.30 h e 20.30 h
LUZES DA RIBALTA (Maiores de 10 anos)

Às 16.30 h e 22.30 h
O GRANDE DITADOR (Maiores de 10 anos)

Sábado, dia 17, às 0.30 h
LUZES DA CIDADE (Para todos)

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO P-1
ATÉ AS 22 HORAS

- AJUDA**
Dilena, Rua Aliança Operária, 49-A/B (Tel. 636620).
- ALVALADE**
Neoterapia, Campo Grande 138 (Tel. 774682); Estados Unidos, Avenida Estados Unidos da América, 16-B (Tel. 725859).
- AMOREIRAS**
Patria, Calçada dos Mes- tres, 30-A (Tel. 680627).
- ANJOS**
Gois, Rua dos Anjos, 12-C (antiga Rua Registo Civil) (Tel. 840101).
- AVENIDAS NOVAS**
Fatima, Avenida 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa do Bocage) (Tel. 763107).
- BENFICA**
Lavinha, Rua Eng. Paulo de Barros, 28-A (à Rua de Cas- quinho) (Tel. 708242).
- CAMPO DE OURIQUE**
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Tel. 666206).
- CARNIDE**
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (Tel. 780181).
- CASTELO**
Ziler, Rua S. Tomé, 54 (Tel. 862835).
- LAPA**
Alb, Rua de Santana à Lapa, 156 (Tel. 663562).
- LUMIAR**
S. Tomé, Estrada do Desvio, lote 12-C (Tel. 790704).
- PICHELEIRA**
Mariux, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703/728395).
- SÃO PAULO**
Açoreana, Largo Conde Bar- rão, 2 (Tel. 661330).
- SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA**
Novais, Av. Luis Bivar, 11 (Tel. 44324).
- TURNO P-2**
TODA A NOITE
- ALCANTARA**
Probidade, Rua de Alcanta- ra, 15-A (Tel. 638589).
- ALTO DE SÃO JOÃO**
Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A (à Av. D. Afonso III) (Tel. 843439).
- ALVALADE**
Paris, Rua Reinaldo Ferrei- ra, 5-A/B (ao Pote de Água) (Tel. 710131).
- ARCO DO CEGO**
Palma, Av. Duque D'Ávila, 25/31 (Tel. 47088).
- AREIRO**
Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto, 2-B (à Avenida João de Deus) (Tel. 724941).
- BAIRRO ACTORES**
Esperança, R. Carlos Mardel 101-B (Tel. 722868).

- BAIRRO DA ENCARNÇÃO**
Zira, P. Casas Novas, lote 26 (Tel. 310172).
- BAIXA**
Morão, Rua da Assunção, 1 (Tel. 321289).
- BENFICA**
Sousa, Estrada de Benfica, 429 (Tel. 780027).
- CAMPO DE OURIQUE**
Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C (Tel. 650760).
- LUMIAR**
Matos Viegas, Avenida Rai- nha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (Tel. 794174).
- PENHA DE FRANÇA**
Branquinho, Rua de Sapado- res, 87 (Tel. 842725).
- SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA**
Latina, Avenida António Au- gusto de Aguiar, 17-A (Tel. 42312).
- XABREGAS**
Romana, Rua Actor Augusto de Melo, 7-A (Tel. 383800).
- LINHA DE CASCAIS**
- ALGES**
Branco, Av. Comb. G. Guer- ra, 29 (Tel. 2112081).
- CARCAVELOS**
Central, Toda a noite
- S. DOMINGOS DE RANA**
Godinho da Silveira, Av. Sa- boia, 29-B (Tel. 260085) — Até às 22 horas
- PAÇO DE ARCOS**
Trindade Brás, R. Costa Pin- to, 184 (Tel. 2432034) — Toda a noite
- NOVA OIRAS**
Leal, Até às 22 horas
- OIRAS**
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090) — Até às 22 horas
- PAREDE**
Macau, R. J. Elias Garcia, 60-C (Tel. 2471785) — Toda a noite
- AMOREIRAS**
Amoreira, Até às 22 ho- ras
- ESTORIL**
Parque, Arcadas do Parque, 3 (Tel. 260191) — Toda a noite
- CASCAIS**
Cascais, R. Conde de Monte Real-B. Caixas (Tel. 282407) — Até às 22 horas; Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (Tel. 280141) — To- da a noite.
- LINHA DE SINTRA**
- AMADORA**
Melo, P. D. João I, 9-B (Te- lef. 932756); Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210); Igreja, P. da Igre- ja, 22-A (Tel. 937740); Jar- dim, Av. Conde de Oeiras, 120-Reboleira (Tel. 938424).
- DAMAIA**
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 972630).
- QUELUZ**
Zeller, R. da República, 83 (Tel. 950906).

- CACÉM**
Araújo e Sá, Est. de Paco de Arcos, lote 1-B (Tel. 2940781).
- MEM MARTINS**
Mrandá Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Tel. 2914103).
- S. PEDRO DE SINTRA**
Valentim (Tel. 980456).
- SINTRA**
Misericórdia Vila (Tel. 2930391).
- COLARES**
Abreja (Tel. 299088).
- OUTRA BANDA**
- ALCOCHETE**
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100).
- ALHOS VEDROS**
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204020).
- ALMADA**
Galeno, R. Capitão Leitão, 85-B (Tel. 2760565).
- BAIXA DA BANHEIRA**
Nova Fatima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141).
- BARREIRO**
Normal, Av. Alfredo da Sil- va, 116 (Tel. 2073035).
- COVA DA PIEDADE**
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Tel. 2764466).
- MOITA**
Silva Rocha, P. da Republi- ca, 16 (Tel. 239029).
- MONTUJO**
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035).
- SESIMBRA**
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028).
- SETUBAL**
Normal do Sul, P. do Bo- cage (Tel. 22216).
- SEXAL**
Godinho, L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580).
- PORTO**
- TURNO 29**
ATÉ AS 22 HORAS
- Nau Vitória, R. Nau Vitória, 723. Ordem da Trindade, R. Heróis e Mártires de Ango- la: Confiança, R. de Santa Catarina, 960. Antas, Av. Fer- nã de Magalhães, 1076. An- tiga Porta do Olival, Campo Mártires da Patria, 122. Fer- reira, P.D. Afonso V, 55-B. Lousada, L. do Campo Lindo, 62.
- TODA A NOITE**
- Alves da Silva, Av. da Boa- vista, 1016. Azevedo, R. d. Azevedo, 136. Gomes Ferrei- ra, R. Maria Guimarães, 449. Falcão, R. de Santo Ildefon- so, 61.
- COIMBRA**
- Adriana, Praça da Republi- ca, 20; (Tel. 23609); Olivais, Rua Bernardo Albuquerque, 159 (Tel. 22804); Universal, Praça 8 de Maio, 35, (Tel. 23744).

outros espetáculos

LISBOA/Teatros

- TEATRO ABERTO**
Grupo 4
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»
- ADÓQUE**
As 20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Grande Cegada»
- A.B.C.**
As 21.15 (6 anos)
«A Vida é Boa»

LISBOA/Cinemas

- PARIS**
21.15 (13 anos)
«Não toques na mulher Branca»
- EUROPA**
21.30 e 24 (18 anos)
«Uma tese escandalosa»
- CINEBOLSO**
21.30 e 24 (18 anos)
«Relações escaldantes»
- SATÉLITE**
21.30 (18 anos)
«John Sem Lei»
- JARDIM**
21.30 (18 anos)
«Ossos da Morte»
- PROMOTORA**
21.15 (18 anos)
«E Vieram 4 para matar Sar- tana»
- PALACIO FOZ**
As 21 (13 anos)
«Os Lobos da Serra»
- SALÃO IDEAL**
21.30 (13 anos)
«A Casa dos Diamantes»
- ARCO IRIS**
As 21.15 (18 anos)
«Ataque ao Dragão Negro»
- ENCARNAÇÃO**
As 21 (13 anos)
«Porque se mata um magis- trado»

LINHA DE CASCAIS

- CASCAIS**
Oxford
As 21.15 (18 anos)
«Uma Rapariga e suas Armas»
- PAREDE**
Royal
21.15 (18 anos)
«Padrinho»

ESTORIL

- Casino**
17 e 21.15 (13 anos)
«O telefone cor de rosa»
- Palácio**
21.15 (18 anos)
«67 Dias»
- CASCAIS**
S. José
21.15 (13 anos)
«Matrimónio»

LINHA DE SINTRA

- DAMAIA**
D. João V
21.15 (18 anos)
«A viúva inconsolável»
- AMADORA**
Lido
21.15 (13 anos)
«Bobby»
- Cineestúdio**
21.30 (18 anos)
«A rival»
- SINTRA**
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Serpico»

OUTRA BANDA

- ALMADA**
Academia
21.15 (18 anos)
«Os Desentascados»
- TRAFARIA**
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Um homem e uma mulher»

PORTO/Teatros

- GRUPO OS MODESTOS**
21.30 (13 anos)
«O Santo Inquérito»
- SÁ DA BANDEIRA**
«Godspell»
- ANTÓNIO PEDRO**
22 (13 anos)
«As artimanhas de Scalpino»

PORTO/Cinemas

- ESTÚDIO FOCO**
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

JULIO DINIZ

- 21.15 (18 anos)
«Aventuras eróticas dos 3 Mosqueteiros»

COLISEU

- 21.30 (18 anos)
«Jogos para Casais Intieis»

PASSOS MANUEL

- 21.30 (18 anos)
«Amor entre Menores»

BATALHA

- 21.15 (18 anos)
«Por uma mão cheia de Diamantes»

VALE FORMOSO

- 21.15 (18 anos)
«José do Telhado»

S.JOÃO

- 21.15 (13 anos)
«Quo Vadis»

RIVOLI

- 21.15 (18 anos)
«Emmanuelle Negra»

ÁGUA DE OURO

- 21.30 (18 anos)
«Sol Vermelho»

TRINDADE

- 21.15 (18 anos)
«Emmanuelle AntiVirgem»

ESTÚDIO

- 21.15 (18 anos)
«Minha mãe, minha Amante»

CARLOS ALBERTO

- 21.15 (18 anos)
«Duas raparigas em pijama»

OLÍMPIA

- 21.15 (18 anos)
«Quando o amor é sensual- idade»

BATALHA-BEBE

- 22.00 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»

COIMBRA

- TIVOLI**
21.15 (13 anos)
«Os defensores da Cidade»

- AVENIDA**
21.15 (18 anos)
«Fantasma do Paraíso»

- GIL VICENTE**
21.15 (13 anos)
«A Greve»

- S. TEOTÓNIO**
21.15 (18 anos)
«Homens sem Amanha»

cinemas

CASTIL

- T. 530194 17.00, 19.00 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Sylvia Kristel a 2.^a
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
um filme de Francis Giacobetti
- Aviso ao publico: este filme con- tem cenas eventualmente cho- cantes

IMPÉRIO

- T. 555134/5 17.00, 19.00 e 21.15
XIII CICLO DE CINEMA DA CASA DA IMPRENSA
Cinema no Feminino
HOJE:
Não acons. menores 13 anos
O AMOR DE LEÃO
Um filme de Agnès Varda

POLITEAMA

- T. 326305 Estreia as 21.30
Uma comédia em bikini
MALANDRICES AO SOI
c/ Sandro Buzanca

VOX

- T. 720808 13.45, 17.15, 19.15 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
Um espectáculo para toda a família
O ASSALTO DOS DOBERMANS

CARLOS MANUEL

- Tel. 2930394 21.15
Não acons. menores 18 anos
SERPICO

D. JOÃO V

- Tel. 971794 21.15
Interdito a menor 18 anos
A VIÚVA INCONSOLÁVEL

1.º Programa

- 15.00: Noticiário. Música na tarde.
18.00: Música portuguesa. 19.00: A criança, programa do Emissor Regio- nal de Coimbra. 19.35: Música variada.
20.00: «Jornal da noite». 20.30: Or- questras. 21.00: Contraponto. 23.30: Polidesporto — Programa desportivo.
00.00: «Último jornal». 00.30: Jazz.
01.00: (Saída e encerramento dos re- gionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta). «Música na noite».

2.º Programa

- 15.50: «Que quer ouvir?» — Concerto n.º 1 e mi menor, op. 11, de Chopin — Poema sinfónico «Assim falou Zaratustra» de Strauss. 17.10: Opera — 4.º acto «Moises» de Rossini. 17.40: Música de cravo inglesa, por Thurston Dart. 18.00: Música sinfónica — Aber- tura Mar calmo e viagem feliz», de Mendelssohn — Sinfonia n.º 6, em ré maior, op. 60, de Dvorak. 19.00: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas. 20.00: Música sin- fónica — Concerto n.º 19, em fá maior, K. 459, de Mozart. 21.00: Mú- sica religiosa de Purcell. 22.00: Con- certo de câmara — Concerto em sol maior, de Telemann p/Elementos da Camerata Instrumental da Sociedade Telemann de Hamburgo — Divertimento n.º 17 em ré maior, K. 334, de Mozart. 23.00: Intercâmbio musical — Con- certo pela Orquestra Sinfónica da Rádio de Francforte — 1.ª Parte — «A harpa mágica», abertura de Schubert — Concerto para violino e orquestra, op. 35, de Szymanowski. Intervalo — Mú- sica vocal de Claudio Monteverdi. 2.ª Parte — Sinfonia em dó maior, op. 43, de Scriabine «O Poema Divino». 01.00: Fecho.

3.º Programa

- 16.00: Emissão nacional — «Variante» (continuação). 16.15: Casos ao aca- so. 16.40: «Disto, rendo». 17.10: Va- mos ao médico. 17.30: Cinema em Va- riante. 18.00: Emissão Regional. 20.05: «Diálogo». 21.00: Música, só música. 21.30: «Quando o telefone toca». 23.05: «Mensagens Bíblicas». 23.20: A música e as vozes

4.º Programa

- 16.00: Emissão nacional. 18.00: Emissão local (Emissor de Lisboa) — «Entardecer» — De vez em quando. 19.00: «Entardecer» (continuação). 19.30: Romance duma cidade (repe- lição). 20.00: «Entardecer» (conti- nuação). 20.05: «Cartas a ninguém» 21.00: Fecho.

5.º Programa

- 16.00: Música variada. 17.00: Canções. 18.00: Apenas música. 19.00: «Em órbita». 20.00: Orquestras. 21.00: Concerto. 22.00: «Auditório». 24.00: «Prisma». 02.00: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO

- T. 795093 18.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
QUO VADIS
com Robert Taylor, Deborah Kerr, Peter Ustinov, Leo Genn. Um filme de Melvin LeRoy
Não aconselhável a menores de 13 anos
6.ª Semana

EDEN

- T. 320768 Estreia às 21.15
Troia vista na mais absoluta intimidade
ELENA SIM, MAS... DE TROIA
com Christa Linde, Don Backy, Peter Landers
Não acons. a men. de 18 anos
Hoje às 13.45, 17.15, 19.15
últimas exhibições do filme
THÉS PISTOLAS CONTRA CÉSAR

ODEON

- T. 326283 17.15, 19.15 e 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
3.ª semana enchanter
se todas as mulheres fossem como
A MINHA INSACIÁVEL CUNHADINHA
Tinha saído a «sorte grande» a todos os homens

APOLO 70

- T. 763319 13.45, 17.15, 19.15 e 21.15
Para todos
5.ª semana
Festival Apolo 70
Jerry Lewis é «O Herói do Regi- mento»
AS 24.00 Grupo D (18 anos)
JERRY AMA SECA

CASINO ESTORIL

- T. 264521 17.00 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
O TELEFONE COR-DE-ROSA

S. JORGE

- T. 554153/4 Hoje estreia as 21.30
Não acons. menores 18 anos
Um assalto espectacular!
POLÍCIAS E LADRÕES
(Cons and Robbers)
As 17.30, 19.30 Últimas
O MONSTRO DO PANTANO

AVIS

- T. 47163 Hoje às 17.21.15
Não acons. a menores de 13 anos
TRINITÁ COW-BOY INSOLENTE
com Terence Hill, Bud Spencer

ESTÚDIO

- T. 555134 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
INSÓLITO DESTINO
Um filme de Lina Wertmuller
4.ª semana

ESTÚDIO 444

- T. 779095 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
MENINAS BEM
3.ª semana

MUNDIAL

- T. 538743 17, 19.15, 21.30
Não acons. men. 18 anos
SEX SYMBOL
c/ Connie Stevens, Sheceey Winters

ROMA

- T. 727778 17.00, 19.00 e 21.15
Int. men. 18 anos
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
c/ Sylvia Kristel
Este filme contém cenas eventual- mente chocantes

RESTELO

- T. 610375 21 h.
Não acons. men. 18 anos
AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUIZ-DE-MEL

UNIVERSAL

- 21 h.
14.30, 20.30 (Para todos)
A QUIMERA DO OURO
17, 22.30 (Para todos)
OS TEMPOS MODERNOS
Sábado (10) as 00.30 (Para todos)
LUZES DA CIDADE

CONDES

- T. 322523 13.15, 17.15, 19.15 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
SOLDADO AZUL
um acontecimento fora de série
c/ Andice Bergen, Peter Strauss

BERNA

- T. 776098 13.45, 17.15, 19.15 e 21.15
Para todos
Os grandes sarilhos de um policia em Saint-Tropez
O GENDARME EM FÉRIAS
4.ª semana
C/Luis de Funes

LONDRES

- T. 801313 13.15, 17.15, 19.15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
PATO COM LARANJA
c/ Monica Vitti
Ugo Tognazzi

ROXY

- T. 48560 13.15, 17.15, 19.15, 21.30
Não acons. men. 13 anos

TRINITÁ COW-BOY INSOLENTE

- c/ Terence Hill, Bud Spencer

TIVOLI

- T. 570595 17.15 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
Uma história imortal!
Um filme eterno!

E TUDO O VENTO LEVOU

- 5.ª semana
Com Clark Gable, Vivien Leigh

ALVALADE

- T. 897480 17.15, 19.15 e 21.30
PARA TODOS
AS MOTOS DO INFERNO
c/ Bruce Brown

- Steve McQueen, o turbilhão da poeira dos locos da aventura

PATHE

- T. 821933 13.30, 17.15, 19.15, 21.15
EMMANUELLE A ANTI-VIRGEM
com Sylvia Kristel
Interdito a men. de 18 anos
Este filme contém cenas even- tualmente chocantes
2.ª semana



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

CASO DO VIDREIRO ASSASSINADO

Testemunha acusa: "Foi Ludgero que matou!"

PORTO, 8 — «Fixei bem a cara do assassino! Já conhecia aquela cara e não me posso enganar de maneira nenhuma!» — foi com estas palavras que Franklin Augusto Dias, vice-presidente do Sindicato dos Vidreiros, testemunha presencial dos acontecimentos, confirmou peremptoriamente, perante o Tribunal, ser o réu o autor do assassinato do vidreiro António Almeida Silva, ocorrido na noite de 25 de Novembro passado.

O depoimento de Franklin Dias, que ocupou totalmente a sessão de ontem do julgamento que está a decorrer no 2.º Juízo Criminal desta cidade, sob a presidência do dr. Miguel Montenegro, assessorado pelos drs. César Marques e Augusto Pires Vieira com o dr. Rua Dias a delegado do MP, prosseguirá amanhã à tarde. Durante a sessão de ontem, o declarante, a instâncias dos magistrados relatou pormenorizadamente a sequência dos acontecimentos, afirmando sempre categoricamente que o réu era o assassino.

— Quem era o homem da pistola? — perguntou o juiz presidente.

Declarante: — Era o réu.

Juiz: — Porque é que diz isso?

Declarante: — Eu estava fixado à cara do que estava com a pistola. Quando eles iam a fugir eu até disse assim: fugi, mas eu conheço-vos... eu apinho-vos. Não tenho dúvidas. Foi Ludgero quem matou!

Sobre a questão dos carimbos do passaporte, através dos quais o réu justifica que, na altura dos acontecimentos, estava em Espanha, o declarante afirmou: «Eu considero que isso é fácil de arranjar. A organização a que ele pertence, com os outros que se juntam na Confeitaria Cunha, não seria difícil».

Outra questão também importante que se põe foi a forma como teria chegado o declara-

rante à identidade do réu, uma vez que só o conhecia de vista. A explicação surgiu: «O sr. Valdemar, filho do dono da Confeitaria Cunha que «andava cheio de medo» porque corria o boato de que teria sido ele ou um seu empregado o autor do crime, denunciou o Ludgero, vendedor de automóveis, como sendo o criminoso». Segundo o declarante, tal denúncia foi feita no Sindicato aonde se dirigia o sr. Valdemar. A confirmação, porém, contou — só a conseguiu alguns dias depois quando, após indicação telefónica do sr. Valdemar, topou à saída do Café «Saban» a cara do homem da pistola — era o tal Ludgero (réu). «Era o verdadeiro assassino, meteu-se num automóvel e nunca mais o vi».

Entretanto, o juiz presidente lendo os autos afirmou que o sr. Valdemar escrevera para a Polícia Judiciária a desmentir tais afirmações ao dirigente sindical, e que estava arrependido.

A propósito Franklin diria: «Eu também não era bruxo para adivinhar que era Ludgero e que era vendedor de automóveis». Acrescentando depois que, imediatamente após o reconhecimento do assassino à saída do café, telefonou para a Polícia Judiciária.

RECTIFICAÇÃO

N.R. — Por lapso na interpretação de um «telex» da nossa delegação no Porto, referíamos na nossa edição de ontem que os médicos que fizeram a autópsia ao cadáver do sindicalista assassinado haviam declarado, na sala de audiências, que «não houve intenção de matar». O lapso reside, apenas, no facto de tal declaração não ter sido produzida nesta ocasião: ela consta dos autos, o que é diferente. A gargalhada da assistência, face à posição dos médicos, essa foi autêntica e espontânea.

Forte tiroteio na Quinta do Narigão

Agentes da P. S. P. foram cerca das 8.30 recebidos a tiro de caçadeira na Quinta do Narigão, ao Areeiro.

O tiroteio começou quando guardas da P. S. P., alertados para uma estranha operação de descarga de diversa mercadoria, tentaram investigar a procedência da mesma.

A reacção dos «donos» da mercadoria não se fez esperar,

Balsemão em juízo

Está marcado para o próximo dia 14, às 10 horas, no 4.º Juízo Correccional, o julgamento de Francisco Balsemão e João Isidro, respectivamente director e jornalista do «Expresso». Ambos são acusados, como autor e cúmplice, de um crime de injúria ao general Costa Gomes, em consequência de um artigo publicado naquele semanário, na secção «Kafarnaúm».

e dispararam, de imediato, um tiro de caçadeira. A Polícia respondeu prontamente, também à bala, e pelo menos um dos indivíduos (de um grupo de cinco) foi gravemente ferido. Este, e outro, lograram apanhar um táxi, na Avenida Gago Coutinho, tendo-se perdido o seu rasto de sangue.

Os restantes três, acabaram por ser detidos no local, onde se encontravam, estacionados três carros roubados, e grande quantidade de material electrodoméstico, também roubado.

Do apuro do material capturado consta ainda uma espingarda caçadeira e onze cartuchos.

Entretanto, a P. S. P. iniciou uma batida em grande escala, visando a captura dos elementos da quadrilha que conseguiram fugir. Dado que um deles sangrava abundantemente, admite-se, que vá parar a qualquer hospital o que facilitará o trabalho das autoridades.

Energia apenas para 16 semanas

Se não chover, bastante e imediatamente, as reservas de energia de Portugal estarão praticamente esgotadas no prazo de dezasseis semanas, e o problema criado será gravíssimo. Essas são as previsões do eng.º Almeida Sousa, técnico da Electricidade de Portugal, publicadas hoje num jornal do Porto. O mesmo engenheiro apontou igualmente, como uma das causas da crise energética que o País atravessa, e redução para metade da importação da energia do estrangeiro, para além da falta de água nas barragens do País.

Entretanto, enquanto surgem as mais variadas reacções em torno da medida decretada pelo Conselho de Ministros, e que está em prática desde a passada segunda-feira, aprofunda-se aquilo a que se poderia chamar uma contradição tentando-se diminuir o problema da falta de energia, são adoptadas medidas de poupança que, por sua vez, incidem negativamente nos custos da produção. Pelo seu lado, esta produção, que alguns classificavam como baixa, é ainda mais reduzida em razão das paralisações de trabalho impostas pelas medidas restritivas ao consumo de energia eléctrica que estão a afectar praticamente todos os sectores.

A indústria têxtil, por exemplo, a que mais contribui para as exportações portuguesas, está a sofrer enormes prejuízos com os cortes de energia eléctrica, segundo declarações de um elemento da direcção

da Associação das Indústrias Têxteis. Devido às restrições, os contratos firmados com o estrangeiro poderão vir a sofrer alterações quanto ao prazo de entrega. O corte de energia talvez acarreta ainda a anulação de encomendas e, consequentemente, a entrada de divisas. Alguns clientes estrangeiros também poderão pedir pesadas indemnizações pelo não cumprimento dos contratos estabelecidos.

MARGARINAS E ÓLEOS

Segundo um representante da Federação das Indústrias de Óleos Vegetais, as margarinas e os óleos alimentares, além do bagaço utilizado na preparação da farinha para alimentação do gado, poderão tornar-se difíceis de ser obtidos pelo consumidor. São grandes os prejuízos causados pelos cortes. Portugal consome actualmente por mês três mil toneladas de margarina, sete milhões de litros de óleo, e o bagaço para o gado chega às 20 mil toneladas. A paralisação de uma hora e meia corresponde, ao fim de uma semana, a um dia de trabalho, o que poderá alterar sensivelmente a produção normal. Outros sectores ligados à mesma federação, também enfrentam problemas. É o caso dos cosméticos e perfumes, sabão e detergentes e óleos essenciais de eucalipto, de que Portugal é o primeiro produtor e exportador mundial.

Mobilização contra a seca

BRUXELAS, 8 — (ANOP) — O Governo belga mobilizou todo o país para combater a pior seca da sua história, colocando tropas em alerta, reforçando as brigadas de incêndio e pedindo aos cidadãos para beberem e lavarem menos.

Uma comissão governamental especial para combater à seca recomendou à população para tomar e reutilizar a água dos banhos, bem como a da lavagem dos alimentos, vidros e soalhos e para limitar o uso

de máquinas de lavar roupa e louça.

A seca que assola os países do Mercado Comum Europeu, como consequência da onda de calor que se faz sentir, arruinou a sua agricultura — reconheceu ontem o Parlamento Europeu, reunido na cidade do Luxemburgo.

«A seca — afirmou-se na reunião — vai provocar uma catástrofe cujos efeitos podem durar vários anos.

Detidos militantes dos GDUP's

Foram ontem presos em Setúbal dois militantes dos GDUP's locais acusados de terem feito uma pintura chamando «fascista» ao general Ramalho Eanes, quando colavam cartazes a convocar uma reunião para a formação do GDUP de Fonte da Lavra.

Tudo mais caro

Continuação da pág. 1

rias reflectir-se-á nos custos de alimentação.

Por outro lado, o agravamento dos impostos e taxas já referidos, associados, entre outros, aos aumentos de preços da alimentação, do vestuário, dos transportes e da habitação, irão implicar, como é óbvio a diminuição do salário real dos trabalhadores.

Entretanto a actual fase de contratação colectiva (panificação, construção civil, metalúrgicos, ajudantes de farmácia, etc.), sem correspondência com o agravamento do custo de vida, irá, tudo o leva a crer, precipitar uma eventual desvalorização da moeda. Registe-se que algumas or-

ganizações internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e círculos financeiros europeus, têm insistido na desvalorização da nossa moeda como condição prévia à concessão de determinados esquemas de auxílio económico e financeiro.

Tais pressões que têm como objectivo investimento externo lucrativo poderão vir a resultar, associadas a estas medidas internas de «austeridade», um processo altamente inflacionista que, longe de assegurar a defesa da independência nacional e os interesses reais das classes trabalhadoras, reforçará os laços de dependência do nosso país ao bloco capitalista.

C T s REUNIDAS

As Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa reúnem-se amanhã, sexta-feira, às 19 horas, para análise da situação. O Secretariado Provisório avisa todas as C.T.s que deverão comparecer munidas de elementos relativos às implicações que os cortes causaram nas respectivas empresas. O encontro será na Petrogal — ex-Sacor — à Avenida Infante D. Henrique, em Cabo Ruivo.

AUSTERIDADE À PORTUGUESA

Entretanto, cabe aqui uma referência à Corrida de Toiros à Portuguesa que se efectua logo à noite no Campo Pequeno.

Esta corrida é patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa, que se mete à compra obrigatória de bilhetes para distribuir pelos trabalhadores municipais. Nesta tourada, dispende a C. M. L. uma verba na ordem dos 300/500 contos, quando o pessoal do Município tem outras carências, muito mais gritantes, a pedir resolução urgente.

E terá sido, aliás, no conhecimento dessas outras necessidades, que no ano passado o então presidente da Câmara, eng.º Caldeira Rodrigues, decidiu que a edilidade não patrocinaria touradas.

Não há, este ano, quem pague a austeridade pelos cortes?

Pinheiro de Azevedo está a recuperar lentamente

O almirante Pinheiro de Azevedo continua a recuperar não tendo sido divulgado mais nenhum boletim médico a partir do último domingo. O último apresentava como estacionário

o estado de saúde do almirante que, segundo revelaram familiares seus à Imprensa se encontra bem humorado e já se senta na cama.

Economia e Socialismo

Revista Mensal de Economia Política

Director NARCO MURTEIRA / JULHO 1976 / 27000

Empréstimos Externos e Independência Nacional.
Balanço da experiência recente

Nacionalizações e Sector Público.
Comparação internacional

Poder Político e Poder Militar

Distribuição exclusiva:
Livraria Bertrand

À VENDA NA SEXTA-FEIRA